

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ
LABORO EXCELÊNCIA EM PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E ESTRATÉGICA

IRANILDE NOGUEIRA DA CUNHA

**LEVANTAMENTO DE EMPRESAS FINANCIADORAS DE PROJETOS
SUSTENTÁVEIS NO BRASIL**

São Luís

2012

IRANILDE NOGUEIRA DA CUNHA

**LEVANTAMENTO DE EMPRESAS FINANCIADORAS DE PROJETOS
SUSTENTÁVEIS NO BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Administração em Administração Estratégica da LABORO – Excelência em Pós-Graduação, Universidade Estácio de Sá, como parte dos requisitos para obtenção do título de especialista em Administração e Estratégica.

Orientadora: Prof^ª. Doutora Mônica Elinor Alves Gama.

Co-orientador: Prof^º. Msc. Audemir Leuzinger da Universidade Estácio de Sá.

São Luís
2012

Cunha, Iranilde Nogueira da

Levantamento de empresas financiadoras de projetos sustentáveis no Brasil/Iranilde Nogueira da Cunha. - São Luís, 2012.

110f.

Monografia (Pós-Graduação em Administração Estratégica) – Curso de Especialização em Administração Estratégica, LABORO - Excelência em Pós-Graduação, Universidade Estácio de Sá, 2012.

- Sustentabilidade. 2. Empresas financiadoras de projetos. 3. Meio ambiente. I. Título.

CDU 658.11

IRANILDE NOGUEIRA DA CUNHA

**LEVANTAMENTO DE EMPRESAS FINANCIADORAS DE PROJETOS
SUSTENTÁVEIS NO BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Administração em Administração Estratégica da LABORO – Excelência em Pós-Graduação, Universidade Estácio de Sá, como parte dos requisitos para obtenção do título de especialista em Administração e Estratégica.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Mônica Elinor Alves Gama (Orientadora)
Doutora em Medicina
Universidade de São Paulo - USP

Prof^o. Msc. Audemir Leuzinger (Examinador)
Universidade Estácio de Sá.

“O sucesso de uma organização não é alcançado por meio de uma brilhante estratégia. É alcançado por meio de uma brilhante execução da estratégia”. Na verdade, a execução da estratégia é mais importante do que a estratégia em si.”

(Robert Kaplan & David Norton)

AGRADECIMENTOS

A Deus, luz e força de minha vida, sem ele nada teria alcançado.

Aos meus pais, pela sua dedicação, amor, compreensão e carinho que sempre me dispensaram.

Aos meus amigos, pelo companheirismo e amizade durante toda a jornada.

À professora Mônica Elinor Alves Gama, pelas suas orientações sempre precisas e apoio prestado durante a elaboração deste estudo.

E, a todo o corpo docente e amigos que, direta ou indiretamente, contribuíram durante a nossa graduação para o amadurecimento deste trabalho.

Este trabalho de conclusão é dedicado aos meus pais, pelo seu constante incentivo, dedicação e apoio durante toda esta jornada e ainda pelo seu amor incondicional de bons pais.

RESUMO

O presente estudo de natureza bibliográfica descritiva, com abordagem qualitativa, tem como objetivo avaliar empresas financiadoras de projetos sustentáveis no Brasil, observando sua abrangência e linhas de financiamentos, enfocando ainda sobre gestão ambiental, empresas financiadoras de projetos sustentáveis e linhas de financiamento, através de pesquisas a livros, artigos, *sites*, revistas, entre outros. A sustentabilidade está definida na prática, como a capacidade que o indivíduo ou um grupo de pessoas tem em se manterem dentro de um ambiente sem causar impactos a esse ambiente. A sustentabilidade está associada diretamente ao meio ambiente e a tudo o que envolve este, não limitando somente a esta área, mas também a outros setores da sociedade como a economia, a educação e a cultura. Constatou-se que o BNDES é um dos grandes financiadores de projetos sustentáveis assim como muitas empresas nacionais (como se vê ao final deste estudo). As questões ambientais e sociais tem sido valorizadas no segmento empresarial, atendendo às novas exigências legais, de mercado e da sociedade determinando a redefinição das responsabilidades das empresas. No mercado financeiro percebe-se uma tendência de reconhecer um risco adicional para empresas que não incorporem esses conceitos, existindo diversas instituições que têm declarado incluir o risco ambiental e social em seus modelos tradicionais de avaliação de crédito corporativo. Neste contexto, este estudo procurou avaliar as empresas financiadoras de projetos sustentáveis no Brasil, observando sua abrangência e linhas de financiamento.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Empresas financiadoras de projetos. Meio Ambiente.

ABSTRACT

This descriptive study of nature literature, with qualitative approach, aimed at evaluating companies funding of sustainable projects in Brazil, noting its scope and lines of financing, still focusing on environmental management, corporate funding of sustainable projects and lines of financing through searches to books, articles, websites, magazines, among others. Sustainability is defined in practice as the ability of the individual or a group of people has to remain within an environment without causing impacts to the environment. Sustainability to be directly associated with the environment and all that this involves not only limited to this area, but also to other sectors of society and the economy, education and culture. It was found that BNDES is a major financial backer of sustainable design as well as many national and international companies as at the end of this study. The environmental and social issues has been valued in the business segment, given the new legal requirements, market and society determines the redefinition of the responsibilities of companies. In the financial market perceives a tendency to recognize an additional risk for companies that do not incorporate these concepts, there are several institutions that have declared includes the environmental and social risk in their traditional models of corporate credit rating. In this context, this study sought to evaluate the companies funding of sustainable projects in Brazil, noting its scope and lines of credit.

Keywords: Sustainability. Business funding of projects. Environment.

Figura 1	- Símbolo Internacional de Reciclagem.....	22
Figura 2	- Símbolo da Reciclagem por material.....	23
Figura 3	- As 50 empresas do bem divididas por categorias de projeto.....	46
Figura 4	- Geração da própria energia Embaré para tratamento de sobras industriais.....	49
Figura 5	- Substituição de sacolas plásticas em prol das retornáveis.....	54
Figura 6	- Reciclagem do alumínio.....	56
Figura 7	- Coletor.....	57
Figura 8	- Garrafa PET com retalho.....	64
Figura 9	- Reciclagem de garrafas PET.....	66
Figura 10	- Escória Siderúrgica.....	70
Figura 11	- Equipamento T-Rex.....	71
Figura12	- Engenhoca (Usina móvel de transformação).....	75
Figura13	- Embalagens reutilizado na produção de telhas na Tetra Pak.....	77

	p.
1	INTRODUÇÃO 11
2	SITUAÇÃO PROBLEMA 14
3	OBJETIVOS 15
3.1	Geral 15
3.2	Específicos 15
4	METODOLOGIA 16
5	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 17
5.1	Alguns conceitos básicos 19
5.2	Consumo sustentável x práticas adotadas 21
5.3	Importância da reciclagem do lixo para a sustentabilidade 21
5.3.1	Vantagens importantes na reciclagem 22
5.4	Gestão Ambiental 23
6	LEVANTAMENTO DE EMPRESAS FINANCIADORAS DE PROJETOS DO MEIO AMBIENTE NO MUNDO 26
6.1	Outros financiadores do Meio Ambiente 28
6.1.1	Outros bancos oficiais 31
6.2	Abrangência das linhas de crédito: Meio Ambiente 32
6.3	Papel dos bancos na defesa do planeta 34
6.3.1	Critérios de financiamento 38
6.3.2	Legislação Mundial 39
6.3.3	Rabobank: Manual de boas práticas 40
6.4	Programas destinados à preservação do Meio Ambiente 42
7	EMPRESAS QUE CONTRIBUEM COM AÇÕES EM SUSTENTABILIDADE 45
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS 78
	REFERÊNCIAS 79
	ANEXOS 81

Este estudo tem como objetivo avaliar as principais empresas financiadoras de projetos sustentáveis, através de pesquisas a *sites* de Internet, artigos, monografias, jornais, livros e revistas, no intuito de obter um levantamento destas empresas, identificando o aperfeiçoamento de novas técnicas de gestão voltadas para desenvolver e fortalecer práticas de sustentabilidade, respeito aos recursos naturais e responsabilidade sócio-ambiental.

Segundo Abreu (2008) sustentabilidade é o termo aplicado à causa ambiental que surgiu como um conceito tangível na década de 1980 por Lester Brown, o fundador do *Worldwatch Institute*. A definição tornou-se um padrão seguido mundialmente com algumas pequenas variações e representa o seguinte: Diz-se que uma comunidade é sustentável quando satisfaz plenamente suas necessidades de forma a preservar as condições para que as gerações futuras também o façam.

Da mesma forma, as atividades processadas por agrupamentos humanos não podem interferir prejudicialmente nos ciclos de renovação da natureza e nem destruir esses recursos de forma a privar as gerações futuras de sua assistência.

Observando sobre esta ótica, como podemos aplicar a sustentabilidade ambiental em empreendimentos? O empreendimento mais do que simplesmente favorável à natureza, tem que estar enquadrado no conceito de sustentabilidade, é preciso que ele esteja enquadrado em alguns parâmetros básicos, que são: ser ecologicamente correto; ser economicamente viável; ser socialmente justo e ser culturalmente aceito.

Para Pardo (2002) empreendimentos baseados nessas premissas e que estejam enquadrados no conceito de sustentabilidade devem ser capazes de impactar positivamente nos grupos humanos por ele afetados; imediatamente e no futuro. Por intermédio da interligação entre esses empreendimentos e a qualidade de vida das pessoas afetadas por eles, podem ser observadas através do uso racional dos recursos ambientais e com o trato dos resíduos decorrentes da implantação do referido empreendimento sustentável.

Assim, cabe às agências reguladoras governamentais estabelecer e fiscalizar os parâmetros que enquadrem esses empreendimentos dentro do conceito de sustentabilidade. Trabalhando, juntamente com a iniciativa privada, para que o impacto causado por esses empreendimentos e pelos resíduos gerados nas obras de construção civil e no funcionamento posterior do projeto sejam os mínimos possíveis.

É de grande relevância que as próprias agências e a população em geral sejam capazes de dar preferência aos empreendimentos que sigam as práticas e determinações da aplicação do conceito de sustentabilidade e as forças necessárias para reunir condições favoráveis para a criação, o fomento e a consolidação de uma visão empresarial mais consciente e atenta para as questões ligadas ao meio ambiente e ao impacto de seus empreendimentos nele.

Segundo Branco (2002) o conceito de sustentabilidade tem tudo para tornar-se um aliado poderoso na venda dos empreendimentos e na construção de uma imagem positiva para as empresas que adotarem essa visão. O grande entrave para a criação dessa “visão sustentável” no setor de construção civil por exemplo, é a enorme dificuldade em relação aos custos, ainda elevados, de determinados elementos que permitirão o enquadramento do empreendimento no conceito de sustentabilidade. Essas dificuldades podem criar na mente do empresariado, a errônea idéia de que, se elevar seus custos de construção, os possíveis benefícios advindos do enquadramento do empreendimento no conceito de sustentabilidade não serão suficientes para proporcionar uma recuperação rápida do capital investido ou mesmo, gerar um prejuízo final.

No entanto, essa é uma visão equivocada e errônea que acontece devido principalmente pela pouca cultura sustentável que esse setor apresenta em nações como a nossa. Felizmente, essa cultura vem se modificando e os constantes sucessos dos empreendimentos imobiliários e comerciais baseados no conceito de sustentabilidade contribuem significativamente para a mudança dessa mentalidade e para a ampliação, cada vez mais rápida, de novos investimentos em que se apliquem esses conceitos (SAMPAIO, 2005).

Neste contexto, a educação ambiental será de fato coerente na busca de valores mais adequados ao desenvolvimento sustentável quando o homem atender aos princípios éticos fortalecidos pela responsabilidade, humanidade e respeito ao próximo.

Uma das grandes preocupações no momento para a humanidade e autoridades competentes é a conservação do meio ambiente para que possamos no futuro ter mais qualidade de vida e uma geração mais saudável. Com essa preocupação, surgiu a Lei de Resíduos Sólidos de nº 12.305/2010, que obriga todas as companhias a montar um esquema para recolher e dar destino correto aos insumos gerados por sua atividade.

É necessário adotar ações de sustentabilidade que garantam a médio e longo prazo um planeta em boas condições para o desenvolvimento das diversas formas de vida, inclusive a humana. Garantir os recursos naturais essenciais para as próximas gerações, possibilitando a manutenção dos recursos naturais (florestas, matas, rios, lagos, oceanos) e garantindo uma boa qualidade de vida para as futuras gerações.

Empresas que não adotarem algum sistema de gestão ambiental não conseguirão: reduzir seus custos, evitar desperdícios e reutilizar materiais que anteriormente descartavam.

2 SITUAÇÃO PROBLEMA

No mundo atual em que vivemos, são muitos os fatores que contribuem para o surgimento e agravamento dos problemas ambientais, tais como: o crescimento populacional, a industrialização, a urbanização acelerada, a poluição e o esgotamento dos recursos naturais.

Faz-se necessário pensar urgentemente em gestão ambiental, um sistema de administração empresarial que dá ênfase à sustentabilidade, pois esta visa o uso de práticas e métodos administrativos para reduzir ao máximo o impacto ambiental das atividades econômicas nos recursos da natureza. O modo como esses fenômenos interagem, reproduzem-se e perpetuam-se, vem causando a degradação crescente da qualidade de vida humana, com efeitos imprevisíveis para todo tipo de vida no planeta.

Sabe-se que as mudanças climáticas estão “mexendo com o nosso planeta” o que já não é mais novidade. Então, por que não tomarmos medidas de precaução?

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Avaliar as empresas financiadoras de projetos sustentáveis no Brasil, observando sua abrangência e linhas de financiamento.

3.2 Específicos

- Identificar as empresas financiadoras de projetos sustentáveis no Brasil;
- Verificar as linhas na área de financiamento entre as empresas;
- Descrever empresas que contribuem com ações em sustentabilidade.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi constituída de um estudo bibliográfico, prospectivo descritivo, de revisão de literatura. Os dados foram coletados no período de abril a maio de 2012 a partir da busca em *sites Internet*, livros, revistas, artigos e monografias. Os tópicos mais relevantes a serem abordados foram: importância de quem financia; com que objetivo financia; qual a tendência mundial; impactos desses projetos e a legislação brasileira que dar apoio aos projetos.

O estudo tem como método científico, a linha exploratória, pois permite desenvolver, esclarecer e modificar com idéias, com vistas à formulação de problemas, mas precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos de empresas financiadoras de projetos sustentáveis.

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Ricardo Ernesto Rose (diretor de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Câmara Brasil-Alemanha) os recursos naturais não são inesgotáveis e os seres humanos exerce um grande impacto sobre o planeta Terra.

O funcionamento da economia mundial reflete a ignorância, ou pelo menos uma desconsideração, quanto a alguns princípios da natureza que a ciência identificou ao longo dos últimos cem anos. Descobriu-se que não existem ações isoladas e que toda atividade humana influencia no ambiente local e global. Somos hoje mais de 6 bilhões de pessoas que, bem ou mal, alimentam-se, geram resíduos, utilizam água e realizam diversas atividades que modificam o ambiente natural das regiões onde atuamos e também de toda a Terra.

Segundo Meireles (2004), a exemplo podemos citar a atividade agrícola, pois a agricultura é o setor da economia mundial que mais consome água, cerca de 60% do total usado num ano. As constantes cargas de defensivos agrícolas jogadas sobre cada colheita acabam penetrando no solo e matando grande parte dos microorganismos que mantêm a terra saudável e produtiva, como era originalmente.

O arado, revirando o solo, expõe a terra às intempéries, fazendo com que as substâncias nutritivas contidas na terra sejam arrastadas pela chuva e pelo vento. O passo seguinte então é tentar devolver à terra sua fertilidade, através da aplicação de fertilizantes - produtos químicos derivados do petróleo - à base de nitrogênio, fósforo e potássio.

No entanto, parte dos produtos aplicados não penetra no solo, que perdeu sua permeabilidade, e são arrastados pelas fortes chuvas para os rios, poluindo-os. Dessa maneira, trata-se apenas de uma questão de tempo para que os solos se tornem cada vez mais pobres e – círculo vicioso – necessitem cada vez mais de defensivos agrícolas e de fertilizantes (MONTEIRO, 2005).

Outras atividades econômicas funcionam da mesma maneira, sem considerar suas consequências sobre o restante da natureza. Preocupamo-nos apenas com o benefício que queremos obter, sem atentar para a influência que exercemos sobre o todo. Exemplo extremo dessa situação é a atuação da indústria pesqueira no mundo. Depois do aumento da frota de barcos e da utilização de métodos eletrônicos cada vez mais sofisticados para localizar os cardumes, a produtividade da pesca aumentou tanto que diversas espécies de peixes já não

conseguem mais se reproduzir na velocidade e na quantidade necessárias para sua sobrevivência (SAMPAIO, 2005).

O resultado, além da quase extinção de alguns desses peixes, é que nos últimos dez anos a produtividade do setor vem caindo, causando desemprego e crise econômica em regiões dependentes de pesca.

Para Silva (2000) a maneira como vimos explorando a floresta amazônica é outro exemplo dessa forma míope de exercer uma atividade econômica predatória. Extensas áreas de floresta, incluindo plantas e animais desconhecidos da ciência, são derrubadas e transformadas em carvão e cinza para dar lugar à cultura de soja ou à criação de gado.

De acordo com Teixeira (2004) essas atividades acabarão por desgastar completamente o solo, que só era fértil por causa da cobertura florestal de que dispunha. Guardadas as proporções, é o mesmo que dinamitar o morro do Pão de Açúcar para calçar as ruas do Rio de Janeiro com paralelepípedos. Nossa economia ainda atua em grande parte como se os recursos naturais fossem inexauríveis e como se a contínua destruição da natureza – para manter o sistema em funcionamento – não tivesse qualquer consequência sobre o futuro.

Conforme Maimon (2002) o desenvolvimento sustentável busca simultaneamente a eficiência econômica, a justiça social e a harmonia ambiental. Mais do que um novo conceito, é um processo de mudança onde a exploração de recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento ecológico e a mudança institucional devem levar em conta as necessidades das gerações futuras. Assim, o objetivo geral do Desenvolvimento Sustentável (DS) é promover o desenvolvimento econômico sem deteriorar ou prejudicar a base que lhe dá sustentação e só se concretizará de fatos e o homem ganancioso “capitalista selvagem” se tornar um “homem ético” e consciente.

Sob a ótica de Cavalcante (2002) enfoca que deve haver não só um compromisso, mas uma imediata coerência entre crescimento e manutenção da vida. Mas até que ponto seria possível promover o desenvolvimento, nos moldes da atual economia de mercado, sem comprometer a qualidade ambiental? Esta é uma indagação que precisa ser respondida agora, não podemos deixar para as próximas gerações se preocuparem. É muito comum hoje ouvimos o termo: manejo florestal, que representa o conjunto de regras e métodos utilizados na exploração da floresta para gerar benefícios econômicos e sociais de maneira sustentável. Mesmo com um

grande número de áreas obedeça a esses princípios, a utilização do manejo florestal ainda não conseguiu chegar à dualidade esperada: Desenvolvimento e Preservação.

Para Branco (2002) dos 353 milhões de hectares de mata tropical existentes no mundo, fora das áreas protegidas (como parques e reservas) apenas 27% tem programas de manejo legalizados. E apenas 7% são, ao mesmo tempo, produtivos e sustentáveis. Esses números demonstram que o ataque à floresta, principalmente, à Amazônia é brutal.

A ilegalidade é muito frequente, uma vez que desde os anos 60, a cobertura vegetal, como área equivalente à França já desapareceu na Amazônia pela ação de madeireiros, pecuaristas e atividades mineradoras. Ainda que ações internacionais como: a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972); para o desenvolvimento Rio de Janeiro; a Conferência Mundial sobre mudanças climáticas, como o Protocolo de Kyoto, em 1997; a Rio +10, em Johannesburgo, 2002 a fim de racionalizar as proposições e metas da agenda XXI, muito ainda precisa ser feito, uma vez que estas e outras ações só serão cumpridas de fato se o poder público, o setor empresarial e a sociedade civil organizada assumirem um compromisso tendo “a ética como base de toda regra de convivência racional e consciente”.

5.1 Alguns conceitos de sustentabilidade

Entende-se como desenvolvimento sustentável e seus princípios questionam as tradicionais formas de produção, o comportamento humano, e a organização e o funcionamento das cidades, exigindo novos padrões para o crescimento econômico. A concepção de sustentabilidade tem sido incorporada pelas empresas no sentido de redefinir suas responsabilidades em relação ao meio ambiente e a sociedade (WILKINSON, HILL; GOLLAN, 2001).

É moda atualmente, a palavra sustentabilidade. Em todos os setores, seja no meio ambiente, na economia, educação ou administração pública, todo mundo menciona o termo sustentabilidade. E o que significa sustentabilidade? O que é ser sustentável? Teoricamente o termo “sustentável” tem origem do Latim: “*sustentare*”, que significa sustentar, favorecer e conservar.

Em nível mundial a palavra sustentabilidade começou a ser propagada a partir da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente

Humano – *United Nations Conference on the Human Environment (UNCHE)*, em junho de 1972, em Estocolmo. A partir deste evento, que foi o primeiro encontro mundial promovido com o objetivo de discutir assuntos relacionados ao meio ambiente e soluções para a preservação da humanidade, o conceito de sustentabilidade passou a ganhar uma maior importância. No Brasil, a expressão “sustentabilidade”, ganhou dimensões maiores após a realização da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO), em 1992, no Rio de Janeiro.

A sustentabilidade está definida na prática, como a capacidade que o indivíduo ou um grupo de pessoas tem em se manterem dentro de um ambiente sem causar impactos a esse ambiente. Mas apesar da sustentabilidade estar associada diretamente ao meio ambiente e a tudo o que envolve este, não está limitada somente a esta área.

A sustentabilidade também está relacionada a outros setores da sociedade como a economia, a educação e a cultura. Está diretamente ligada ao desenvolvimento de vários setores da sociedade, sem que estes agridam o meio ambiente. É através da sustentabilidade que os recursos naturais são utilizados de forma inteligente e são preservados para as gerações futuras. Sustentabilidade é isto, é saber suprir as necessidades presentes sem interferir nas gerações futuras.

Um conceito correto e amplo de sustentabilidade está associado a soluções, caminhos e planos que busquem resgatar adoções de práticas sustentáveis na vida de cada pessoa e atinjam uma melhora comum a todos. Contribuir com nossas vivências e experiências pessoais e repassar estas ao coletivo, é um fator decisivo para possibilitar a prática da sustentabilidade. A adoção de práticas sustentáveis resulta a médio e longo prazo numa nova perspectiva de vida para nossos sucessores e lhes garantirão a manutenção dos recursos naturais necessários para uma melhor qualidade de vida (ABREU, 2008).

A falta de conhecimento do ser humano em relação à sustentabilidade e ao que isto implica, pode ter consequências catastróficas. Atualmente é preciso que cada indivíduo tenha a consciência de que é necessário se preocupar e cuidar do meio ambiente no qual se vive. E para isto, é preciso estar atento a cada atitude e repensar a forma como se vive dentro deste ambiente. A continuação e sobrevivência da raça humana está totalmente dependente da conservação dos recursos naturais de nossas matas, florestas, rios, lagos e oceanos.

5.2 Consumo Sustentável x práticas adotadas

Define-se consumo sustentável como um conjunto de práticas relacionadas à aquisição de produtos e serviços que visam diminuir ou até mesmo eliminar os impactos ao meio ambiente. São atitudes positivas que preservam os recursos naturais, mantendo o equilíbrio ecológico em nosso planeta. Estas práticas estão relacionadas à diminuição da poluição, incentivo à reciclagem e eliminação do desperdício. Através delas poderemos, um dia, atingir o sonhado desenvolvimento sustentável do nosso planeta.

Conforme Monteiro (2005) as principais práticas de consumo sustentável que podem ser adotadas em nosso dia a dia são nossas atitudes tais como:

- Fazer a reciclagem de lixo material (plástico, metais, papéis).
- Realizar compostagem, transformando resíduos orgânicos em adubo;
- Diminuir o consumo de energia: tomar banhos rápidos, desligar luzes de cômodos que não tem pessoas, optar por aparelhos de baixo consumo de energia;
- Levar sacolas ecológicas ao supermercado, não utilizando as sacolas plásticas oferecidas;
- Urinar durante o banho: desta forma é possível economizar água da descarga do vaso sanitário;
- Diminuir a impressão de documentos e utilizar papel reciclável;
- Trocar o transporte individual por coletivo ou bicicleta. Outra solução é optar por carros híbridos.
- Não descartar óleo de frituras na pia da cozinha;
- Optar, quando possível, pelo consumo de frutas, verduras e legumes orgânicos;
- Comprar móveis de madeira certificada;
- Usar lâmpadas eletrônicas ou LED, pois consomem menos energia elétrica do que as incandescentes;
- Utilizar aquecedores solares dentro de casa, pois diminuem o consumo de energia elétrica.

5.3 Importância da reciclagem do lixo para a sustentabilidade

De acordo com Pardo (2002) reciclar significa transformar objetos materiais usados em novos produtos para o consumo. Esta necessidade foi despertada pelos seres humanos, a partir do momento em que se verificou os benefícios que este procedimento trás para o planeta Terra.

Figura 1. Símbolo Internacional da reciclagem



Fonte: Revista Isto é Dinheiro. Ed. 704 – 2011

5.3.1 Vantagens importantes da reciclagem

A produção de embalagens e produtos descartáveis aumentou significativamente, a partir da década de 1980, assim como a produção de lixo, principalmente nos países desenvolvidos. Muitos governos e ONGs estão cobrando de empresas posturas responsáveis: o crescimento econômico deve estar aliado à preservação do meio ambiente. Atividades como campanhas de coleta seletiva de lixo e reciclagem de alumínio e papel, já são comuns em várias partes do mundo.

O processo de reciclagem, além de preservar o meio ambiente também gera riquezas, os materiais mais reciclados são o vidro, o alumínio, o papel e o plástico. Esta reciclagem contribui para a diminuição significativa da poluição do solo, da água e do ar. Muitas indústrias estão reciclando materiais como uma forma de reduzir os custos de produção.

Outro benefício da reciclagem é a quantidade de empregos que ela tem gerado nas grandes cidades. Muitos desempregados estão buscando trabalho neste setor e conseguindo renda para manterem suas famílias. Cooperativas de catadores de papel e alumínio já são uma boa realidade nos centros urbanos do Brasil.

O alumínio, por exemplo, pode ser reciclado com um nível de reaproveitamento de quase 100%. Derretido, ele retorna para as linhas de produção das indústrias de embalagens, reduzindo os custos para as empresas.

Muitas campanhas educativas têm despertado a atenção para o problema do lixo nas grandes cidades. Cada vez mais, os centros urbanos, com grande crescimento populacional, tem encontrado dificuldades em conseguir locais para instalarem depósitos de lixo. Portanto, a reciclagem apresenta-se como uma solução viável economicamente, além de ser ambientalmente correta. Nas escolas, muitos alunos são orientados pelos professores a separarem o lixo em suas residências.

Outro dado interessante é que já é comum nos grandes condomínios a reciclagem do lixo.

Figura 2. Símbolos da reciclagem por material



Fonte: Revista Isto é Dinheiro. Ed. 704 – 2011

Assim como nas cidades, na zona rural a reciclagem também acontece. Lixo orgânico é utilizado na fabricação de adubo orgânico para ser utilizado na agricultura. O que se pode observar, é que se o homem souber utilizar os recursos da natureza, poderemos ter, muito em breve, um mundo mais limpo e mais desenvolvido. Desta forma, pode-se conquistar o tão sonhado desenvolvimento sustentável do planeta. Como exemplo de produtos recicláveis cita-se: **Vidro**: potes de alimentos (azeitonas, milho, Requeijão, etc), garrafas, frascos de medicamentos, cacos de vidro; **Papel**: jornais, revistas, folhetos, caixas de papelão, embalagens de papel; **Metal**: latas de alumínio, latas de aço, pregos, tampas, tubos de pasta, cobre, alumínio; **Plástico**: potes de plástico, garrafas PET, sacos plásticos, embalagens e sacolas de supermercado.

5.4 Gestão Ambiental

De acordo com Lustosa (2004) gestão ambiental é um sistema de administração empresarial que dá ênfase à sustentabilidade, visando o uso de práticas e métodos administrativos que reduz ao máximo o impacto ambiental das atividades econômicas nos recursos da natureza. Os métodos e objetivos principais da gestão ambiental são: uso de recursos naturais de forma racional; aplicação de métodos que visem à manutenção da biodiversidade; adoção de sistemas de reciclagem de resíduos sólidos; utilização sustentável de recursos naturais; tratamento e reutilização da água e outros recursos naturais dentro do processo produtivo; criação de produtos que provoquem o mínimo possível de impacto ambiental; uso de sistemas que garantam a não poluição ambiental. Exemplo: sistema carbono zero; treinamento de funcionários para que conheçam o sistema de

sustentabilidade da empresa, sua importância e formas de colaboração; Criação de programas de pós-consumo para retirar do meio ambiente os produtos, ou partes deles, que possam contaminar o solo, rios, etc. Exemplo: recolhimento e tratamento de pneus usados, pilhas, baterias de telefones celulares, peças de computador, etc.

É muito importante para as empresas, a adoção de gestão ambiental por diversos motivos. Primeiro porque ela associa sua imagem ao da preservação ambiental, melhorando no mercado as imagens das marcas de seus produtos. Empresas que adotam este sistema conseguem reduzir seus custos, evitando desperdícios e reutilizando materiais que antes eram descartados. Empresas com gestão ambiental melhoram suas relações comerciais com outras empresas que também seguem estes princípios.

Conforme Matozzo (2002) existem as normas citadas por *International Organization for Standardization - ISO* (Organização Internacional para Padronização) que enfatiza o ISO 14000 como sendo um conjunto de normas técnicas e administrativas que estabelece parâmetros e diretrizes para a gestão ambiental para as empresas dos setores privado e público. Além do ISO 14000 existem também outras normas de grande importância como segue:

- **Agenda 21** - é um conjunto de resoluções tomadas na conferência internacional Eco-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro entre 3 e 4 de junho de 1992. Organizada pela ONU (Organização das Nações Unidas) contou com a participação de 179 países e resultou em medidas para conciliar crescimento econômico e social com a preservação do meio ambiente.

Na Agenda 21 cada país definiu as bases para a preservação do meio ambiente em seu território, possibilitando o desenvolvimento sustentável. Os principais temas tratados pela Agenda 21 foram: combate à pobreza, cooperação entre as nações para chegar ao desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e crescimento demográfico, proteção da atmosfera, planejamento e ordenação no uso dos recursos da terra, combate ao desmatamento das matas e florestas no mundo, combate à desertificação e seca, preservação dos diversos ecossistemas do planeta com atenção especial aos ecossistemas frágeis, desenvolvimento rural com sustentabilidade, preservação dos recursos hídricos, principalmente das fontes de água doce do planeta, conservação da biodiversidade no planeta, tratamento e destinação responsável dos diversos tipos de resíduos (sólidos, orgânicos, hospitalares, tóxicos, radioativos), fortalecimento das ONGs na busca do

desenvolvimento sustentável, educação como forma de conscientização para as questões de proteção ao meio ambiente (MATOZZO, 2002).

- **Protocolo de Kyoto** – tem como objetivo diminuir a emissão de gases poluentes e o aquecimento global. O Protocolo de Kyoto é um instrumento internacional, ratificado em 15 de março de 1998, que visa reduzir as emissões de gases poluentes. Estes são responsáveis pelo efeito estufa e o aquecimento global. O Protocolo de Kyoto entrou oficialmente em vigor no dia 16 de fevereiro de 2005, após ter sido discutido e negociado em 1997, na cidade de Kyoto (Japão).

Esse documento fixou um cronograma em que os países são obrigados a reduzir, em 5,2%, a emissão de gases poluentes, entre os anos de 2008 e 2012 (primeira fase do acordo). Os gases citados no acordo são: dióxido de carbono, gás metano, óxido nitroso, hidrocarbonetos fluorados, hidrocarbonetos perfluorados e hexafluoreto de enxofre. Estes últimos três são eliminados principalmente por indústrias (MATOZZO, 2002).

A emissão destes poluentes deve ocorrer em vários setores econômicos e ambientais. Os países devem colaborar entre si para atingirem as metas. O protocolo sugere ações comuns como, por exemplo: aumento no uso de fontes de energias limpas (biocombustíveis, energia eólica, biomassa e solar); proteção de florestas e outras áreas verdes; otimização de sistemas de energia e transporte, visando o consumo racional; diminuição das emissões de metano, presentes em sistemas de depósito de lixo orgânico, definição de regras para a emissão dos créditos de carbono (certificados emitidos quando há a redução da emissão de gases poluentes) (MATOZZO, 2002).

Alguns especialistas em clima e meio ambiente como Sabbag, Grau Neto e Sister, esperam que o sucesso do Protocolo de Kyoto possa diminuir a temperatura global entre 1,5 e 5,8° C até o final do século XXI. Desta forma, o ser humano poderá evitar as catástrofes climáticas de alta intensidade que estão previstas para o futuro (MATOZZO, 2002).

6 LEVANTAMENTO DE EMPRESAS FINANCIADORAS DE PROJETOS DO MEIO AMBIENTE NO MUNDO

De acordo com Magalhães (2002) existem diversos financiadores para o meio ambiente, entre eles pode-se destacar:

a) Agência Brasileira de Cooperação, conhecida pela sigla "ABC" - esta integra a estrutura do Ministério das Relações Exteriores do Brasil - MRE. A Agência tem como atribuição coordenar e supervisionar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, em todas as áreas do conhecimento. Os programas e projetos são negociados e implementados ao amparo dos acordos firmados pelo Brasil com os países parceiros e com os organismos internacionais. Por meio do Manual de Orientação para Formulação de Projetos, a ABC fornece as instruções necessárias para a formulação dos projetos de cooperação técnica. A instituição executora nacional é geralmente uma entidade técnica, sem fins lucrativos, voltada para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, de ensino e/ou apoio ao setor produtivo. O apoio às Organizações Não-Governamentais (ONGs) se dá por meio do recebimento de prestação de serviços, traduzida pela presença de profissionais vindos de outros países, treinamento no exterior de Recursos Humanos do Brasil e eventual doação de equipamentos.

b) *Conservation International do Brasil* – trata-se de uma organização privada, sem fins lucrativos, dedicada à conservação e uso sustentado da biodiversidade. Atuando no Brasil desde 1988, a CI busca estratégias que promovam o desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis, compatíveis com a proteção dos ecossistemas naturais, sempre levando em consideração as realidades locais e as necessidades das comunidades. Em 1999 o Programa do Brasil se transformou em entidade nacional autônoma, denominada Instituto *Conservation International* do Brasil (CI do Brasil). Os programas que englobam as suas atividades são: economia/biologia da conservação, planejamento e capacitação em conservação e políticas de conservação.

c) Embaixada da Alemanha - Divisão de Cooperação Técnica e Financeiro - o Governo da Alemanha concede, no âmbito da cooperação técnica e financeira, apoio financeiro a projetos de pequeno porte, assim entendidos os projetos das

áreas social, de saúde, educação e agropecuária que: - beneficiam a população mais carente; - podem ser concluídos em, no máximo, seis meses; - não requerem continuação, prolongamento ou mudanças no decorrer de sua execução; - requerem recursos financeiros modestos; representam um impulso à capacidade da comunidade progredir com esforços próprios. As solicitações podem ser apresentadas por qualquer pessoa ou entidade que trabalhe, sem fins lucrativos e sem interesses particulares ou políticos, em prol do crescimento socioeconômico da população carente. São admitidas as solicitações para o financiamento de materiais, equipamentos ou instrumentos necessários à realização do projeto, os quais não possam ser financiados por entidades locais.

d) Embaixada do Japão - as áreas prioritárias para financiamento são: Projetos de Organizações Não-Governamentais (ONGs) que objetivem atenção especial nas áreas de cuidados de meio ambiente, saúde básica, educação básica, alívio da pobreza e bem-estar público. O governo japonês oferece um programa de assistência econômica para projetos de desenvolvimento concebidos para atender às diversas necessidades dos países pobres. Conhecido como Assistência a Projetos Comunitários - APC, esse programa oferece apoio a projetos por vários organismos, como organizações não-governamentais, hospitais, estabelecimentos de ensino básico, institutos de pesquisa e outras organizações sem fins lucrativos. Qualquer projeto pode ser financiado pela APC, dando-se preferência às seguintes áreas: - Cuidados de saúde básica; - Educação básica; - Alívio da pobreza; - Bem-estar público; e - Meio ambiente.

e) Embaixada do Reino Unido - as áreas prioritárias para financiamento são: Projetos de ONGs nas áreas de direitos humanos - crianças de ruas, saúde comunitária, planejamento familiar, desenvolvimento sustentável; e questões indígenas. O *Small Grants Scheme* (Programa de Pequenas Doações) - SGS, da Embaixada britânica é destinado a projetos que promovam o desenvolvimento e o bem-estar social das camadas mais necessitadas da população. O Programa considera áreas prioritárias para projetos: direitos humanos, principalmente relacionados a crianças de rua; saúde comunitária e planejamento familiar; desenvolvimento sustentável; e questões indígenas. No entanto, qualquer projeto que tenha valor social ou que promova o desenvolvimento poderá ser considerado.

f) FUNBIO - as áreas prioritárias para financiamento são: conservação e uso sustentável da diversidade biológica do Brasil, através de projetos de agro-ecologia, manejo florestal, madeireiro, manejo florestal não-madeireiro, conservação, educação ambiental, pesquisa e ecoturismo.

6.1 Outros financiadores do Meio Ambiente

Segundo Eduardo Magalhães, sociólogo, ensaísta, professor e consultor para o Terceiro Setor. Diretor da ONG Saúde e Cidadania e da empresa Escola para o Terceiro Setor. Membro da *International Society for Third-Sector Research (ISTR)* e coordenador nacional de projetos da *Building and Wood Workers' International (BWI)*. A possibilidade de financiamentos ambientais com recursos públicos em nosso país é atualmente bastante significativa. Apesar de considerável e, ao mesmo tempo, pouco explorada, a oferta ainda é insuficiente se confrontada com as urgentes necessidades de preservação e conservação do meio ambiente (MAGALHÃES, 2002).

Em síntese relata-se a seguir as principais fontes com suas características e exigências centrais, como segue:

a) Fundo Nacional para o Meio Ambiente (FNMA) - Criado em 1989, já financiou mais de 1.400 projetos socioambientais, empregando R\$ 210 milhões. Tem como missão contribuir para a realização das políticas ambientais de conservação e sustentabilidade do governo federal. Há dois tipos de demandas: a espontânea – apresentada em qualquer época do ano, oriunda de qualquer região do país, para valores até R\$ 500 mil anuais e enquadrada nos núcleos temáticos e a induzida – em resposta a editais. Entre as várias ações financiáveis estão: realização de empreendimentos econômicos com inclusão comunitária e sustentabilidade ambiental, projetos de educação ambiental, produção de material pedagógico, projetos de MDL (Protocolo de Quioto), entre outros. Critérios para aprovação: demonstrar ganhos ambientais, não utilizar técnicas que ponham em risco o meio ambiente, contemplar a questão social, poder gerar políticas públicas e ser replicado. É importante notar que a maior parte dos recursos é destinada para ONGs e governos municipais.

b) Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - (PPG7) - nasceu na Rio-92 e sua segunda fase de aplicação, foi até 2010, com a missão de proteger a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica em conjunto com a melhoria da qualidade de vida das populações locais. Principais linhas de investimento: desenvolvimento de experiências inovadoras entre comunidades locais e órgãos governamentais, conservação de áreas protegidas, fortalecimento institucional e pesquisa científica.

c) Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA II) - suas metas são: aprimorar a gestão integrada – entre governos estaduais e municipais, ONGs e setor produtivo – dos ativos ambientais, melhorar o desenvolvimento institucional do licenciamento ambiental e monitorar a qualidade da água e o gerenciamento costeiro (ordenamento territorial).

d) *Global Environmental Facility* (GEF) - é o principal instrumento multilateral de financiamento a projetos ambientais em países em desenvolvimento. Foi criado em Paris, em 1990, para custear iniciativas cujos impactos fossem globais: redução da emissão de gases do efeito estufa, proteção da biodiversidade, proteção de águas fronteiriças, redução da destruição da camada de ozônio, redução da degradação da terra e eliminação de poluidores orgânicos. Os financiamentos são de pequeno a grande porte (US\$ 25 mil a US\$ 1 milhão) e, ao serem propostos ao Ministério da Ciência e Tecnologia e durante o ano todo, já precisam contar com a contrapartida de outro financiador. Tem como áreas elegíveis: diversidade biológica; mudanças climáticas; águas transfronteiriças; prevenção da destruição da camada de ozônio; degradação da Terra; poluidores orgânicos persistentes (Pops). Este projeto tem como principais características: ser endossado pelo governo do país ao qual se realizará; ser replicável em contexto internacional. ter base científica e técnica sólida; preferencialmente envolver colaboração das comunidades locais; contribuir para a qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável.

e) Plano de Conversão da Dívida Externa para Fins Ambientais – conhecido internacionalmente como *Debt-For-Nature Swaps*, a conversão da dívida externa em financiamento para projetos ambientais é um instrumento que existe desde os anos de 1980 e serve basicamente para minimizar o efeito negativo do impacto das dívidas externas nos países em desenvolvimento e mitigar a destruição ambiental. O

primeiro caso desse tipo de acordo ocorreu em 1987, entre um grupo de conservação e a Bolívia. Esse grupo pagou parte da dívida externa boliviana em troca de uma grande floresta de preservação. Há dois tipos de conversão: a) um país credor perdoa parte da dívida de outro país devedor em troca de concessões ambientais; b) há também a possibilidade de uma concessão com sentido comercial: uma instituição financeira vende títulos que possui da dívida externa de um país para uma ONG internacional. Tanto essa venda pode ser feita com substancial desconto ou mesmo os títulos podem ser doados para a entidade que, por sua vez, pode utilizar os títulos para perdoar parte da dívida do país devedor em troca da aplicação do valor perdoado em ações ambientais. A ONG internacional faz parceria com uma entidade nacional/local para coordenar as ações ambientais, que obviamente deve ter o aval do governo do país onde as ações serão executadas. No Brasil, o instrumento não só é válido como já possui normatização.

O Banco Central, por meio da resolução nº 1.840 e da circular nº 1.988, ambas de 16 de julho de 1991, elaboraram uma primeira legitimação do sistema de conversão para o Brasil. Os interessados devem primeiro obter parecer favorável da Comissão Técnica de Avaliação de Projetos Ambientais, tratada na referida resolução. O segundo passo é apresentar o pedido de autorização ao Departamento de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil com a identificação dos títulos/créditos/depósitos objetos das doações.

f) Prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente – Instituído pelo Ministério do Meio Ambiente em 2001, anualmente premia projetos que fomentam o desenvolvimento sustentável na Floresta Amazônica. As ações vitoriosas conquistam divulgação em nível nacional e internacional, além de receberem – no caso dos que ganharem o primeiro lugar – uma bonificação de R\$ 20 mil em cada uma das seis categorias: Liderança Individual; Associação Comunitária; Organização Não-Governamental; Negócios Sustentáveis; Ciência e Tecnologia; e Arte e Cultura.

d) BNDES - Além de considerar o critério socioambiental na concessão de créditos, oferece suporte para:

- investimentos em meio ambiente que fomentam o desenvolvimento sustentável no Brasil. Linhas de financiamento: saneamento básico; projetos relacionados à gestão de bacias hidrográficas; desenvolvimento da ecoeficiência; recuperação e

conservação de ecossistemas e biodiversidade; projetos que utilizem o MDL (entre eles o crédito de carbono); planejamento e gestão; e recuperação de passivos ambientais;

•eficiência energética (PROESCO): podem ser financiados projetos que vão contribuir efetivamente para a economia de energia, tendo as áreas de estudos e projetos; obras e instalações; máquinas e equipamentos; serviços técnicos especializados e sistemas de informação, monitoramento, controle e fiscalização oportunidades reais de financiamento.

6.1.1 Outros bancos oficiais

Existem também, alguns bancos Oficiais, como:

a) Banco do Nordeste - a principal linha de financiamento é o programa Cresce Nordeste, criado para empreendimentos que utilizam a natureza sob o viés da responsabilidade socioambiental. Podem ser acessados por micro a grandes produtores, sejam rurais ou não, com financiamentos entre R\$ 110 mil e mais de R\$ 35 milhões – no caso das grandes empresas. Áreas financiáveis: geração de energia alternativa; reconversão energética; manejo florestal e reflorestamento; agropecuária orgânica; criação de animais silvestres; biodiversidade local; estudos, sistemas, certificações e auditorias ambientais; produção mais limpa; equipamentos de controle de poluição; recuperação de áreas degradadas; tratamento de resíduos; entre outros.

b) Banco da Amazônia - possui políticas socioambientais de crédito específicas, patrocina projetos sociais e ambientais, financia pesquisas e negócios sustentáveis, além de promover o prêmio Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente, que contempla seus vencedores com bônus de US\$ 100 mil.

c) Banco do Brasil - os serviços relacionados ao desenvolvimento sustentável estão concentrados basicamente nos seguintes programas: apoio ao biodiesel; financiamento da produção orgânica; implantação e manejo florestal; fundo ético para investimento em empresas com responsabilidade socioambiental; e eficiência energética. Além da Fundação Banco do Brasil. Há ainda, outras possibilidades de financiamento público para questões socioambientais. Além do Fundo de Defesa

dos Direitos Difusos, gerenciado pelo Ministério da Justiça, há 50 fundos estaduais – apesar de apenas 18 funcionarem – e 986 municipais – mas com uma parcela em funcionamento menor ainda do que o nível estadual.

Compete ao empreendedor ou ao gestor público do meio ambiente encontrar a fonte de financiamento ou o investidor mais adequado para sua necessidade. Financiadores, Investidores, Governantes e Ativistas do Meio Ambiente precisam estar em perfeita sinergia para que possamos preservar para as gerações futuras, o já combalido Meio Ambiente em que vivemos.

6.2 Abrangência das linhas de crédito: Meio Ambiente

Segundo Pardo Diaz (2002) o BNDES considera a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente condições essenciais para a humanidade. Por isso, o desenvolvimento socioambiental é uma diretriz estratégica e se reflete na política de financiamentos do Banco.

Dessa forma, o BNDES busca sempre o aperfeiçoamento dos critérios de análise ambiental dos projetos que solicitam crédito e oferece suporte financeiro a empreendimentos que tragam benefícios para o desenvolvimento sustentável. Além disso, o Banco reforça sua política ambiental por meio de ações internas que buscam o envolvimento do corpo funcional e por meio de protocolos em que firma o compromisso público de promover o desenvolvimento em harmonia com o equilíbrio ecológico. O Banco também está envolvido em duas iniciativas voltadas à preservação de importantes regiões naturais do planeta:

a) Fundo Amazônia - em 2008 o BNDES assumiu, a gestão e administração do fundo, destinado a financiamentos não-reembolsáveis de ações que possam contribuir para o combate ao desmatamento da floresta, além de iniciativas que promovam a conservação e o uso sustentável da região. O fundo captará recursos exclusivo por meio de doações.

b) Iniciativa BNDES Mata Atlântica - ação voluntária do BNDES, por meio da qual financia, com recursos não reembolsáveis, projetos de restauração florestal da Mata Atlântica em unidades de conservação de posse e domínio público e em áreas de preservação permanente ciliares. O BNDES realiza financiamento de longo prazo,

subscrição de valores mobiliários e prestação de garantia, atuando por meio de Produtos e Fundos, conforme a modalidade e a característica da operação. Os três mecanismos de apoio (financiamento, valores mobiliários e garantias) podem ser combinados numa mesma operação financeira, a critério do BNDES. São oferecidos ainda Programas de Financiamento que podem se vincular a mais de um produto e visam a atender a demandas específicas, apresentando prazo de vigência e dotação previamente estabelecida. Os principais mecanismos de apoio do Banco ao Meio Ambiente são os produtos.

- Produtos

Alguns Produtos do BNDES se dividem em Linhas de Financiamento, com finalidades e condições financeiras específicas. A critério do Banco, um projeto de investimento pode se beneficiar de uma combinação de Linhas de Financiamento, de um mesmo ou de diferentes Produtos, de acordo com o segmento, a finalidade do empreendimento e os itens a serem apoiados. A seguir, mencionamos produtos que podem ser usados no apoio ao Meio Ambiente:

c) BNDES FINEM - financiamento de valor superior a R\$ 10 milhões, a projetos de implantação, expansão e modernização de empreendimentos. A atuação do BNDES, no âmbito do FINEM, para apoio a investimentos no meio ambiente é realizada através de linhas de financiamento. O BNDS através de apoio a investimentos em Meio ambiente oferece condições especiais para projetos ambientais que promovam o desenvolvimento sustentável do país como:

- ✓ BNDES Florestal - Destinado ao reflorestamento, à conservação e à recuperação florestal de áreas degradadas ou convertidas, e ao uso sustentável de áreas nativas na forma de manejo florestal.
- ✓ Apoio a Projetos de Eficiência Energética - PROESCO
Destinado a projetos que contribuam para a eficiência energética.
- ✓ Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos - destinado a projetos de investimentos, públicos e privados, que visem à universalização do acesso aos serviços de saneamento básico e à recuperação de áreas ambientalmente degradadas.

d) BNDES Automático - financiamento de até R\$ 10 milhões (para empresas de grande porte) ou até R\$ 20 milhões (para empresas dos demais portes), a projetos de implantação, expansão e modernização de empreendimentos.

e) BNDES FINAME - financiamento à aquisição isolada de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES, sem limite de valor.

f) BNDES Finame *Leasing* - financiamento à aquisição isolada de máquinas e equipamentos novos em operações de arrendamento mercantil.

g) CARTÃO BNDES - Crédito rotativo, pré-aprovado, de até R\$ 1 milhão, para aquisição de produtos, insumos e serviços credenciados no Portal de Operações do Cartão BNDES, direcionado às micro, pequenas e médias empresas.

h) BNDES Limite de Crédito - crédito rotativo para o apoio a empresas ou Grupos Econômicos já clientes do BNDES e com baixo risco de crédito.

j) BNDES Empréstimo-ponte - financiamento a um projeto, concedido em casos específicos, para agilizar a realização de investimentos por meio da concessão de recursos no período de estruturação da operação de longo prazo.

k) BNDES *Project finance* - engenharia financeira suportada contratualmente pelo fluxo de caixa de um projeto, servindo como garantia os ativos e recebíveis desse mesmo empreendimento.

l) BNDES Fianças e Avais - prestação de fiança e avais pelo BNDES com objetivo de diminuir o nível de participação nos projetos financiados.

6.3 Papel dos bancos na defesa do Planeta

De acordo com Souza (2009) pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a *Pricewaterhouse Coopers*, em 2008, para avaliar a percepção das empresas brasileiras sobre o

impacto do aquecimento global revelou que 96% das 136 companhias consultadas consideram as mudanças climáticas do planeta um assunto estratégico para o futuro dos seus negócios. Elas apontaram, porém, os altos custos, a falta de conhecimento técnico e de divulgação de oportunidades de financiamento como os fatores que limitam as iniciativas e a realização de projetos sustentáveis.

As instituições financeiras, portanto, têm papel relevante na defesa do planeta, e o resultado da consulta deveria guiá-las na construção de critérios ambientais e sociais mais rígidos para a concessão de empréstimos e de linhas de financiamento a quem deseja mudar plantas industriais, beneficiando as empresas que investem em energia limpa, por exemplo.

Não é o que acontece. Atualmente, somente os bancos holandeses não dão crédito a quem utiliza energia suja. Relatório do *BankTrack*, instituição criada para fiscalizar e monitorar o setor financeiro, divulgado em dezembro de 2007, expôs a fragilidade de 45 bancos de todo o mundo no que se refere à responsabilidade socioambiental. No Brasil, apenas o Bradesco, o Itaú e o Banco do Brasil obtiveram resultados um pouco acima da média - baixos, porém, na escala de zero a quatro, estabelecida pelo relatório. Na verdade, só o HSBC e o holandês Rabobank receberam boas pontuações.

De acordo com Roland Widmer, gerente do programa Eco-Finanças da ONG Amigos da Terra - Amazônia Brasileira atribui a responsabilidade disso à ausência de regulamentação do sistema financeiro, o que levou a criação de um enorme "sistema bancário sombra". Este, por sua vez, foi em grande parte responsável pela expansão de produtos securitizados e derivativos de crédito exóticos. "Em 2007, por exemplo, o valor nominal de derivativos de balcão chegou a cerca de 596 trilhões de dólares, valor 10 vezes maior do que o PIB mundial".

A solução, segundo os responsáveis pelo programa Eco-Finanças da Amigos da Terra - Amazônia Brasileira e o BankTrack, seria a retirada dos bancos da política. "É preciso exigir que os bancos obtenham autorização da sociedade para operar e, com isso, garantir a participação democrática no projeto de uma nova ordem financeira global".

A responsabilidade socioambiental deixou de ser medida apenas pelas vantagens publicitárias que representa para as empresas, desde que a conta do prejuízo começou a chegar - e é salgada. Hoje, os cuidados com o meio ambiente passaram a ser também uma variável econômica importante, principalmente para as

instituições financeiras. É que a legislação ambiental vigente em todo o mundo, cada dia mais severa, aplica o Princípio do Poluidor Pagador, que obriga aos que sujam o planeta a terem políticas de prevenção, repressão e, essencialmente, reparação dos danos provocados pelo seu empreendimento. O resultado do pagamento de passivos ambientais se reflete de imediato na situação financeira das empresas poluidoras e pode comprometer a sua capacidade de pagar as dívidas contraídas com os bancos.

Só agora, apesar de estarem expostos a esses riscos nas operações de crédito, os bancos começaram a se dar conta da necessidade de estabelecer suas próprias políticas ambientais internas, assim como critérios claros de boas práticas sustentáveis. "De 2007 para cá, alguns bancos avançaram", reconhece Gustavo Pimentel, especialista em finanças sustentáveis, que já representou o *BankTrack* no Brasil. Pimentel citou como exemplo a política climática do Banco Dexia, da Bélgica, e de florestas do ANZ, na Austrália.

No caso brasileiro, as três instituições financeiras pesquisadas pelo *BankTrack* não divulgaram novas políticas setoriais ou temáticas para a concessão de crédito. "Mas sabemos que esses bancos estão estudando a implantação dessas políticas, principalmente para setores relevantes, como os das florestas, biocombustíveis, agricultura, mineração e metalurgia", adianta Pimentel, dando exemplos concretos, como o programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil e os de microcrédito do Real e do Itaú. "O Real tem programas setoriais que exigem melhores práticas dos clientes, como a política de florestas, que tem impacto direto no setor madeireiro."

Os balanços sociais das empresas começaram a ser feitos no Brasil, nos anos 1997 e 1998. Hoje, o modelo adotado pelas companhias brasileiras, que foi idealizado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, é o instrumento mais utilizado pelas empresas para demonstrar publicamente a adesão de tornar transparentes as suas principais informações sociais, financeiras e ambientais.

Foi a partir da publicação do balanço social que diversas organizações sindicais puderam fazer denúncias de trabalho escravo de homens e mulheres pelo Brasil afora. "Num país onde a desigualdade social continua como um dos principais problemas, e onde a riqueza ostensiva dos conglomerados nacionais e multinacionais divide espaço com a pobreza degradante, exigir das empresas uma postura ética e responsável - com práticas efetivas e não apenas com discurso -

passa, necessariamente, pela pressão da sociedade", afirma o economista João Sucupira, diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), entidade que institucionalizou o modelo de balanço elaborado no Brasil (WIDNER, 2007).

Segundo Elvira Cruvinel, (2007) coordenadora dos projetos "Governança em Cooperativas de Crédito" e "Moedas Sociais" do Banco Central e editora do Boletim de Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro, também do BC, acredita que é no processo de crédito que os bancos podem fazer a diferença, porque toda empresa precisa de capital de giro, enquanto as instituições financeiras têm nos empréstimos, a sua principal fonte multiplicadora do dinheiro. Atualmente, há uma preocupação muito grande em saber a quem o banco está emprestando. As instituições precisam estabelecer critérios ambientais, para induzir as empresas a serem socialmente responsáveis.

Elas vão querer cumprir as provas estabelecidas nesses critérios para receber o dinheiro, e que os fundos de investimentos foram a grande "sacada" de alguns bancos para obrigar as empresas a se tornarem responsáveis pela sustentabilidade do planeta. Sócio-diretor da Consultoria Finanças Sustentáveis, com sede em São Paulo, junto com Cassio Trunkl, Victorio Mattarozzi afirma que, na Holanda, o Banco Triodos já foi criado em 1980 com a intenção de lançar políticas de crédito e investimentos baseados em critérios socioambientais, assim como fundos de investimentos voltados para a sustentabilidade. "A instituição financeira apoia com financiamentos ou fundos de investimentos apenas os projetos de agricultura orgânica ou familiar que tenham como princípio o uso de energias limpas e a busca da eficiência energética."

No entanto, da totalidade dos fundos criados, que representa 12% do mercado financeiro, apenas 1% foi montado com base em critérios socioambientais.

Outro banco holandês, o Rabobank, instituiu uma política de crédito a projetos de agronegócio sustentáveis que premia com taxas de juros mais baixas os empresários que se preocupam com a proteção do clima e do meio ambiente. A taxa de juros pode cair em até 0,5%.

De acordo com Cassio Trunkl o grupo Rabobank, um dos principais fornecedores de serviços financeiros para a indústria de alimentos e o agronegócio, faz um *score* anual dos clientes e criou até um inédito manual de boas práticas socioambientais para empresários brasileiros do *agrobusiness*, que despertou o

interesse da matriz do Utrecht, na Holanda. "Os dois bancos têm práticas bem avançadas, em comparação com as instituições brasileiras".

A Fundação Centrus, previdência complementar dos servidores do BC, foi uma das primeiras signatárias brasileiras do documento Princípios do Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês), iniciativa da ONU que classifica as empresas segundo os aspectos da sustentabilidade, adotado em 2006. Na ocasião, 140 empresas estrangeiras tinham aderido ao PRI, entre as quais se destacam os grandes administradores de fundos do mundo inteiro.

Para Daso Coimbra, diretor de Aplicações do fundo de pensão do BC, em dezembro de 2008, 458 empresas passaram a ser signatárias dos princípios socioambientais da ONU, entre elas, 28 brasileiras, o que fez com que os investimentos iniciais de US\$ 5 trilhões em empresas sustentáveis triplicassem num período de dois anos. De 2006 a 2008, a composição da carteira de renda variável da Centrus em empresas sustentáveis, aquelas que adotam também a governança corporativa e a transparência, foi ampliada de 52% para 73,7%, sendo que a cesta de ações do Índice de Sustentabilidade subiu de 34,8% para 42,1%.

O diretor da Centrus, funcionário de carreira do BC há 32 anos, fez questão de salientar que ninguém está fazendo bondade com o chapéu dos outros - ou seja, com o dinheiro dos servidores - ao investir R\$ 3 bilhões em ações de empresas sustentáveis. "Nós investimos para aumentar a rentabilidade, pois sabemos que, hoje, essas empresas tendem a ser mais rentáveis. Só o fato de contarem com investimentos mundiais no valor de US\$ 15 trilhões já valorizam suas ações. Essas empresas são as mais procuradas, por serem as mais confiáveis."

6.3.1 Critérios de financiamento

Ambientalistas afirmam, que um banco verdadeiramente responsável, deve responder a duas questões centrais: a quem eu financio? E como financio? Gustavo Pimentel diz que a escolha de setores, nesse caso, é crucial. "As carteiras devem ter metas de migração de setores de alto impacto para os de baixo, além de financiar diretamente os que fazem parte da solução, como os de tecnologia limpa", enfatiza. O especialista aconselha aos bancos a emprestar, enquanto fazem a transição, apenas a empresas consideradas de alto impacto que já adotaram as melhores práticas ambientais. Isso é particularmente importante no caso brasileiro, lembra

Victorio Mattarozzi, porque os relatórios do *Finance Initiative Climate Change (FCC)* apontam que o Brasil será um dos países mais afetados pelas mudanças climáticas.

Elvira Cruvinel sustenta que o risco ambiental é uma variável econômica importante a ser levada em conta pelos grupos financeiros, sob o perigo de se investir em negócios que podem ser embargados no futuro, como é o caso das grandes obras hidrelétricas. "É preciso gerenciar esse risco e considerar os cuidados ambientais também como uma garantia de empréstimo". Ela cita exemplos de bancos credores que recebem terra, como pagamento de dívidas, e ganham, na verdade, uma herança de passivos ambientais gigantescos.

Pimentel, assim como outros especialistas em finanças sustentáveis, acredita que a crise financeira internacional vai acelerar o processo de se exigirem novos critérios socioambientais na concessão de empréstimo: "Com o crédito escasso, o mercado fica mais seletivo". "Os bancos brasileiros vão adotar critérios de avaliação de riscos e de oportunidades muito mais severos, para evitar, por exemplo, os problemas na agricultura, provocados pelas chuvas" (MATOZO, 2004).

6.3.2 Legislação mundial

Segundo Elvira Cruvinel a partir da segunda metade do século XX, a poluição ambiental passou a ser tratada como um problema econômico quando a teoria do desenvolvimento se sobrepôs a do crescimento indiscriminado. Esse foi o primeiro passo que levou o mundo inteiro a pensar que esse desenvolvimento também precisava ser sustentável. Em 1972, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), como resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo. "Mas a legislação ambiental passou a se afunilar em 1988".

A Eco 92, como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada, no Rio de Janeiro, foi o grande passo para conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. A Conferência do Rio também consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável e contribuiu para uma ampla conscientização de que os danos ao meio ambiente eram majoritariamente de responsabilidade dos países desenvolvidos e, ao mesmo tempo, da necessidade de os países em

desenvolvimento receberem apoio financeiro e tecnológico para avançar na direção do desenvolvimento sustentável (CRUVINEL, 2007).

Além disso, no encontro internacional do Rio de Janeiro foi definido o conceito do Princípio da Precaução, que se traduz na garantia contra os riscos potenciais, mesmo aqueles que, de acordo com o estado atual do conhecimento, não podem ser identificados. Esse Princípio afirma que, na ausência da certeza científica formal, a existência de risco de um dano sério ou irreversível requer a implementação de medidas que possam prever o problema. É com base no Princípio da Precaução que algumas empresas podem ser corresponsabilizadas por danos ambientais, conforme passou a ser definido na Lei de Biossegurança.

Mas só em outubro de 2002, começou-se a delinear as bases dos Princípios do Equador, um conjunto de exigências socioambientais aplicadas na concessão de financiamento de grandes projetos. Nessa data, o *International Finance Corporation (IFC)*, braço financeiro do Banco Mundial, e o banco holandês ABN Amro promoveram um encontro de altos executivos em Londres com o objetivo de discutir experiências com investimentos em projetos, envolvendo questões sociais e ambientais em mercados emergentes, nos quais nem sempre existe legislação rígida de proteção do ambiente.

Em 2003, dez dos maiores bancos de financiamento internacional de projetos, responsáveis por mais de 30% do total de investimentos em todo o mundo, lançaram as regras dos Princípios do Equador na sua política de concessão de crédito. A partir daquele momento, a abordagem financeira ambiental passou a ser indispensável não só do ponto de vista da ética dos negócios, mas também para evitar que as instituições financeiras começassem a ser responsabilizadas judicialmente pelos danos gerados por suas operações de crédito.

6.3.3 Rabobank: Manual de boas práticas

Fundado por produtores rurais há mais de 100 anos, o Rabobank foi idealizado para ser uma cooperativa de crédito rural com o intuito de proporcionar às comunidades o acesso a fontes de crédito mais justas e confiáveis, ajudando-as a construir e manter seus negócios. No Brasil, o banco atende ao polêmico setor agroindustrial desde 1990. Em 2002, passou a oferecer "produtos e soluções financeiras diretamente para os produtores rurais". No seu "Manual de Boas

Práticas", a instituição financeira ensina como a propriedade deve tornar-se sustentável, na prática. Para isso, o produtor deve:

- ° Planejar estrategicamente o desenvolvimento da propriedade;
- ° Levantar e conhecer todos os requisitos legais de seu negócio;
- ° Possuir uma postura proativa em relação à gestão dos aspectos trabalhistas e ambientais;
- ° Proporcionar o treinamento e a capacitação da mão-de-obra da propriedade;
- ° Fornecer aos colaboradores condições de trabalho de acordo com a legislação vigente;
- ° Preocupar-se com o bem-estar das pessoas que vivem na propriedade;
- ° Utilizar tecnologias e soluções "limpas"
- ° Reduzir o consumo relativo e absoluto de recursos, como matérias-primas, energia e água;
- ° Instalar sistemas inteligentes de reuso de materiais e uso de materiais alternativos;
- ° Buscar o desenvolvimento e uso de produtos que causem o menor impacto possível ao meio ambiente;

- Alguns critérios de qualificação adotados:

Para a análise socioambiental dos clientes, o Rabobank estabeleceu critérios de qualificação que têm reflexos nas taxas de juros aplicadas nos empréstimos oferecidos:

- ° Cumprimento das exigências legais relativas às Áreas de Preservação Permanente;
- ° Cumprimento das exigências legais relativas às Áreas de Reserva Legal;
- ° Fornecimento de boas condições de segurança, alimentação, higiene pessoal, alojamento e transporte, garantindo a saúde e o bem-estar dos trabalhadores;
- ° Armazenamento, uso e descarte adequado de produtos químicos, combustíveis e lubrificantes, bem como de suas embalagens;
- ° Descarte adequado de resíduos gerados em suas atividades;

- Critérios de exclusão de crédito bancário:

- ° Violação das diretrizes socioambientais setoriais do Rabobank: Código de Direitos Humanos, Código para Produção de Dendê e Código para Uso de Transgênicos;

- Violação das providências previstas pela Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Direitos Fundamentais no Trabalho;
- Sobreposição de áreas com unidades de conservação;
- Sobreposição de áreas com territórios indígenas ou quilombolas;
- Comércio de espécies listadas nos anexos I e II da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
- Produção, comércio ou uso de defensivos proibidos ou inseridos na lista de exclusão do *International Finance Corporation* (<http://www.ifc.org/>);
- Existência de áreas com situação fundiária sob disputa judicial;
- Ausência de registro em carteira de todos os seus trabalhadores próprios, assim como de todos os trabalhadores terceirizados que trabalhem para a empresa de forma temporária ou regular, dentro ou fora de suas dependências;
- Envolvimento com desmatamento não autorizado após janeiro de 2005;
- Envolvimento com desmatamento legalmente autorizado após janeiro de 2005, sem a devida averbação e conservação das áreas de Reserva Legal e proteção das Áreas de Preservação Permanente nas propriedades em questão, de acordo com os limites estabelecidos na lei;
- Processamento, transporte ou comercialização de madeira de florestas nativas sem as necessárias licenças e autorizações dos órgãos competentes ou sem o cumprimento dos requerimentos de tais licenças e autorizações;
- Para as atividades de produção de madeira a partir de florestas naturais, empresas que não estejam certificadas ou em processo de certificação pelo sistema do *Forest Stewardship Council (FSC)* ou equivalente;
- Ausência de licenças ambientais aplicáveis ao negócio desenvolvido pelo cliente;
- Existência de corrupção, sonegação de impostos ou falsificação de documentos.

6.4 Programas destinados à preservação do Meio Ambiente

De acordo com o BNDES, atualmente estão em vigor os seguintes programas destinados à preservação do meio ambiente:

- Programa Fundo Clima - apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que tenham como objetivo a mitigação das mudanças climáticas, como projetos de energias renováveis e de modais de transporte eficientes.

- BNDES Compensação Florestal - apoio à regularização do passivo de reserva legal em propriedades rurais destinadas ao agronegócio e a preservação e a valorização das florestas nativas e dos ecossistemas remanescentes.
- BNDES Proplástico-Socioambiental - apoio a investimentos envolvendo a racionalização do uso de recursos naturais, mecanismos de desenvolvimento limpo, sistemas de gestão e recuperação de passivos ambientais e financiar projetos e programas de investimentos sociais realizados por empresas da cadeia produtiva do plástico.
- PRONAF Agroecologia - apoio a agricultores familiares, por meio de investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos.
- PRONAF ECO - apoio a agricultores familiares, por meio de investimento em tecnologias de energia renovável e sustentabilidade ambiental.

Fundos de Investimentos

- BNDES Empresas Sustentáveis na Amazônia (em estruturação) - apoio a oportunidades de investimentos na Amazônia que gerem retorno financeiro e impactos sócio-ambientais positivos.
- BNDES Fundo de Inovação em Meio Ambiente (chamada de gestor) - apoio ao empreendedorismo e exploração das oportunidades de investimentos em empresas inovadoras, de modo a propiciar o desenvolvimento de tecnologias limpas.

O BNDES possui também participação em três Fundos de Investimentos em Participações (FIPs) voltados a projetos ambientais:

- FIP Brasil Sustentabilidade

- Foco em projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e com potencial para gerar Reduções Certificadas de Emissões (RCE).
- Capital comprometido do Fundo - R\$410 milhões
- Participação do BNDES - 48,6%
- Gestores do fundo - Latour Capital e BRZ Investimentos

- FIP Caixa Ambiental

- Foco em saneamento, tratamento de resíduos sólidos, geração de energia limpa e biodiesel.

- Capital comprometido do Fundo - R\$400 milhões.
- Participação do BNDES - 17%.
- Gestor do fundo - Banco Santander.

- FIP Vale Florestar

- Atuação preferencialmente em áreas degradadas na região de abrangência de Carajás.
- Volume estimado do Fundo - R\$605 milhões
- Participação BNDES - 20%
- Gestor do fundo - Global Equity

O item a seguir, enfoca empresas que já contribuem com ações de sustentabilidade.

7 EMPRESAS QUE CONTRIBUEM COM AÇÕES EM SUSTENTABILIDADE

Um dos maiores desafios do Brasil, a gestão de resíduos agora está amparada por lei, a de nº 12.305/2010 e algumas companhias já criaram projetos que aliam sustentabilidade econômica e social

Os brasileiros durante muito tempo, jogaram no lixo, literalmente, uma montanha de dinheiro, estimada em R\$ 8 bilhões por ano pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Essa conta se refere apenas aos recursos que deixam de ser ganhos com o reaproveitamento dos resíduos no próprio sistema produtivo da empresa ou com a venda de insumos, como plástico, alumínio e vidro, para reciclagem. Além do aspecto financeiro, essa postura ajuda a agravar o quadro de doenças e tragédias que assolam o País. É que aquela inofensiva garrafa PET largada nas ruas de uma cidade como São Paulo pode ter um efeito desastroso na vida dos cidadãos, especialmente em dias de chuva. A partir de junho (2012) porém, essa história teve grandes chances de mudar (FERREIRA, 2011).

Referido autor afirma ainda que, de forma geral, esta lei obriga todas as companhias a montar um esquema para recolher e dar destino correto aos insumos gerados por sua atividade. Em outras palavras, a chamada logística reversa. Apesar de chegar atrasado nessa corrida países como Estados Unidos, Japão e Alemanha adotaram dispositivos semelhantes a partir da década de 1970, o governo brasileiro espera recuperar o tempo perdido. Nossa lei é baseada nas últimas diretrizes da União Europeia, diz Silvano Silvério da Costa, secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

O quadro a seguir mostra as 50 empresas que contribuem com projetos de sustentabilidade, ou seja, já fazem sustentabilidade.

Figura 3 – As 50 empresas do Bem divididas por categoria de projetos

As eleitas As 50 Empresas do Bem, divididas por categoria de projetos

Energia	Embalagem	Reciclagem	Gestão de Resíduos	Equipamentos
1 – Sabesp	11 – Baram	21 – Camargo Corrêa	31 – Walmart	41 – Estre Ambiental
2 – Mafrig/Seara	12 – Nestlé	22 – Vulkan	32 – Ambev	42 – Braskem
3 – McDonald's	13 – Pão de Açúcar	23 – Santander	33 – Spal	43 – Chevron Brasil
4 – Solvi	14 – Natura	24 – HSBC	34 – Baxter	44 – SulAmérica
5 – Embaré	15 – Green Business	25 – Renault	35 – Codesp	45 – Light
6 – Monsanto	16 – Novelis	26 – Fiat	36 – BM&FBovespa	46 – Itautec
7 – Vale	17 – O Boticário	27 – WTorre	37 – White Martins	47 – Café Bom Dia
8 – Petrobras	18 – Merial Brasil	28 – Denovo	38 – Cyberlar	48 – Naturalis Brasil
9 – Souza Cruz	19 – Bombril	29 – Bradesco	39 – Levi's	49 – Itaú Unibanco
10 – Copel	20 – Philips	30 – Banco do Brasil	40 – ArcelorMittal	50 – Tetra Pak

Fonte: Revista Isto é Dinheiro, Ed. 704 nov/2011. (FERREIRA, 2011).

Antes da vigência completa da lei, prevista para 2016, diversas empresas vêm desenvolvendo mecanismos para obter dividendos da gestão correta de seus resíduos. E isso inclui todos os setores. Do bancário à confecção, passando pelos fabricantes de eletroeletrônicos. Em sua edição 2011 de "As 50 Empresas do Bem", a DINHEIRO lança luzes sobre alguns exemplos marcantes nesta área. Não se trata de um *ranking*, mas sim de uma seleção de iniciativas voluntárias que surpreendem pela criatividade e pelo compromisso com a sustentabilidade, tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico (FERREIRA, 2011).

- **Setor de Energia**

1 - Sabesp

Oito fábricas do setor químico, instaladas em Mauá, na Grande São Paulo, vão começar a receber água de reúso para uso industrial, tratada na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Sabesp, no bairro de Heliópolis, zona sul da capital. A água sairá dos reservatórios da empresa de saneamento básico e chegará por meio de uma tubulação de 17 quilômetros de extensão até o complexo empresarial.

Diferentemente da água para beber, o insumo para fins industriais é utilizado para lavar maquinários, chão de fábrica ou para geração de vapor utilizado no processo fabril. As empresas ainda compram água potável para uso industrial, diz o engenheiro Guilherme Paschoal, diretor da Aquapolo Ambiental, uma sociedade da

Sabesp com a Foz do Brasil, empresa do grupo Odebrecht, criada para atender o polo petroquímico de Mauá.

Além de ser ambientalmente responsável, o insumo reciclado custará bem menos para as empresas: em vez de R\$ 10 o metro cúbico (preço da água para consumo), as empresas vão gastar R\$ 3 por metro cúbico. Com a adição de produtos químicos, a qualidade fica excelente, só não pode ser consumida por ausência de minerais, afirma Paschoal. A Aquapolo está investindo R\$ 253 milhões no projeto, que entrará em operação em julho de 2012 (FERREIRA, 2011).

2 - Marfrig/Seara

Em meados de 2010, a Seara Alimentos, do grupo Marfrig, iniciou o processo de troca do combustível utilizado em suas caldeiras industriais. Nas fábricas de Jacarezinho, (PR) e de Criciúma (SC), o óleo BPF, derivado do petróleo, foi substituído por um óleo vegetal feito à base de resíduos de soja.

Com isso, a empresa substituiu um combustível fóssil por outro renovável e ecologicamente correto. A previsão é de que mais cinco plantas de São Paulo e de Mato Grosso do Sul passem a utilizar o produto até o final de 2012. A velocidade da implementação do projeto nessas unidades depende de dois fatores: encontrar os fornecedores adequados dos resíduos do grão e empresas que transformem essa matéria-prima em bióleo.

Temos mais de 50 plantas no Brasil e a maioria já utiliza soluções sustentáveis como combustível, diz Clever Ávila, diretor de desenvolvimento industrial e sustentabilidade do grupo Marfrig. Além da soja, biomassa de cana e de eucalipto são as outras fontes utilizadas. Segundo Ávila, a empresa levou um ano e meio para desenvolver a tecnologia do bióleo.

3 - McDonald's

O mesmo óleo que frita as batatas, *nuggets* e tortinhas do McDonald's vai movimentar os veículos que levam os alimentos às unidades da rede de *fast-food* em São Paulo. A Arcos Dourados, que controla a rede americana de lanchonetes na América Latina desde 2007, e sua operadora logística Martin-Brower passaram os últimos 18 meses desenvolvendo e testando um projeto para reutilizar o óleo de fritura no transporte e permitir a economia de combustíveis.

O projeto-piloto abrange dez unidades em São Paulo, abastecidas pelo centro de distribuição em Osasco (SP), responsável por 70% dos insumos. Os parceiros são a Volkswagen e as fabricantes de motores Cummins e MWM International, que produziram quatro veículos com 20% de biodiesel e um veículo capaz de rodar apenas com o combustível sustentável.

Após um ano de testes, percebemos que os caminhões com 20% de biodiesel consumiram apenas 5% mais do que os alimentados por diesel comum, afirma Celso Cruz, diretor da cadeia de suprimentos da Arcos Dourados. Ficou dentro do esperado porque, embora o biocombustível tenha menor poder calórico, por ser mais barato que o diesel, ainda traz recompensa econômica.

O processo de transformação do óleo em biodiesel acontece em uma usina em Sumaré, no interior de São Paulo. Com o projeto-piloto aprovado, a empresa estuda, no momento, a ampliação da iniciativa.

Está sendo avaliado quantas das 620 lojas da rede poderão adotar a prática e se ela será expandida para o Nordeste, onde existe um centro de distribuição no Recife. No futuro, o McDonald's pretende substituir, com biocombustível, dois milhões do total de cinco milhões de litros anuais de diesel consumidos pelos caminhões da Martin-Brower.

4 - Solví

Aos olhos da maioria da população, os aterros sanitários não passam do destino final do lixo doméstico produzido diariamente. A partir da introdução de novas tecnologias, porém, esses depósitos estão deixando de ser sinônimo de poluição. Administradora de oito aterros na região Sul, a Solví apresenta hoje uma das melhores experiências de redução de impactos ao meio ambiente em sua unidade de São Leopoldo (RS), onde são processadas 130 toneladas de lixo por dia.

Desde 2007, a empresa adota um processo de evaporação do chorume, um líquido negro e tóxico resultante da decomposição do lixo. Para gerar o calor necessário, a Solví, subsidiária do grupo Veja, capta o metano um gás combustível gerado pelo aterro e o canaliza para um evaporador.

A cada dia, 18 metros cúbicos de chorume são evaporados, num processo limpo que libera vapor para a atmosfera e deixa apenas 2% de resíduos sólidos, que são devolvidos ao aterro. Já fazíamos o tratamento do chorume, que agora está

sendo queimado em condições adequadas, eliminando qualquer risco de contaminação, diz Idacir Pradella, gerente operacional da regional sul da Solví.

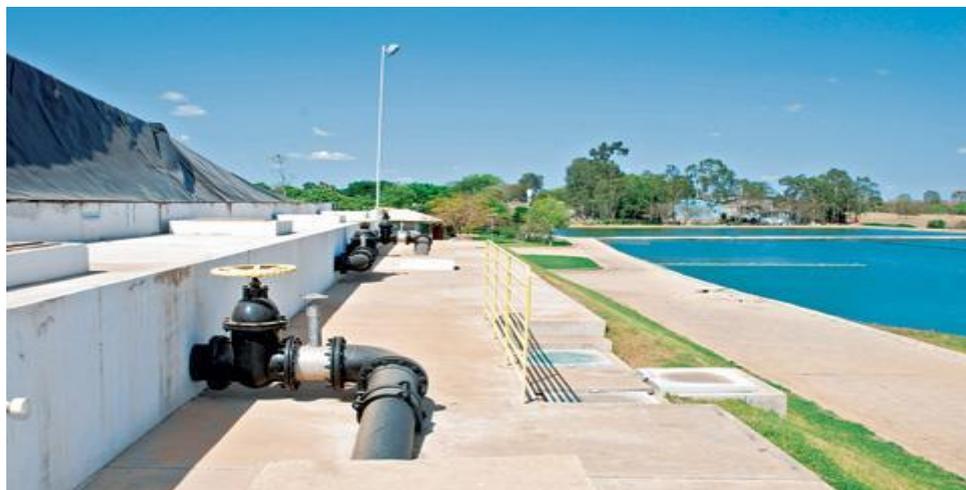
A experiência deu tão certo que será replicada no aterro da cidade gaúcha de Giruá. Serão investidos R\$ 2 milhões no sistema, que reduzirá de oito para dois o número de tanques de contenção do chorume.

5 - Embaré

A empresa mineira de laticínios Embaré resolveu gerar a sua própria energia. E fez isso por meio do tratamento de suas sobras industriais. Desde 2008, a estação de tratamento localizada no município de Lagoa da Prata, a 200 quilômetros de Belo Horizonte, conta com um gerador que permite a queima do gás metano, gerando 1,3 quilowatt (KW) de energia diariamente.

Dessa forma, a empresa economiza R\$ 15 mil mensais, que antes eram gastos com a conta de luz. Futuramente, a Embaré pretende acrescentar mais um gerador no local, que permitirá também fornecer energia para o clube dos seus funcionários, localizado perto da estação.

Figura 4 - Geração da própria energia Embaré para tratamento sobra industriais



Fonte: Revista Isto é Dinheiro, Ed. 704 nov/2011. (FERREIRA, 2011).

Esse projeto consumiu investimentos de R\$ 5,5 milhões. Outra iniciativa é o tratamento do líquido que resta da produção de leite em pó e de outros produtos lácteos fabricados pela empresa. Tratamos a água extraída do leite e a devolvemos limpa à natureza, diz Hamilton Antunes, vice-presidente de gestão e finanças da Embaré.

6 - Monsanto

A Monsanto, produtora de sementes e defensivos agrícolas que se tornou sinônimo de alimentos geneticamente modificados, já foi vista com desconfiança pelos ambientalistas, devido à polêmica em torno dos transgênicos. Para reverter essa imagem negativa e revigorar sua marca, a empresa americano resolveu apostar na sustentabilidade.

Um dos projetos nessa área utiliza um plástico reciclável, denominado Ecoplástica Triex, proveniente de galões de defensivos agrícolas em parte das embalagens de 20 litros de sua linha de herbicidas.

Com a utilização de cada embalagem, a Monsanto contribui para reduzir a emissão de 3,6 kg de CO² na atmosfera, o que representa cerca de 45% menos na comparação com outros recipientes. Por meio do processo de reciclagem e transformação, para cada 100 bombonas Ecoplástica Triex fabricadas, duas árvores deixam de ser cortadas ou um barril de petróleo é economizado.

Essa é uma ação não apenas ambiental, mas econômica, em sintonia com nossa filosofia de negócios, diz Leonardo Mattos, gerente-geral da unidade da Monsanto em São José dos Campos, no interior de São Paulo. A economia gerada para a Monsanto chega a 13% nos custos de produção das embalagens. A intenção agora é ampliar o uso do Ecoplástica Triex em recipientes de tamanhos variados. Para isso, a empresa já trabalha na criação de novos moldes.

7 - Vale

Olha, olha o trem. Ele vem surgindo por trás das montanhas azuis movido com uma mistura chamada de B20 (20% biodiesel e 80% de diesel comum), acima do estipulado pela legislação brasileira.

Esse é o projeto da paraense Biopalma da Amazônia, cujo controle foi assumido em janeiro pela Vale, que pagou R\$ 173,5 milhões por uma fatia de 70% do capital. A companhia, que começa a produzir biocombustível neste ano, usará o óleo de palma para alimentar a frota de locomotivas, máquinas e equipamentos de grande porte da maior mineradora brasileira.

Do ponto de vista ecológico, trata-se de uma energia renovável. Optamos pela palma, pois é a cultura que tem a maior produtividade de óleo vegetal por área plantada, diz Ivo Fouto, presidente interino da Biopalma.

A Biopalma possui seis polos em implantação na região do Vale do Acaraú e Baixo Tocantins, no Pará. Até 2019, o objetivo é atingir uma produção anual de 500 mil toneladas de óleo de palma, que será depois transformado em biocombustível. A empresa vai também apoiar os pequenos produtores. Em projeto-piloto, que teve início em 2010, 24 famílias já começaram a plantar a palma. Neste ano, mais 100 famílias vão ser incorporadas ao programa.

8 - Petrobrás

Uma iniciativa que começou no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em Itaboraí, será levada para todas as operações da Petrobrás. Trata-se da Agenda 21, que propõe a formação de fóruns municipais de debates, unindo a empresa à iniciativa pública e aos representantes das comunidades envolvidas.

Trata-se da nossa mais moderna ferramenta de relacionamento da Petrobras com as comunidades, diz Ricardo Frosini, diretor da Petrobrás, responsável pela Agenda 21. Entre as propostas do programa se destacam o cuidado com o saneamento básico e a preservação ambiental.

Na prática, as ações previstas pela Agenda 21 devem ser implementadas pelos governos locais, regionais e nacionais, em articulação com os demais setores, como ONGs. Nesse processo, a Petrobrás atua apenas como um fomentador dos debates, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico das populações que vivem próximas às unidades. Após um diagnóstico do município, foi elaborado um planejamento, com foco no desenvolvimento sustentável.

9 - Souza Cruz

Praticamente não há cestos de lixo na fábrica da Souza Cruz, em Uberlândia (MG), uma das duas unidades industriais da empresa. Ou melhor, há cestos, mas o que eles coletam não é lixo. Não existe lixo, mas um insumo que não foi aproveitado, diz Jorge Augusto Rodrigues, gerente de meio ambiente da Souza Cruz.

Com a intenção de aproveitar ao máximo tudo o que entra na empresa, a unidade iniciou em 2000 um programa para reciclar pó de fumo e outros resíduos resultantes da produção do cigarro. Naquela época, eram enviados para o aterro sanitário 40% dos resíduos.

No ano passado, o reaproveitamento foi de 99,6%, o que rendeu à unidade de Uberlândia o prêmio *Benchmarking Ambiental Brasileiro* e uma economia de R\$ 225 mil. Este ano, o aproveitamento deve subir para 99,9%. Das 7.155 toneladas de resíduos, apenas 40 toneladas devem seguir para aterros sanitários.

O resultado foi obtido por meio de uma parceria com a Conspizza, empresa de soluções ambientais que recolhe materiais como pó de fumo, lodo do tratamento de esgoto, cascas de lenha usadas na geração de vapor, sem custos para a empresa, e utiliza o material em usinas de compostagem. O resultado é, então, vendido como adubo a outras empresas.

- **Setor de Embalagem**

10 – Copel

A concessionária de energia elétrica paranaense Copel foi a primeira a comprar, de forma organizada e por meio de contratos de longo prazo, energia gerada por criadores de suínos.

Os dejetos desses animais são um potente poluidor de cursos d'água na região Sul, especialmente no Paraná. Mas, graças à instalação de biodigestores, esses insumos estão se tornando uma fonte de lucro para os fazendeiros e de energia elétrica limpa para a sociedade.

Em um processo anaeróbio, o material orgânico é convertido em gás metano, utilizado para movimentar turbinas de geração de energia para uso próprio dos criadores de suínos. A potência de energia disponível é de 524 KW, capaz de iluminar 100 moradias de padrão médio.

A Copel firmou com os produtores rurais seis contratos para a compra dos excedentes de eletricidade. O objetivo da experiência é fornecer elementos para a formulação de um programa nacional de geração de energia distribuída que aproveite, de forma racional e produtiva, os recursos naturais disponíveis.

Essas unidades de biodigestão são, na verdade, pequenas centrais geradoras descentralizadas, diz Francisco José de Oliveira, gerente de energias renováveis da Copel. Ao final do processo, os dejetos já livres do gás metano podem ser usados como adubo de primeira linha pelos agricultores.

11 - Baram

De cada 24 toneladas de entulho moído, é possível construir uma casa de 52 metros quadrados. Foi com essa estatística em mente que Josely Rosa, diretor do grupo gaúcho Baram, especializado em oferecer equipamentos e soluções sustentáveis com foco na construção civil, desenvolveu uma máquina de moer resíduos de construção e demolição o popular entulho. Mais de 60% desse material é descartado irregularmente. A aceitação da máquina foi boa, mas o mercado queria mais.

Essas são apenas algumas das iniciativas voltadas à sustentabilidade do grupo Baram. Ao longo de onze anos, a companhia, que faturou R\$ 75 milhões em 2010, apostou nessa área. O primeiro projeto foi o de um tapume ecológico feito com sacolas plásticas, utilizadas principalmente em supermercados, e com o papel revestido com camada de alumínio do interior de embalagens de alimentos.

A vantagem é que o tapume tem durabilidade superior a dois anos, afirma Rosa. Segundo ele, os tapumes ecológicos são utilizados em 3,8 mil obras. Atualmente, o grupo, que já exporta para Venezuela, Bolívia, Chile e países da África, está em negociação para vender no mercado chinês. No Brasil, o Baram tem representação em nove Estados.

12 - Nestlé

Se você encontrar alguém passeando com uma bolsa parecida com um chocolate Suflair, saiba que se trata de uma iniciativa da Nestlé para dar um fim digno para as suas embalagens projeto que nasceu de uma ideia do empreendedor americano da sustentabilidade Tom Szaky e da sua empresa, TerraCycle.

Voltada a dar uma finalidade a produtos mais dificilmente recicláveis, a TerraCycle encontrou na Nestlé sua principal parceira no Brasil. Com apenas cinco meses de existência, o projeto já atraiu 580 brigadas de coleta, normalmente organizadas em condomínios. O objetivo é ampliar o número de grupos de reciclagem em 20% por ano, diz Marco Bassani, gerente de marketing de chocolates da Nestlé.

Assim que cada um deles acumula, pelo menos, 100 embalagens, a Nestlé recolhe os resíduos. A TerraCycle paga R\$ 0,02 por peça, valor que é direcionado para uma ONG escolhida pelo próprio consumidor. A confecção da bolsa fica por conta de ONGs e cooperativas. Por enquanto, os volumes ainda são baixos. Até

agora, foram coletadas 85 mil embalagens, que embrulharam 3,4 toneladas de chocolate. Com isso, a TerraCycle doou R\$ 1,8 mil.

13 - Pão de Açúcar

O maior grupo de varejo do Brasil, o Pão de Açúcar, foi um dos pioneiros no Brasil no uso de práticas de sustentabilidade. Além dos chamados três Rs reduzir, reutilizar e reciclar a companhia colocou na equação mais três elementos: conscientizar, engajar e educar.

Elegemos três públicos-alvo para levar esta estratégia a cabo: os clientes, os colaboradores e os participantes da cadeia de valor, como fornecedores e provedores de soluções, afirma Hugo Bethlem, vice-presidente executivo do grupo.

A rede varejista lançará oficialmente um programa no Dia do Meio Ambiente, em junho, destinado a estimular os consumidores a reduzirem a utilização de sacolas plásticas em prol das retornáveis.

Figura 5 - Substituição de sacolas plásticas em prol das retornáveis.



Fonte: Revista Isto é Dinheiro, Ed. 704 nov/2011. (FERREIRA, 2011).

A questão básica deste programa é a educação, diz o executivo. Para ele, o problema não são as sacolas plásticas em si, mas sim a forma como os consumidores a descartam. Serão concedidos pontos a clientes que utilizarem sacolas retornáveis, que poderão ser trocados por produtos.

O grupo também está investindo em projetos-piloto de energia alternativa para suas lojas, como eólica e solar. Trata-se de um complemento ao bem-sucedido

experimento com biomassa. Ao todo, 56 lojas Extra são alimentadas por energia negociada no mercado livre, vinda de biomassa, afirma Bethlem.

14 - Natura

Presente em mais de 15 países, com faturamento de R\$ 5,1 bilhões em 2010, a Natura é uma empresa conhecida por ter a sustentabilidade em seu DNA. E uma das principais referências da empresa nessa área é o programa de Logística Reversa, que compreende uma série de estudos e ações para monitorar o ciclo de vida das embalagens recicláveis de seus cremes, xampus e maquiagens. O projeto consiste em utilizar a logística já existente para retirar de circulação essas embalagens e materiais de divulgação já usados, para encaminhá-los à reciclagem.

Criada em 2007, a Logística Reversa da Natura recolheu, em quatro anos, 500 mil toneladas de resíduos em São Paulo, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Esse programa faz parte de uma série de ações para reduzir o impacto de nossos produtos ao meio ambiente, afirma Andressa de Mello, gerente de sustentabilidade da Natura.

Outro projeto importante é o Carbono Neutro, que tem como objetivo reduzir as emissões provenientes das atividades em toda a cadeia de negócios da empresa. Desde 2001 é feito um monitoramento a partir do método de Avaliação de Ciclo de Vida (ACV) dos produtos, que permite quantificar e mensurar os impactos ambientais. Uma das principais iniciativas, fruto desse programa, foi o desenvolvimento de embalagens de polietileno verde, produzido a partir da cana-de-açúcar 100% reciclável.

15 - Green Business

O empresário Guilherme Brammer foi um dos pioneiros em transformar embalagens em produtos descolados. A TerraCycle, uma ONG americana que Brammer comanda no País, já possui acordos com gigantes como Nestlé, BR Foods e Quaker.

Agora, o executivo criou uma empresa de projetos e soluções de logística reversa: a Green Business. Atualmente, dois projetos estão em curso. O primeiro é um site chamado descola aí. A ideia é incentivar o empréstimo de produtos pouco utilizados, como furadeiras. Nos Estados Unidos, existem 50 milhões de furadeiras que são usadas, em média, por 6 a 13 minutos.

No *site*, as pessoas poderão emprestar seus bens e receber um pequeno pagamento por isso. Os investimentos no empreendimento online serão de R\$ 1 milhão e o retorno se dará por meio de porcentagens sobre os negócios realizados. Queremos evitar o consumo desnecessário.

O segundo projeto em curso, que deve receber quase o mesmo investimento, é de uma carpintaria verde. O objetivo é usar resíduos de fábricas de móveis na fabricação de outras peças, que serão assinadas por artistas e designers famosos. A mão de obra será formada por ex-detentos e pessoas de baixa renda. Apesar de parecerem projetos de ONGs, Brammer garante que a ideia é ganhar dinheiro com as iniciativas. É um investimento de risco, mas com alta lucratividade.

16 - Novelis

A Novelis, empresa americana de laminados de alumínio, é hoje uma das maiores recicladoras de latas de alumínio do Brasil. Originada após o desmembramento da unidade do grupo canadense Alcan, em 2005, e atualmente controlada pela indiana Hindalco, a companhia foi um dos principais motivos que levou Pinda-monhangaba (SP), onde está uma de suas unidades de produção de chapas e bobinas de alumínio, a ser batizada de Capital Nacional da Reciclagem do Alumínio.

Esse processo é parte fundamental do nosso modelo de negócios, afirma Alexandre Almeida, presidente da subsidiária brasileira da Novelis. É fácil de entender. O material reciclado é reutilizado na produção e hoje essa matéria-prima já responde por 55% das vendas da empresa.

Figura 6 - Reciclagem do alumínio



Fonte: Revista Isto é Dinheiro, Ed. 704 nov/2011. (FERREIRA, 2011).

No País, a Novelis elevou sua capacidade de reciclagem do material de 80 mil toneladas anuais em 2008 para 200 mil toneladas em 2010, com investimentos de US\$ 15 milhões no ano passado. Segundo Almeida, o processo de reciclagem gera todo ano uma economia de energia de 300 MW, equivalente a uma usina hidrelétrica de médio porte. Atualmente, a companhia está montando oito centros de coleta de materiais no Brasil.

17 - O Boticário

Conscientizar vendedores, consultores e consumidores da marca sobre a importância da reciclagem das embalagens dos produtos, impedindo o descarte na natureza, é a missão do Programa Bioconsciência, colocado em prática pela empresa de cosméticos paranaense O Boticário.

Os consumidores levam as embalagens vazias a um coletor, instalado no interior das lojas credenciadas (Fig 7). Esses resíduos são enviados a empresas especializadas, que fazem a reciclagem da embalagem e sua reinserção como matéria-prima em diversos ciclos produtivos. Além de reduzir o impacto ambiental, o programa também beneficia comunidades que trabalham com reciclagem nas regiões de atuação da marca, diz Malu Nunes, gerente de sustentabilidade do Boticário.

Figura 7 – Coletor



Fonte: Revista Isto é Dinheiro, Ed. 704 nov/2011. (FERREIRA, 2011).

Nos primeiros 18 meses do programa, que começou de maneira experimental em lojas do Recife (PE), Campinas (SP), Belo Horizonte (MG) e Curitiba (PR), foram recolhidas 80 mil embalagens. Graças aos bons resultados obtidos, o Programa de Bioconsciência já está implantado em mais de 3 mil lojas de 1.550 municípios do País.

O Estado campeão de recolhimento de embalagens é São Paulo. Antes de a Política Nacional de Resíduos Sólidos entrar em vigor, O Boticário já havia implantado esse programa em 66% das suas lojas.

18 - Merial Brasil

Assim como as pilhas não devem ser descartadas em lixo comum, embalagens de produtos de uso veterinário, como pipetas de antiparasitários e se-ringas para vermifugação, também precisam de destinação adequada. Para incentivar o correto descarte de embalagens e produtos veterinários para cães e gatos, a empresa de saúde animal Merial Brasil está promovendo o bom e velho escambo.

A cada quatro embalagens vazias do antipulgas Frontline devolvidas nas clínicas ou petshops credenciados, o cliente recebe um produto novo na troca. O projeto começou em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, em meados de 2009. No começo de 2010, foi estendido para o Estado do Paraná.

A aceitação foi tão boa que o projeto já conquistou a adesão de distribuidoras e mais de 100 lojas. O engajamento, tanto das lojas quanto dos clientes, foi muito bom, afirma Luiz Luccas, diretor de operações da Unidade de Animais e Cia. Da Merial. Lançado juntamente com o programa de recolhimento de resíduos das clínicas veterinárias do Paraná, o projeto tem perspectiva de expansão para todas as regiões do País, ao longo dos próximos dois anos. As embalagens usadas dos medicamentos, que não podem ser recicladas e reutilizadas, de acordo com a legislação brasileira, são recolhidas pela Merial e incineradas.

19 - Bombril

O gerenciamento dos resíduos sólidos é um dos temas mais importantes da política de sustentabilidade da Bombril. Por isso, a companhia paulista participa ativamente do projeto Dê a Mão para o Futuro, desde 2009.

A ação faz parte do Movimento Limpeza Consciente, promovido pela Associação Brasileira da Indústria de Produtos de Higiene Pessoal (Abipla), que conta com mais de 20 parceiros, entre pequenas, médias e grandes empresas.

O projeto, que começou no Rio de Janeiro em 2008 e hoje contempla também o Estado do Paraná, procura alternativas para equalizar as demandas ambientais levando em consideração também os aspectos sociais e econômicos, por meio da coleta das embalagens dos produtos, em parceria com cooperativas de catadores.

No Rio de Janeiro, a atuação da Bombril ocorre em seis municípios: Niterói, Barra Mansa, Teresópolis, Mesquita, Resende e região central do Rio de Janeiro e conta com a participação de dez cooperativas. No Paraná, o projeto original envolve 11 municípios e uma cooperativa. Até o momento, sete localidades assinaram o convênio: Jacarezinho, Apucarana, Umuarama, Telêmaco Borba, Cascavel, Foz do Iguaçu e Londrina.

Enquanto as entidades ficam responsáveis pela capacitação das associações ou cooperativas de catadores, o compromisso das prefeituras é implantar ou melhorar a coleta seletiva municipal. A iniciativa proporciona ainda o aumento da conscientização da população sobre a importância do consumo responsável e da cooperação com a separação do lixo.

20 - Philips

A Philips decidiu, em 2008, revisar todas as suas atividades de reciclagem de produtos de sua operação global. Como parte dessa estratégia, criou um projeto para que os consumidores possam dar o destino adequado a seus equipamentos inutilizados e, assim, contribuir para a redução do lixo eletrônico.

O programa está presente em mais de 30 países e consiste na coleta de todos os aparelhos da Philips, como televisores, cafeteiras e aparelhos de vídeo, entre outros, que os consumidores desejam aposentar. Chamado no Brasil de Ciclo Sustentável Philips, o programa começou com uma fase-piloto em Manaus, ainda em 2008, e foi expandido, em março de 2010, para 26 cidades brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador.

O projeto funciona da seguinte forma: pelo telefone ou site da empresa, o consumidor descobre onde há postos credenciados para coleta de equipamentos, que, exceto no caso de lâmpadas, pilhas e baterias, devem obrigatoriamente ser da marca Philips. Em seguida, encaminha até um desses locais o seu aparelho.

Os materiais recebidos são repassados à Oxil, parceira da Philips e responsável por desmontar e definir o destino final das peças que não serão reaproveitadas. Em um ano, o Ciclo Sustentável Philips coletou 130 toneladas de equipamentos, como tevês e liquidificadores. Devemos fechar 2011 com o recolhimento de 300 toneladas de aparelhos, afirma Walter Duran, diretor de sustentabilidade da Philips.

- **Setor de Reciclagem**

21 - Camargo Corrêa

Em meio aos problemas enfrentados recentemente em um dos maiores canteiros de obras do País, o da Usina Hidrelétrica de Jirau, localizada a 120 quilômetros de Porto Velho (RO), a construtora Camargo Corrêa criou um plano de gerenciamento para controlar o descarte do que é gerado pela construção da usina, que produz, em média, 90 toneladas de resíduos sólidos por dia.

Nesse volume estão restos de concreto, madeira, lixo comum, resíduos orgânicos e metais, entre outros materiais. O concreto representa a maior quantidade: 33% do total, diz Ricardo Sampaio, engenheiro ambiental da área de projetos internos de meio ambiente da Camargo Corrêa. A empresa investiu R\$ 700 mil no plano de controle, manipulação e descarte desses materiais.

Nesse valor estão incluídos treinamento de pessoal, compra de um britador de resíduos de concreto, de um picotador de madeira e implantação de um incinerador para resíduos perigosos. Com o gerenciamento total dos resíduos, já é possível prever uma economia de R\$ 2,6 milhões nos quatro anos da obra, afirma.

22 - Vulcan

Em agosto do ano passado, uma nova unidade industrial começou a funcionar no complexo da fabricante de produtos plásticos Vulcan, no Rio de Janeiro. Trata-se da primeira fábrica de reciclagem da empresa, um investimento de R\$ 300 mil.

A partir dela, as 50 toneladas de sobras das plantas da empresa no Rio de Janeiro e em São Roque, no interior de São Paulo onde são fabricadas lonas para toldos, entre outros itens, são recicladas e vendidas a produtores de calçados, que fabricam solas para botas, por exemplo.

No futuro, a Vulcan pretende desenvolver produtos a partir desses materiais. Estamos desenvolvendo itens que possam ser feitos a partir da matéria-prima reciclada, diz Edson Marques, diretor de novos negócios da Vulcan. Entre eles, há uma lona ecológica e alguns tipos de pisos.

23 - Santander

Para o banco espanhol Santander, a responsabilidade com o meio ambiente deve estar no dia a dia de todos os seus funcionários. A missão da diretoria de sustentabilidade é desaparecer, diz Maria Luiza de Oliveira Pinto e Paiva, responsável pela área de desenvolvimento sustentável do banco, e afirmar ainda: é ali que as ideias sustentáveis surgem e se desenvolvem, para depois serem encaminhadas para as áreas que mais se relacionam com cada projeto. Foi assim que engenheiros do banco manifestaram a vontade de criar uma agência bancária sustentável. A primeira delas foi inaugurada, em 2006, na Granja Viana, em Cotia (SP).

Essa agência foi construída com recolhimento de água para reuso, captação de energia solar, maior número de vidros na estrutura para utilizar menos energia elétrica e mobília de madeira certificada. A experiência, realizada ainda na época do Banco Real, deu tão certo que hoje, sempre que uma unidade do Santander precisa ser construída ou reformada, o banco busca utilizar o máximo possível desses recursos.

24 - HSBC

Assim como os objetivos financeiros típicos de um banco, metas como reduzir a geração de resíduos e o impacto ambiental são traçadas e cobradas pela matriz inglesa do HSBC. São enviados relatórios trimestrais e realizamos audioconferências com frequência para mostrar os resultados. O banco fez um levantamento das cidades que possuem coleta seletiva e também das que contam com grandes cooperativas de catadores. No total, são 100 ONGs que participam desse projeto e recolhem o lixo em 270 agências no Brasil. Até o final deste ano, o

programa atenderá a 400 agências, cerca de metade da rede. É o que afirma Claudia Malschitzky, diretora do Instituto HSBC Solidarietà.

25 - Renault

Aos 58 anos, Alain Tissier, vice-presidente da montadora francesa de carros Renault, diz ficar impressionado com a importância dada pelas crianças às questões da sustentabilidade. "Um carro elétrico pode não agradar a alguém mais velho", diz ele. Mas, para um menino de 10 anos, é um sonho de consumo, afirmando ainda que, esse garoto é o consumidor do futuro. E é de olho nessa demanda futura que a montadora, que tem fábrica em Curitiba, começa a colocar em prática no Brasil um modelo de produção sustentável. O Renault Sandero é o primeiro veículo fabricado no País a receber o selo Eco2, indicador criado pela empresa para identificar veículos ecologicamente responsáveis.

Para isso, o carro é fabricado com 46% de material reciclado, possui 25 quilos de fibras naturais e dois quilos de plástico reciclado, o equivalente a 14% do total. Quando o Sandero não tiver mais condições de ser utilizado, 97% dos materiais poderão ser reciclados.

26 - Fiat

A fábrica da Fiat, em Betim (MG), inaugurou em outubro o Complexo de Tratamento de Efluentes Líquidos. Por trás desse nome pomposo está um dos mais modernos centros de limpeza de água industrial do País, capaz de tratar 99% de toda água utilizada pela unidade.

Este avanço é mais uma demonstração dos esforços que temos realizado para alcançar um resultado que traduza o necessário equilíbrio entre as lógicas industriais e a responsabilidade social, na justa ponderação entre os ganhos econômicos, sociais e ambientais, disse o presidente da Fiat, Cledorvino Belini, na ocasião.

Além do tratamento da água, a montadora construiu uma ilha de reciclagem de materiais no centro da fábrica. Na Ilha Ecológica, como é chamada, são processadas diariamente 400 toneladas de material descartado das linhas de montagem.

A corrida verde da Fiat inclui, também, a redução do desperdício de matérias-primas. Em 1996, cada carro que saía da fábrica de Betim gerava 400 quilos de resíduos. Hoje, esse volume foi reduzido a pouco mais da metade. Por outro lado, o percentual de resíduo reciclado subiu de 70% para 93%.

27 - WTorre

Maior geradora de resíduos sólidos do País, a indústria da construção civil tem papel singular na formação de uma nova consciência ambiental. E o programa de reaproveitamento de refugos de obras da construtora WTorre tem feito escola. Um exemplo é o novo projeto do Parque do Povo, em São Paulo.

Degradado por 20 anos de ocupações irregulares, o parque de 112 mil metros quadrados foi revitalizado com entulho processado das obras do WTorre Shopping Iguatemi. As novas pistas de caminhada, corrida e ciclismo e três quadras poliesportivas foram construídas com 30 mil metros cúbicos de cimento aproveitado da estrutura.

Parte do material também veio dos escombros de edifícios da Cracolândia, região que abrigava drogados, no centro da capital paulista, demolidos pela prefeitura. Foi um presente para São Paulo urbanizar o parque, diz Francisco Caçador, diretor de operações da WTorre Properties.

Era uma região que estava muito degradada. Ele conta que a reutilização de resíduos de obras é uma prática antiga nos canteiros da empresa. Há sete anos, a base das ruas de um condomínio em Duque de Caxias (RJ) foi feita com brita extraída de outra obra.

28 - Denovo

A união de garrafas PET com retalhos transforma-se em moda para a fabricante de tecidos Denovo. Não há um único fio produzido pela empresa que não seja fruto de reciclagem.

Criada em 2009, a Denovo reutiliza, anualmente, 400 mil garrafas PET e 600 toneladas de sobras de tecidos, compradas em outras tecelagens, para produzir suas malhas. Depois de coletadas, as garrafas são higienizadas, moídas, derretidas e transformadas em poliéster como acontece com os tecidos, que viram fio novamente.

Figura 8 – Garrafa PET com retalho



Fonte: Revista Isto é Dinheiro, Ed. 704 nov/2011. (FERREIRA, 2011).

A combinação de resistência e elasticidade desse poliéster com a maciez do algodão proveniente dos retalhos compõe os tecidos da Denovo. Reciclando resíduos, reduzimos o volume de lixo nos aterros sanitários, economizamos petróleo e geramos mais empregos e renda, afirma Ric Viana, gerente de marketing da Denovo.

29 - Bradesco

Mais do que abrigar sua diretoria, a matriz do Bradesco, localizada em Osasco (SP), é um polo gerador de políticas socioambientais para a instituição. Na Cidade de Deus, como é conhecida, os 11 mil funcionários participam de ações de conscientização e de projetos que vão desde reciclagem até a redução do consumo de energia.

A Cidade de Deus testa as ideias e as ações, diz Ivani Benazzi de Andrade, gerente do departamento de relações com o mercado do Bradesco. Depois, os projetos são reproduzidos para o Brasil. No ano passado, depois de verificar a eficácia em sua sede, o Bradesco implantou um projeto de sustentabilidade nas

agências. Como resultado, o banco reduziu o consumo de energia elétrica em 4,19% em 2010. O consumo de água caiu 30,72%.

O Bradesco também começa a dar os primeiros passos para implantar construções sustentáveis. Em 2008, a matriz ganhou um novo centro de TI baseado nesses princípios, que foram aplicados na construção de uma agência em Perdizes, bairro de SP.

30 - Banco do Brasil

Segundo Rodrigo Nogueira, gerente-geral da unidade de desenvolvimento sustentável do BB, a atuação do Banco do Brasil (BB) no manejo de resíduos sólidos se dá em duas frentes. Uma, interna, envolvendo toda a rede de agências e as unidades administrativas. Outra, externa, no financiamento da implantação de programas de manejo para empresas e prefeituras.

Na frente interna o BB implantou um projeto-piloto de coleta seletiva de lixo em suas agências no Paraná. Nossa intenção é estender esse projeto para a rede em todo o País até dezembro de 2012.

Para Rodrigo, o trabalho vai começar nas 300 agências consideradas médias e grandes. As outras 4.700 unidades serão inseridas posteriormente nesse projeto. A atuação externa, porém, é a que produz mais impacto no meio ambiente. Nesse ponto, o BB pode atuar tanto como financiador dos projetos como orientador de boas práticas. A meta é apoiar 3.920 municípios com menos de 20 mil habitantes na implantação de programas de manejo de resíduos.

31 - Walmart

Há cinco anos, a destinação de resíduos sólidos gerados por suas 80 lojas era um dos maiores problemas da rede de supermercados americana Walmart, no Brasil. E não era para menos. Segundo Felipe Antunes, gerente de sustentabilidade da empresa, só em 2009, o total de resíduos gerados foi de 90 mil toneladas 60% dos quais de resíduos orgânicos.

Como as lojas não têm espaço físico para tratar esse material e a empresa queria reduzir o envio de resíduos para os aterros sanitários, o caminho foi desenvolver parcerias. No Rio Grande do Sul, a Walmart trabalha com uma cooperativa de compostagem, para a qual envia mais de 300 toneladas de resíduos por mês, transformadas posteriormente em adubo.

De acordo com Antunes, parte do adubo é vendido e outra parcela é distribuída aos cooperados, que também são fornecedores de hortifrutigranjeiros da própria Walmart. A empresa está também iniciando um projeto-piloto em Recife que vai transformar os resíduos orgânicos em ração animal. Ainda temos um longo caminho pela frente, mas os resultados que já obtivemos são animadores, diz o executivo.

32 - Ambev

Não é só com a venda de cervejas que a Ambev, donas das marcas Brahma e Antártica, engorda seu caixa. No ano passado, 98,2% de todos os subprodutos gerados no processo de fabricação de bebidas foram reaproveitados. Na ponta do lápis, a empresa gerou uma receita extra de R\$ 80,3 milhões só com a política de redução de impactos ambientais, como a reciclagem de garrafas PET.

Figura 9 – Reciclagem de garrafas PET



Fonte: Revista Isto é Dinheiro, Ed. 704 nov/2011. (FERREIRA, 2011).

No caso da água, que representa 95% da cerveja, os cuidados são ainda maiores. Segundo Beatriz Oliveira, gerente corporativa de meio ambiente da Ambev, todas suas 33 fábricas têm estações de tratamento de efluentes industriais, com capacidade para tratar até 240 mil metros cúbicos por dia. Nossa meta é chegar em 2012 com pelo menos 99% de reaproveitamento, diz Beatriz.

A Ambev lançou, no ano passado, o Movimento Cyan. O projeto começou com o trabalho de recuperação de nascentes da Bacia do Paranoá-Corumbá, no

Distrito Federal, com a participação das comunidades locais. Ao completar um ano, em março, foi dado mais um importante passo. Em São Paulo, a Ambev firmou parceria com a Sabesp para criar uma espécie de programa de milhagem para os mais de 23,6 milhões de consumidores da companhia paulista que economizarem água.

33 - Spal

A engarrafadora Spal, que pertence ao grupo mexicano Femsa, com produção de 1,6 bilhão de litros por ano, conseguiu reduzir a quantidade de água que gasta no seu processo de produção em Jundiaí (SP). Em 2003, eram seis litros para cada litro de refrigerante produzido. Em 2011, apenas 1,43 litro. Colocamos em prática as ferramentas existentes, dentro e fora da linha de produção, para diminuir o consumo de água, afirma o Alexandre Tortorelli, gerente da Coca-Cola Femsa, na unidade de Jundiaí.

Uma das estratégias para alcançar a economia de água no processo produtivo foi a utilização de novas tecnologias. Além do moderno maquinário para o engarrafamento do refrigerante, equipamentos de tratamento de água em setores como cozinha e banheiro foram instalados na unidade para produzir água de reúso, que volta a ser utilizada para serviços de limpeza. O bom exemplo chamou a atenção da matriz americana, em Atlanta, que lhe concedeu, em 2008, o Troféu Planeta, seu mais importante prêmio ambiental.

34 - Baxter

Fabricante de produtos farmacêuticos que muitas vezes são aplicados diretamente nas veias de seus pacientes, a Baxter precisa controlar rigidamente a qualidade de seus produtos. O descarte e o recolhimento de materiais como bolsas e máquinas utilizadas em transfusões sanguíneas são questões de saúde pública.

Os principais resíduos gerados pela Baxter são o papelão das embalagens e plásticos usados nas bolsas de soro. Entre as medidas de redução de resíduos, a empresa implantou projetos para a otimização das embalagens e para o recolhimento dos equipamentos utilizados nos atendimentos em domicílio. Até barcos são enviados para o Amazonas para pegar máquinas na casa do paciente,

diz Patrícia Maria dos Santos, supervisora de segurança, saúde e meio ambiente da Baxter.

35 - Codesp

Além de administrar o movimento dos navios que entram e saem diariamente no Porto de Santos, o principal do Brasil, a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), é a encarregada de controlar os resíduos gerados por eles.

Só na fiscalização e acompanhamento dos programas ambientais, atuam cerca de 60 funcionários de várias áreas. Para reduzir ao máximo a geração de resíduos e compensar o ambiente e a comunidade da melhor forma possível, a companhia investe pesado em pelo menos 24 diferentes programas de monitoramento ambiental.

Até agora, já foram mais de R\$ 18 milhões nesses projetos. Isso não é custo adicional, diz Paulino Vicente, diretor de infraestrutura e serviços da Codesp. É fundamental investir no meio ambiente e as medidas ainda ajudam a agregar valor aos nossos empreendimentos.

Muitos dos programas buscam casar a área social e ambiental. A empresa inaugurou, por exemplo, um posto de coleta de óleo lubrificante, que tem seu uso destinado a pescadores locais. A sucata e outros resíduos de construção civil, materiais comuns no porto, são encaminhados para comunidades pesqueiras, onde são utilizados na reforma e construção de decks.

36 - BM&FBovespa

Servir de modelo para as 467 empresas cujas ações são negociadas em seu pregão é o objetivo da BM&FBovespa ao publicar seu relatório anual de acordo com o modelo Global Reporting Initiative (GRI), referência mundial na área de sustentabilidade. A bolsa tem também como meta tornar-se carbono zero até 2012.

No ano passado, a empresa concluiu seu primeiro Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, com base na metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol. Os resultados mostram que a BM&FBovespa emitiu, em 2009, 1.577 toneladas de CO2 equivalente, medida utilizada para padronizar as emissões de vários gases de efeito estufa. A bolsa vem trabalhando, em especial na redução de energia elétrica, responsável por 28,73% de suas emissões. O inventário referente a 2010 será divulgado em maio deste ano.

37 - White Martins

Até 18 meses atrás, o siclicato de alumina, ou perlita, era o único resíduo industrial produzido na unidade da White Martins no bairro de Cordovil, no Rio de Janeiro, que não era reciclado ou reaproveitado. Hoje, o pó branco, um poderoso isolante térmico, deixou de ser refugo para se tornar matéria-prima na maior empresa de gases industriais e medicinais da América do Sul.

Nascido da iniciativa de funcionários, o projeto pioneiro da White Martins já reaproveitou 4,5 toneladas de perlita para reparos na fábrica. Os técnicos da empresa descobriram que, ao fim de sua vida útil como revestimento de tanques criogênicos onde gases são armazenados a -196° C, o material poderia ser usado como substituto da areia na fabricação de cimento.

Já são mais de 800 metros quadrados de calçadas e pavimentação refeitos com o concreto perlítico. Ao reaproveitarmos a perlita, passamos a dar um destino sustentável para todos os nossos resíduos, afirma Giovanni Campos, gerente da fábrica de Cordovil.

Ele relata que o projeto teve custo mínimo. A remoção da perlita já era um procedimento padrão e foi preciso apenas investir nos testes de resistência do novo tipo de concreto, concluídos em apenas 30 dias. Só o fato de evitarmos devolver o material à natureza já foi um enorme ganho, diz Campos. A inovação garantiu aos autores da ideia o prêmio interno da White Martins na categoria sustentabilidade.

38 - Cyberlar

Fazer o descarte, ambientalmente correto, da geladeira ou do celular que já não funciona mais, é uma preocupação crescente entre os consumidores. Atenta a essa demanda, a rede varejista Cybelar criou o projeto Descarte Certo. Com 86 lojas no interior de São Paulo e faturamento na casa dos R\$ 400 milhões, a Cybelar foi uma das primeiras redes do País a oferecer esse tipo de serviço.

Esse projeto é uma prova do nosso compromisso com o futuro do nosso negócio e do nosso planeta, afirma Ubirajara José Pasquotto, presidente da empresa fundada em Tietê (SP), em 1952.

O serviço é oferecido ao consumidor em duas modalidades. A primeira é o Descarte Presente, no qual o cliente paga para que produtos já comprados e usados sejam retirados de sua casa. No Descarte Futuro, o consumidor compra o produto

com a garantia de que ele será retirado e descartado quando ao final de seu ciclo de utilização.

39 - Levi's

A produção de algo trivial como uma calça jeans pode ajudar a reduzir o consumo de água. A confecção de uma peça da coleção Waterless, por exemplo, da Levi's, gasta o equivalente a um copo desse precioso líquido durante o processo de acabamento, contra 42 litros usados no processo tradicional.

A redução do consumo de água foi possível graças a alterações simples, afirma Maurício Busi, diretor de marketing da Levi's. Entre elas a redução do número de ciclos da máquina lavadora e processamento com ozônio na lavagem de roupas a etapa de produção que deixa a calça com aparência batida.

Pesquisas mostraram que no ciclo de vida de um jeans Levi's 501, o modelo mais famoso da marca, o maior impacto de água vem do processo de cultivo do algodão. Desde 1991, a empresa audita seus fornecedores e só compra matéria-prima dos que tratam 100% dos efluentes. Em 2005, ela passou também a exigir esse manejo dos fornecedores.

40 - ArcelorMittal

A política de gestão de resíduos valeu uma economia de R\$ 100 milhões à siderúrgica Arce-lorMittal no ano passado. É pouco, diante dos R\$ 16,4 bilhões faturados pela empresa no Brasil, em 2009. Mas não é no lucro que a ArcelorMittal está interessada, ao vender 60% de sua escória siderúrgica aos produtores de cimento no mercado doméstico.

Figura 10 – Escória siderúrgica



Fonte: Revista Isto é Dinheiro, Ed. 704 nov/2011. (FERREIRA, 2011).

O material, que não pode mais voltar à cadeia de produção da siderurgia, será usado na recuperação de estradas e ferrovias, substituindo argila, cascalho e brita, com mais durabilidade e menor custo de manutenção. Na fábrica de Tubarão (SC), o reaproveitamento de resíduos é superior a 95%, acima da média de 80% do setor.

Segundo José Otávio Franco Andrade, gerente de meio ambiente da ArcelorMittal, com esse trabalho, as unidades brasileiras da ArcelorMittal Aços Longos ganharam o Selo Ecológico do Instituto Falcão Bauer de Qualidade em 2010. O mercado vai valorizar cada vez mais esse tipo de selo.

- **Setor de Equipamentos**

41 - Estre Ambiental

O tiranossauro parece mesmo um gigante pré-histórico em tamanho, mas sua semelhança com o passado termina por aí. Também conhecido como T-Rex, é um equipamento dotado da mais alta tecnologia, parte da primeira fábrica brasileira que transforma lixo em combustível, utilizado no processo produtivo das empresas dos mais diversos segmentos. Construída pela Estre Ambiental, em Paulínia (SP), a fábrica é a única da América Latina e uma das 50 em operação no mundo.

Figura 11 – Equipamento T-Rex



Fonte: Revista Isto é Dinheiro, Ed. 704 nov/2011. (FERREIRA, 2011).

A unidade custou cerca de R\$ 50 milhões e tem capacidade de processar mil toneladas de lixo por dia, o que representa a geração de 500 toneladas de combustível, que vão substituir os combustíveis fósseis ou naturais empregados para alimentar caldeiras e fornos industriais. Esse combustível gera uma economia de cerca de 20% em relação aos fósseis, diz Pedro Stech, diretor de tecnologia ambiental da Estre.

42 - Braskem

Nos últimos dez anos, a direção da gaúcha Plásticos Suzuki viveu uma espécie de obsessão. O que fazer com o plástico descartado em seu processo produtivo? A resposta surgiu há três anos, com a criação de uma máquina capaz de transformar esse material em ripas de plástico madeira.

O equipamento, resultado de um investimento de R\$ 50 milhões, chamou a atenção da gigante Braskem, braço petroquímico do grupo Odebrecht, que fez uma parceria com a Suzuki. Graças a esse acordo, lixeiras, bancos e floreiras podem ser vistos hoje em praças e escolas públicas de Porto Alegre, São Paulo, Paulínia (SP) e Maceió.

Esse trabalho é o embrião de um projeto maior de sustentabilidade no qual a Braskem pretende apostar nos próximos anos. Isso será feito por meio da doação de equipamentos para separar e pré-processar os diversos tipos de plástico, transformando-os em grãos, por exemplo. Com isso, esperamos melhorar a renda média dos cooperados, afirma Jorge Soto, diretor de desenvolvimento sustentável da Braskem.

43 - Chevron Brasil

A petrolífera americana Chevron deixou de lançar 6,5 toneladas de óleo ao meio ambiente no ano passado. Esse é o saldo do processo de reaproveitamento de água realizado pela empresa no Campo de Frade, na Bacia de Campos (RJ) em 2010.

A Chevron é pioneira no Brasil na adoção da reinjeção, nos próprios poços, de toda água produzida e utilizada no processamento de petróleo. Quando coletado dos poços, o óleo cru vem acompanhado por gases e água salgada, que, separada do petróleo, costuma ser reencaminhada ao meio ambiente, mas com resquícios do óleo.

Reinjetar 100% da água é uma prática desafiadora, mas a Chevron está comprometida em fazer a coisa certa em termos ambientais, afirma George Buck, presidente da Chevron no Brasil. Além de preservar o meio ambiente, a reinjeção de água extraída nos reservatórios contribui para manter a pressão dos poços quando o óleo é extraído. Em 2010, cerca de 4,5 milhões de barris de água foram reinjetados nos poços, dos quais 1,6 milhão de barris são provenientes do processo de tratamento, realizado desde junho de 2009, quando o poço foi inaugurado.

44 - SulAmérica

Aproveitar um recurso já disponível para melhorar seus métodos de trabalho foi o que a seguradora SulAmérica fez para economizar 21 toneladas de papel, no ano passado, com os clientes de seus planos de saúde. Uma pessoa internada precisa de exames e medicamentos, diz Marco Antunes, diretor de operações da seguradora. Tudo precisa ser documentado. Recebíamos vans lotadas de papéis.

Com o objetivo de reduzir esse gasto, a companhia digitalizou o processo, no final de 2008. Para garantir a autenticidade dos arquivos, a seguradora passou a usar certificados digitais, recurso que seus parceiros hospitais, médicos e prestadores de serviços já utilizavam.

Os arquivos digitalizados ganham uma assinatura digital, que dá garantia jurídica, como se fosse uma autenticação em cartório, afirma Antunes. O bom resultado da iniciativa incentivou a SulAmérica a financiar a certificação digital dos fornecedores. Além de economizar com a impressão e com o envio de documentos,

o fim da burocracia e da papelada agilizou o pagamento pelos serviços, que tem sido 20% mais rápido.

45 - Light

Para distribuir a energia gerada, a Light utiliza uma rede complexa de transformadores, postes, isoladores, ferragens e fios. Em 2009 a companhia do Rio de Janeiro iniciou uma parceria com a empresa Reluz, do município de Dorândia, a 130 quilômetros da capital fluminense, para reciclar e reaproveitar todo material defeituoso.

Os postes de madeira são reciclados e vendidos a empresas de móveis rústicos. Os postes de concreto são moídos e o material é utilizado em bases para construção de rodovias. Todo material de ferro vai para a fundição e a porcelana dos isoladores é moída e usada como insumo para cimento. Além de gerar benefícios ao meio ambiente, a reciclagem traz receita.

Após uma série de estudos e negociações, conseguimos implementar um programa de reciclagem economicamente viável, diz José Paulo Sarmiento, gerente de operações logísticas da Light. Mesmo o reparo dos transformadores compensa financeiramente, pois custa até 40% o preço do equipamento novo.

46 - Itautec

A Itautec reciclou, no último ano, o equivalente a 140 mil computadores de mesa e 5,6 mil terminais bancários de autoatendimento, equipamentos que pesam mais de 700 quilos cada um. Essa carga pesada, que somou ao todo 3,8 mil toneladas de resíduos eletrônicos, fez do programa de logística reversa da empresa, controlada pelo grupo Itaú, um destaque no mundo das fabricantes de computadores. Esse resultado representa um aumento de 524% em toneladas recicladas em relação ao ano anterior.

No relatório do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) de 2010, a Itautec foi a única das 13 fabricantes de notebooks avaliadas a ter seu processo de logística reversa considerado bom.

Estamos dando soluções para fazer a reinserção desses elementos na cadeia produtiva, seguindo o processo evolutivo da sociedade, afirma Mário Anseloni, presidente da Itautec. Reciclar não é barato, agrega custos na cadeia de

produção, mas esperamos que no futuro a sociedade exclua as empresas que não se preocupam com isso.

O lixo eletrônico do setor é altamente tóxico, além de conter metais preciosos. No Brasil, são 26 empresas homologadas para fazer a reciclagem dos produtos com a marca Itaotec. Do volume de equipamentos que chegam ao centro de reciclagem da empresa, na sua fábrica, em Jundiaí, no interior de São Paulo, apenas 7% são compostos de materiais não reutilizáveis.

47 - Café Bom Dia

Obter rentabilidade e contribuir para o desenvolvimento de boas práticas de sustentabilidade, em princípio, não parecem ser ações convergentes. Mas a mineira Café Bom Dia provou que as duas práticas podem caminhar juntas ao obter bons resultados com a implantação do selo Fair Trade.

O selo internacional certifica toda a cadeia produtiva, desde as associações de pequenos produtores até o atacadista. O café com essa certificação costuma ser cotado entre 60% e 100% acima dos produtos convencionais. Para consegui-lo, o produtor deve preencher requisitos como ser de pequeno porte, usar apenas mão de obra familiar e estar engajado em projetos de inclusão social em suas comunidades.

A produção precisa ter um baixo nível de utilização de agrotóxicos e não pode fazer uso de transgênicos. Todos ganham, diz Sydney Marques de Paiva, presidente da Café Bom Dia. Em sua visão, o produtor é educado sobre as questões ambientais e de qualidade e ainda ganha um prêmio por isso.

A indústria passa a trabalhar com um produto com maior valor agregado. O consumidor ganha um produto fabricado com preocupações ambientais. Para Paiva, aos poucos o consumidor brasileiro está começando a perceber e dar mais valor a empresas que possuem essa preocupação.

48 - Naturalis Brasil

Onde muita gente viu uma fonte de problemas, na lei que criou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Naturalis Brasil enxergou um filão promissor. Por isso, antes mesmo que a lei fosse sancionada, a Naturalis, baseada em Itupeva (SP), importou dos Estados Unidos um equipamento que ficou conhecido como Papa-lâmpadas.

A engenhoca é uma usina móvel de transformação, que retira e faz o transporte do resíduo considerado não perigoso das lâmpadas. Levamos o Papa-lâmpadas até a empresa solicitante e, lá mesmo, fazemos a sua descontaminação, afirma Plínio César, diretor-geral da Naturalis Brasil. Nesse processo, são separados o vidro, o alumínio e o mercúrio.

Figura 12 - Engenhoca (Usina móvel de transformação)



Fonte: Revista Isto é Dinheiro, Ed. 704 nov/2011. (FERREIRA, 2011).

Atualmente, a Naturalis atua em todo o País e atende, diretamente, cerca de 2,7 mil empresas. A comercialização de lâmpadas que contêm mercúrio é superior a 200 milhões de unidades por ano no Brasil. A Naturalis descontaminou, no ano passado, cerca de 2,6 milhões de lâmpadas.

49 - Itaú Unibanco

De acordo com João Bezerra Leite, diretor de infraestrutura do Itaú Unibanco computadores, monitores e caixas eletrônicos antigos: tudo isso agora é reciclado pelo Itaú Unibanco, em vez de ser jogado no lixo. Só no ano passado foram 3,7 mil toneladas desses equipamentos vindos da rede de agências, prédios administrativos e almoxarifado. Foi um salto em relação às 15 toneladas de 2009, primeiro ano em que a iniciativa foi adotada.

O crescimento é explicado pelo grande investimento em tecnologia feito para integrar a rede do Itaú a do antigo Unibanco, que trocou grande parte dos caixas eletrônicos e foi feito seguindo os preceitos do programa de TI verde da instituição. O reaproveitamento do material descartado chega a 98%, incluindo plásticos e outros componentes. Assim, fazemos programas de inclusão digital de maneira mais

sustentável. O próximo passo, será comprar os PCs de empresas que se comprometam a recebê-los de volta para reciclagem, no fim do período de utilização.

50 - Tetra Pak

Apesar de não reciclar diretamente, a fabricante de embalagens Tetra Pak fomenta cooperativas de catadores e desenvolve tecnologias, como a que permite que o material de suas embalagens seja reutilizado na produção de telhas. Atualmente, 17 fábricas brasileiras já se baseiam nessa tecnologia para produzir telhas, que são 25% mais baratas do que as de amianto e fibrocimento.

Figura 13 - Embalagens reutilizado na produção de telhas na Tetra Pak



Fonte: Revista Isto é Dinheiro, Ed. 704 nov/2011. (FERREIRA, 2011).

Os materiais reaproveitados das embalagens da Tetra Pak também são transformados em produtos, como caixas de papelão, placas para construção civil, canetas e vassouras. A reutilização destes materiais, contudo, esbarra na baixa coleta seletiva. Apesar de ser 100% recicláveis, apenas 25% das embalagens

produzidas pela companhia são recicladas. É preciso elevar a coleta desse material, diz Fernando von Zuben, diretor-executivo de Meio Ambiente da Tetra Pak.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após este estudo pode-se constatar que diversas instituições financeiras internacionais e nacionais, destacando-se o BNDES, têm declarado incluir o risco ambiental e social em seus modelos tradicionais de avaliação de crédito corporativo.

O BNDS é um dos grandes financiadores de projetos no Brasil, chegando a superar mais de R\$ 10 milhões a projetos de implantação, expansão e modernização.

Dentre os financiadores internacionais observou-se que a Embaixada do Japão oferece programa de assistência econômica para projetos e de desenvolvimento concebidos para atender às diversas necessidades dos pobres.

Comprovou-se também que qualquer projeto pode ser financiado pela APC – Assistência Projetos Comunitários, enfocando: saúde básica, alívio de pobreza, bem-estar público e meio ambiente.

Já o Ministério da Agricultura financia projetos de ONG's, com prioridades para associações rurais e urbanas em diversos programas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Carlos. O Conceito de sustentabilidade em empreendimentos da Construção Civil. **Jornal Atitudes Sustentáveis** – Set/2008. Disponível em: <http://www.atitudessustentaveis.com.br/sustentabilidade/conceito-sustentabilidade-e-mpreendimentos-construcao-civil>. Acesso em: 23 de mar. 2012.

BRANCO, S.M. **O desafio amazônico**. São Paulo: Moderna, 2002.

BRASIL. CONAMA, Resolução nº. 237, de 19 de dezembro de 1997/**Resolução CONAMA nº.001/ 86**, de 23 de janeiro de 1986.

CAVALCANTI, Clóvis (org.) **meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

FERREIRA, R.G. **Revista Isto é Dinheiro**. NEGÓCIOS Nº EDIÇÃO: 704 | Especial - Empresas do Bem | 01.ABR.11 - 21:00 | Atualizado em 01.11 - 18:58. 2011.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. **Economia e Meio Ambiente: revendo desafios**. 2004. Disponível em: <http://www.niead.ufrj.br/> 20 out. 2011.

MAIMON, Dália. **Passaporte verde**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MATOZZO, Vania. **O Conceito de desenvolvimento sustentável**. 2001. Disponível em: <http://www.economiabr.com.br/> 08 set. 2004.

MEIRELLES FILHO, João Carlos. **O livro de ouro da Amazônia: mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Mineração, metalurgia e mudanças sociais na Amazônia oriental brasileira**. 2005.(Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

PARDO DÍAZ, A. **A educação ambiental como resposta: valores ambientais**. In: Educação ambiental como projeto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MAGALHÃES, Eduardo. **Revista Filantropia**. Membro da *International Society for Third-Sector Research (ISTR)* e coordenador nacional de projetos da *Building and Wood Workers' International (BWI)*. - *OnLine* - nº169. 2002.

SAMPAIO, Francisco Coelho. **Redescobrimo o planeta azul: a terra pede ajuda**. Ed. Positivo. Curitiba, Coleção geografia do séc. XXI . Positivo, 2005.

SILVA, Ana Cláudia da. **O licenciamento ambiental para os projetos de mineração no Pará: uma avaliação de sua eficácia para a preservação ambiental** . O caso da Mineração Rio do Norte. Belém, Universidade Federal do Pará, 2000.

TEIXEIRA, L.B.; CAMPOS, P.I. de F.; GERMANO, V.L.C.; OLIVEIRA, R.F.de. **Unidades de reciclagem e compostagem de lixo urbano no Baixo Tocantins**. Belém, PA: EMBRAPA-Amazônia Oriental, Albras, Documentos,191. 2004.

WILKINSON, A.; HILL, M.; GOLLAN, P.. **The sustainability debate**. *International Journal of Operations & Production Management*, v. 21, n.12, p.1492-1500, 2001.

ANEXOS

ANEXO A - Entrevista Exclusiva

Eduardo Bandeira de Mello, chefe do Departamento de Meio Ambiente do BNDES fala sobre financiamento de projetos ambientais.

1. Como o Sr. vê atualmente as práticas ambientais no ambiente corporativo no Brasil?

R- Vejo que as empresas estão melhorando muito. Elas já estão transcendendo a etapa de enxergar as práticas ambientais como projeção de imagem e começando a perceber as vantagens competitivas no negócio em si. No ambiente industrial é mais fácil perceber que poluição é desperdício. Toda emissão é ineficiência do processo que, se corrigido, gera ganho para as empresas. Os bancos também se preocupam de fato com as práticas ambientais, pois sempre consideramos os riscos que podem ser imputados aos financiadores.

2. Quais as prioridades do BNDES para o meio ambiente?

R - Tudo no Banco é prioritário na questão ambiental. Com relação aos financiamentos, temos duas linhas de conduta. A defensiva, que objetiva evitar o emprego indevido dos nossos recursos; e a pró-ativa, que objetiva realmente viabilizar os melhores projetos, ou seja, maximizar os benefícios da nossa capacidade de financiamento. Todo projeto que entra no BNDES passa por uma rigorosa checagem ambiental. A partir desta checagem, podemos contribuir no melhoramento dos projetos, por exemplo, na adoção de melhores práticas e técnicas ambientais.

3. Como as empresas que querem investir em sustentabilidade podem contar com o apoio do BNDES?

R- Temos uma linha de financiamento para o meio ambiente, que engloba projetos de tecnologias limpas, reciclagem, recuperação de passivos, implantação de sistemas de gestão ambiental, e outras ações de sustentabilidade.

ANEXO B – Fontes Nacionais de Financiadores

Fonte da informação: Instituto Brasileiro do Terceiro Setor - IBTS (www.ibtsonline.org)

Entidade Financiadora: AÇÃO COMUNITÁRIA DO ESPÍRITO SANTO - ACES

Endereço: Praça Costa Pereira, 52 - Ed. Michelini – Centro - Cep:29010-080

Cidade / Estado:Vitória - ES

Tel:(27) 222-1388 - Fax:(27) 222-4205

Site:www.npd.ufes/aces/aaces.htm

E-mail:aces@escelsa.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A ACES é uma organização não-governamental criada e mantida pela classe empresarial capixaba.

Apóia projetos de ONGs para diversos programas: assistência social, cidadania, direitos humanos e justiça social; cultura e artes; desenvolvimento comunitário; desenvolvimento da economia popular; educação; fortalecimento de organizações da sociedade civil; meio ambiente; desenvolvimento sustentável e saúde.

Entidade Financiadora: AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO - ABC

Endereço:Ministério das Relações Exteriores, Anexo I - 8o andar - Cep:70170-900

Cidade / Estado:Brasília - DF

Tel:(61) 411-6862 - Fax:(61) 411-6894

Site:www.abc.mre.gov.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A Agência Brasileira de Cooperação - ABC integra a estrutura do Ministério das Relações Exteriores - MRE. A Agência tem como atribuição coordenar e supervisionar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, em todas as áreas do conhecimento. Os programas e projetos são negociados e implementados ao amparo dos acordos firmados pelo Brasil com os países parceiros e com os organismos internacionais. Por meio do Manual de Orientação para Formulação de Projetos, a ABC fornece as instruções necessárias para a formulação dos projetos de cooperação técnica. A instituição executora nacional é geralmente uma entidade técnica, sem fins lucrativos, voltada para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, de ensino e/ou apoio ao setor produtivo. O apoio às ONGs se dá por meio da prestação de serviços, traduzida pela presença de profissionais, treinamento no exterior de Recursos Humanos e eventual doação de equipamentos.

Entidade Financiadora: AMENCAR - ASSOCIAÇÃO DE APÓIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Endereço:Rua André Ebling 234 - Bairro Santo André - Cep:93001-970

Cidade / Estado:São Leopoldo - RS

Tel:(51)588-2222 - Fax:(51)588-2368

Site:www.kinderorthilfe.de

E-mail: regsul@amencar.org.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: Organização que trabalha há 23 anos em prol de crianças e adolescentes do Brasil. Seu objetivo é atuar na promoção social, assessorando e apoiando programas e projetos de atendimento a crianças e adolescentes, promovendo seus direitos e garantindo-lhes vida digna. Sua atuação está voltada para quatro eixos: 1) assessoria técnica; 2) estudos e pesquisas; 3) articulação política e 4) mobilização de recursos financeiros. A AMENCAR possui escritórios regionais em São Leopoldo (RS), Recife (PE) e Belo Horizonte (MG).

Entidade Financiadora: AMERICAN EXPRESS DO BRASIL

Endereço:Av. Maria Coelho Aguiar 215 - Bloco F - 8ºandar

Cep:05804-907

Cidade / Estado:São Paulo, SP

Tel:(11) 3741-3583 -Fax:(11) 3741-5099

Site:www.americanexpress.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A American Express do Brasil procura ser uma empresa cidadã nas comunidades às quais conduz negócios e naquelas onde os funcionários da empresa vivem e trabalham. Apóia projetos para finalidades beneficentes, educacionais ou culturais.

Entidade Financiadora: ASHOKA BRASIL - EMPREENDEDORES SOCIAIS

Endereço: Rua Visconde de Pirajá, 82/308 - Cep: 22410-000

Cidade / Estado: Rio de Janeiro - RJ

Tel: (21) 523-6811 - Fax: (21) 523-6799

Site: www.ashoka.org.br

E-mail: ashoka@ashoka.org.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A Ashoka busca indivíduos com idéias inovadoras voltadas para a solução de problemas sociais, e lhes oferece, entre outros serviços, uma bolsa de manutenção e capacitação profissional. No Brasil se encontra o programa mais completo de Ashoka no mundo e uma das mais vigorosas redes de empreendedores sociais. Não há data limite para a inscrição dos candidatos a empreendedores sociais. No site da Internet o interessado encontrará o roteiro da pré-proposta.

Entidade Financiadora: BANCO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

Diretoria da Área Social

Endereço: Av. República do Chile, 100 - Cep: 20139-900

Cidade / Estado: Rio de Janeiro

Tel: (21) 2277 6748 - Fax: (21) 2240 3749

Site: www.bndes.gov.br

E-mail: bazeredo@bndes.gov.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: Projetos de ONGs em diversos programas, envolvendo: a) Expansão e melhoria da qualidade da infra-estrutura urbana e dos serviços sociais básicos; b) Manutenção e criação de oportunidades de trabalho e geração de renda; c) Modernização da gestão pública; d) Fomento do investimento social das empresas. Na área de desenvolvimento social, o BNDES tem atuado na melhoria da capacidade operacional do Sistema Único de Saúde - SUS, que garante o atendimento gratuito à população e, em parceria com o Ministério da Saúde, administra o Programa de Fortalecimento e Modernização das Entidades Filantrópicas e Hospitais Estratégicos Integrantes do Sistema Único de Saúde. Na área de Microfinanças, o BNDES desenvolve o programa de crédito.

PRODUTIVO POPULAR - PCPP.

Este Programa tem como objetivo promover a formação de uma rede de instituições capazes de propiciar crédito a microempreendedores, formais ou informais, cooperativas de produção ou de serviços e microempresas, criando novos canais de distribuição de recursos financeiros e viabilizando alternativas de investimento para a geração de emprego e renda. Programa PCPP prevê o apoio a sociedade de crédito ao microempreendedor - SCM ou organizações não-governamentais ou organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP - com atuação na área de microcrédito. A ONG ou OSCIP poderá ter a participação do poder público desde que sua representação no Conselho de Administração, ou órgão equivalente, seja de até um terço do total de membros, sendo-lhe vedada a indicação do presidente e, também, o preenchimento de cargos executivos, ainda que remunerados pela instituição. O custo financeiro dos recursos do PCPP é a taxa de juros de longo prazo - TJLP. O prazo de amortização é de oito anos, em parcelas trimestrais, com vencimento no 15o dia do primeiro mês de cada trimestre civil, após uma carência de nove meses. O aporte de recursos do BNDES é limitado a R\$ 3 milhões por contrato e é exigida contrapartida da instituição tomadora do empréstimo. Para ONG ou OSCIP, o BNDES coloca recursos na proporção de um para um, no caso de primeira operação e de dois para um no caso de bom desempenho da instituição tomadora em operação anterior. Se a contrapartida da ONG ou OSCIP for inferior a R\$ 500 mil, o BNDES poderá, já na primeira operação, aportar recursos financeiros na relação de dois para um, limitados a R\$ 500 mil. Propostas para acesso a esse Programa de Crédito devem ser dirigidas para: BNDES - Área de Desenvolvimento Social / Departamento do Trabalho. Tel (21) 2277-6688 - Fax (21) 2277-8448 - site www.bndes.gov.br/produtos/social/popular.asp / e-mail microfin@bndes.gov.br. Adicionalmente, utilizando recursos do Fundo Social, o BNDES apóia financeiramente instituições da

sociedade civil - ONGs que demonstrem capacidade de prestar relevantes serviços à população de baixa renda.

Entidade Financiadora: BANCO J.P. MORGAN

Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729 - 15o andar - Cep:04538-405

Cidade / Estado: São Paulo - SP

Tel:(11) 3048-3904 - Fax:(11) 3048-3882

Site:www.jpmorgan.com

E-mail:vieiraanaluisa@jpmorgan.com

Áreas Prioritárias para Financiamento: Desde a fundação, em 1799, o Banco JP Morgan tem apoiado o desenvolvimento das comunidades situadas nos países em que atua. No Brasil, o Banco dispõe-se a analisar projetos de ONGs direcionados para a área educacional, com prioridade para atuação na formação da cidadania. Os projetos a serem financiados devem estar localizados nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Entidade Financiadora: BASF S. A.

Endereço: Estrada Samuel Aizemberg, 1707 - Jardim Continental - Cep:09844-900

Cidade / Estado: São Bernardo do Campo - SP

Tel:(11) 4347-1574 - Fax:(11) 4347-1790 - Site:www.basf.com.br

E-mail:soc@basf-sa.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A BASF é uma das maiores indústrias químicas do mundo. Está presente em mais de 170 países e produz cerca de oito mil itens - de químicos até produtos para agricultura e nutrição. Sua missão é valorizar a cidadania por meio do comprometimento com as comunidades (internas e externas) aplicando recursos e conhecimentos para o desenvolvimento social e respeitando a cultura e as necessidades dessas comunidades e o meio ambiente. Apóia projetos destinados a valorizar a cidadania, desenvolvimento social, cultura e o meio ambiente.

Entidade Financiadora: CÁRITAS BRASILEIRA

Endereço: SDS - Bloco P - Ed. Venâncio III - Salas 410/414 - Cep:70393-900 -

Cidade / Estado: Brasília - DF - Tel:(61) 325-7473 - Fax:(61) 226-0701

Site:www.caritasbrasileira.org - E-mail:caritasn@zaz.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A Caritas Brasileira faz parte da Rede Caritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social presente em 198 países, com sede em Roma. É um organismo da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e foi criada em 12 de novembro de 1956. É reconhecida como de utilidade pública federal. A Caritas Brasileira atua em 07 grandes linhas de ação: 1) relações democráticas e políticas públicas; 2) fortalecimento e organização institucional; 3) formação de agentes em prol da solidariedades; 4) promoção da economia popular solidária; 5) atuação em áreas de emergência; 6) desenvolvimento da cultura da solidariedade e 7) convivência com o semi-árido.

Entidade Financiadora: CATHOLIC RELIEF SERVICES - CRS

Endereço: Rua Monte Castelo, 195 - Boa Vista - Cep:50050-310

Cidade / Estado: Recife - PE

Tel:(81) 423-8711 - Fax:(81) 423-8620 - Site:www.crs-brasil.org.br

E-mail:crs@truenet.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A CRS trabalha em mais de 80 países, em todos os continentes, e oferece ajuda emergencial, e de longo prazo, aos pobres, levando em conta apenas a necessidade, sem distinguir crença, raça ou nacionalidade.

Trabalha com as comunidades locais, em projetos voltados para a auto-sustentação. Para atingir estes objetivos apoia atividades nas seguintes áreas programáticas: 1) agricultura; 2) direitos humanos/sociedade civil; 3) saúde; 4) desenvolvimento do micro crédito; 5) bem-estar social; 6) emergência e 7) educação.

Entidade Financiadora: CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÕES SOCIAIS - CERIS

Endereço: Rua Dr. Júlio Ottoni 571/3 Subsolo - Santa Teresa - Cep:20241-400

Cidade / Estado: Rio de Janeiro - RJ

Tel:(21) 2558-2196 - Fax:(21) 2285-7276 - Site:www.ceris.org.br

E-mail:ceris@ceris.org.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A CERIS é uma sociedade civil sem fins lucrativos, filantrópica,

de assistência social e promoção cultural, fundada em 1º de outubro de 1962 pela CNBB - Conferência dos Bispos do Brasil e pela Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB.

Desenvolve inúmeras pesquisas sociais e religiosas, coleta de informações quantitativas sobre a realidade do País e da Igreja Católica.

Tem também as tarefas de avaliação de experiências populares e pastorais, prestado assessoria a movimentos sociais e eclesiais, com financiamento e apoio a pequenas iniciativas.

Entidade Financiadora: COMISSÃO FULBRIGHT - ED. CASA THOMAS JEFFERSON

Endereço:SEPS - 706/906 - Conjunto B - SHIS - QI 09 Conj. 17 Lote 2 - Cep:71625-170

Cidade / Estado:Brasília-DF

Tel:(61) 364-3824 - Fax:(61) 364-5292

Site:<http://pnb2.incc.br/fulbright/>

E-mail:fulbright@fulbright.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento:A Comissão Fulbright - Comissão para Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil, promove desde 1957 amplo intercâmbio de conhecimento e talentos profissionais, com o fim de aumentar o entendimento entre os dois povos. Proporciona bolsas de estudos para pós-graduação nos Estados Unidos nas seguintes áreas: administração, antropologia, artes, informação, ciência política, comunicação, direito, economia, educação, meio ambiente, filosofia, geografia, história, letras e sociologia.

Entidade Financiadora: CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL - CI

Endereço:Av. Getulio Vargas 1300 - 7º andar – Savassi - Cep:30112-021

Cidade / Estado:Belo Horizonte - MG

Tel:(31) 3261-3889 - Fax:(31)3441-2582

Site:www.conservation.org.br

E-mail:info@conservation.org.br

Áreas Prioritárias para Financiamento:A CI - Conservation International é uma organização privada, sem fins lucrativos, dedicada à conservação e uso sustentado da biodiversidade. Atuando no Brasil desde 1988, a CI busca estratégias que promovam o desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis, compatíveis com a proteção dos ecossistemas naturais, sempre levando em consideração as realidades locais e as necessidades das comunidades. Em 1999 o Programa do Brasil se transformou em entidade nacional autônoma, denominada Instituto Conservation International do Brasil (CI do Brasil). Quatro programas englobam as suas atividades: economia/biologia da conservação, planejamento e capacitação em conservação e políticas de conservação.

Entidade Financiadora: COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO - CESE

Endereço:Rua da Graça , 164 – Graça - Cep:40150-055

Cidade / Estado:Salvador - BA

Tel:(71) 336-5457 - Fax:(71) 336-0733 - Site:www.cese.org.br

E-mail:cese@cese.org.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A CESE é uma entidade filantrópica composta institucionalmente por igrejas cristãs que se uniram no compromisso ecumênico de afirmar e proteger a vida. Sua missão é fortalecer grupos populares empenhados nas lutas por transformações políticas, econômicas e sociais que conduzam a estruturas em que prevaleça a democracia com justiça, intermediando recursos financeiros e compartilhando espaços de diálogo e articulação. Apóia projetos de ONGs em diversos programas : direitos humanos, organização popular, desenvolvimento econômico, saúde popular, educação, cultura, renovação eclesial, meio ambiente, emergências. Os projetos devem ser encaminhados com, pelo menos, 30 dias de antecedência em relação à realização pretendida. Observação importante: dada a situação de estiagem prolongada que se verifica em boa parte do país, especialmente na região semi-árida, a CESE está disponibilizando recursos especiais, através do seu Programa de Pequenos Projetos, para iniciativas que estejam localizadas nas áreas mais afetadas.

Entidade Financiadora: EMBAIXADA DA ALEMANHA - Divisão de Cooperação Técnica e Financeira

Endereço:SES - Av. das Nações - Lote 25 - Quadra 807 - Cep:70415-900

Cidade / Estado:Brasília-DF

Tel:(61) 443 7330 - Fax:(61) 443 7508 - Site:www.embaixada-alemanha.org.br

E-mail:germanembassy@zaz.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: O Governo da Alemanha concede, no âmbito da cooperação técnica e financeira, apoio financeiro a projetos de pequeno porte, assim entendidos os projetos das áreas social, de saúde, educação e agropecuária que:

- beneficiam a população mais carente.
- podem ser concluídos em, no máximo, seis meses.
- não requerem continuação, prolongamento ou mudanças no decorrer de sua execução.
- requerem recursos financeiros modestos.
- representam um impulso à capacidade da comunidade progredir com esforços próprios.
- As solicitações podem ser apresentadas por qualquer pessoa ou entidade que trabalhe, sem fins lucrativos e sem interesses particulares ou políticos, em prol do crescimento socioeconômico da população carente.

A entidade proponente deve apresentar:

- requerimento dirigido ao Departamento de Cooperação Técnica da Embaixada.
- Breve descrição da instituição solicitante, acompanhada de cópias do registro como instituição sem fins lucrativos e da ata de fundação.
- Breve descrição do projeto, contendo justificativa do apoio solicitado, clientela beneficiada, objetivo do projeto, resultados esperados e contribuição própria da entidade para o projeto.
- Orçamento em papel timbrado da casa comercial ou empresa, com a declaração do solicitante atestando serem aqueles os melhores preços encontrados.

Após a análise da documentação, um representante da missão diplomática alemã visita o projeto, para fins de aprovação. Satisfeitos os requisitos para a aceitação do projeto, será providenciada a tradução dos documentos, que serão então remetidos ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, que fará a seleção.

Os projetos devem prever contribuição própria da entidade solicitante, estando excluídas as solicitações de caráter caritativo e as de doações de alimentos ou dinheiro e as de pagamentos de salários ou semelhantes.

São admitidas as solicitações para o financiamento de materiais, equipamentos ou instrumentos necessários à realização do projeto, os quais não possam ser financiados por entidades locais.

Os projetos devem ser apresentados no início do ano ou no ano para o ano seguinte (o ano fiscal alemão começa em abril e vai até março do ano-calendário seguinte).

Entidade Financiadora: EMBAIXADA DA AUSTRÁLIA - Depto Assistente de Pesquisa - DAP

Endereço: SHIS - Quadra 09 - Conjunto 16 - Casa 01 - Cep:70469-900

Cidade / Estado:Brasília-DF

Tel:(61) 248 5569 - Fax:(61) 248 1066 - Site:www.embaixada-australia.org.br

E-mail:embaustr@zaz.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento:A Embaixada da Austrália mantém o Programa de Assistência Direta - DAP, que financia projetos de cunho eminentemente social, administrado por entidades não-governamentais e objetivando o desenvolvimento direto da comunidade. O Programa está direcionado a pequenas iniciativas locais, tais como:

- desenvolvimento comunitário - compra ou contratação de materiais ou equipamentos que ajudem a criar empregos.
- Infra-estrutura de produção - reforma ou melhoria de instalações ligadas ao projeto.
- Melhoria da produção : compra de insumos (sementes, gado reprodutor, etc) que melhorem a qualidade da produção.
- Treinamento de Pessoal.

A entidade solicitante deve encaminhar pedidos de assistência financeira contendo as seguintes informações:

- nome oficial da organização, nome da pessoa responsável, endereço completo, endereço postal (se diferente), telefone para contato (imprescindível).
- Descrição da organização (histórico, atividades desenvolvidas, área de atuação, situação socioeconômica da comunidade, atual fonte de sustento).
- Nome e descrição do projeto.
- Custo total do projeto.
- Valor solicitado à Embaixada da Austrália, descrição da parte financiada pela Embaixada e orçamentos.
- Identificação das demais fontes de financiamento (quando houver).
- Descrição do segmento específico da comunidade a ser beneficiada pela contribuição australiana.

- Cópias do estatuto social, publicação no Diário Oficial da União e CNPJ.
- Notícias de jornal ou outros meios de divulgação relativas à entidade (desejável).

Não existe um formulário padrão para a solicitação, que deverá conter informações sobre as melhorias a serem realizadas com os recursos, sobre a natureza assistencial e promotora do desenvolvimento do projeto e sobre a ligação entre o projeto e a comunidade.

A ajuda é dada preferencialmente a entidades já estabelecidas e que possam documentar uma história de atividade social na localidade. Pedidos de doações de caráter exclusivamente caridoso não são considerados, nem são financiadas atividades paralelas ou não diretamente assistenciais (aplicações financeiras, compra de produtos para revenda, pagamento de dívidas ou salários).

A apresentação de projetos pode ser feita em qualquer época do ano (o ano fiscal australiano tem início em julho e segue até junho do ano-calendário seguinte).

Entidade Financiadora: EMBAIXADA DA ÁUSTRIA

Endereço: SHIS - Quadra 09 - Conjunto 16 - Casa 01 - Cep: 70426-900

Cidade / Estado: Brasília-DF

Tel: (61) 443 3111 - Fax: (61) 443 5233

E-mail: embaustri@nutecnet.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: Projetos de ONGs direcionados para compra de materiais ou equipamentos para o desenvolvimento de pequenas comunidades.

Entidade Financiadora: EMBAIXADA DO CANADÁ

Endereço: SES - Av. das Nações - Quadra 803 - Lote 16 - Cep: 70410-900

Cidade / Estado: Brasília-DF

Tel: (61) 321 2171 - Fax: (61) 321 4529

Site: www.canada.org.br

E-mail: brsla@dfait-maeci.gc.ca

Áreas Prioritárias para Financiamento: projetos de ONGs voltados para as áreas de saúde, nutrição, educação e direitos humanos, com prioridades para as regiões Norte/Nordeste e periferias das grandes cidades brasileiras.

Por meio da embaixada do Canadá é possível ter acesso aos recursos do Fundo Canadá em Apoio a Pequenos Projetos Comunitários (Fundo Canadá), programa que apoia iniciativas de comunidades e de entidades não-governamentais de representação ou de assessoria a trabalhos populares que tenham um nítido caráter de auto-ajuda e co-participação por parte dos proponentes e das comunidades envolvidas.

O público-alvo do Fundo Canadá são crianças e adolescentes em situação de desvantagem - crianças e adolescentes em situação de pobreza, meninos e meninas de rua ou em situação de risco, crianças e jovens indígenas e filhos de trabalhadores rurais -, e os setores de intervenção são os seguintes.

- saúde e nutrição - ações curativas e preventivas e ações para a melhoria da situação alimentar/nutricional.

- Educação - ações em apoio à educação formal ou informal (incluindo educação comunitária e exercício da cidadania) e cursos técnicos e profissionalizantes.

- Direitos humanos - projetos que visem auxiliar na eliminação do trabalho infantil e no combate à exploração sexual e aos maus-tratos de crianças e adolescentes.

- O Fundo Canadá atende a projetos de todas as regiões do país, com prioridade para as regiões Norte e Nordeste e para as periferias das grandes cidades e para projetos elaborados em conjunto com o público beneficiário e que contemplem a gestão coletiva dos recursos.

O seguintes documentos devem acompanhar a proposta de projeto :

- estatuto social da entidade responsável pelo projeto e ata de sua fundação.

- Cópia da publicação no Diário Oficial da União e do CNPJ.

- Ata da eleição das duas últimas diretorias.

- Relação de nomes, endereços e profissão dos atuais componentes da diretoria.

- Levantamento de preços (três fornecedores), com a indicação dos utilizados para a composição do orçamento solicitado ao Fundo Canadá.

- Esboço ou planta da unidade a ser construída, com indicação do titular e da situação documental do imóvel (se for o caso).

A apresentação dos projetos pode ser feita ao longo do ano - o ano fiscal canadense tem início em abril e segue até março do ano-calendário seguinte.

Maiores informações podem ser obtidas junto ao Fundo Canadá em Apoio a Pequenos Projetos Comunitários - Caixa Postal 0341 - Cep. 70359-970 - Brasília - DF - Fax (61) 321-3061.

Entidade Financiadora: EMBAIXADA DO JAPÃO

Endereço: SES - Quadra 811 - Av. das Nações - Lote 39 - Cep:70425-900

Cidade / Estado:Brasília-DF

Tel:(61) 242 6866 - Fax:(61) 242-0738

Site:www.japao.org.br

E-mail:info@japao.org.br

Áreas Prioritárias para Financiamento:Projetos de ONGs que objetivem atenção especial nas áreas de cuidados de saúde básica, educação básica, alívio da pobreza, bem-estar público e meio ambiente.

O governo japonês oferece um programa de assistência econômica p/ projetos de desenvolvimento concebidos para atender às diversas necessidades dos países pobres. Conhecido como Assistência a Projetos Comunitários - APC, esse programa oferece apoio a projetos por vários organismos, como organizações não-governamentais, hospitais, estabelecimentos de ensino básico, institutos de pesquisa e outras organizações sem fins lucrativos.

Qualquer projeto pode ser financiado pela APC, dando-se preferência às seguintes áreas :

- cuidados de saúde básica.
- Educação básica.
- Alívio da pobreza.
- Bem-estar público.
- Meio ambiente.

As áreas de prioridade podem ser determinadas pela missão diplomática ou consular japonesa (embaixada ou consulado geral) em cada País. A quantia máxima de assistência concedida por projeto é, geralmente, de 10 milhões de ienes japoneses ou, em casos excepcionais, de 20 milhões de ienes.

Os solicitantes devem ter em conta que os seguintes itens orçamentários não podem ser financiados: salários, combustível, despesas de viagem, diárias e outros custos administrativos e operacionais da organização.

A organização que desejar receber os fundos do programa APC deve encaminhar a solicitação à missão diplomática ou consular japonesa da região onde será feita a implantação do projeto.

Ao formulário de solicitação (fornecido pela representação diplomática ou acessível por meio de download pela internet) deve-se anexar um orçamento detalhado do projeto, um mapa mostrando sua localização, um estudo de viabilidade e, se disponível, um folheto e uma cópia do estatuto da organização. Essencial também é o fornecimento de dados para contato, uma vez que podem ser solicitadas informações adicionais.

Tendo recebido a solicitação e os documentos relacionados, a missão diplomática ou consular adota os seguintes procedimentos:

- exame do projeto - ao receber a solicitação, os funcionários da missão diplomática ou consular examinam o projeto, dando especial atenção ao seu objetivo, impacto socioeconômico e custo. Com base nesses pontos, são selecionados os projetos mais apropriados para a assistência.
- Visita ao local do projeto - os funcionários da missão diplomática ou consular encarregados da APC visitarão o local do projeto selecionado a fim de decidir sobre a concessão da assistência.

Ao formular a solicitação, a organização deve ter em conta o seguinte;

- na seleção para o financiamento dos projetos, o governo do Japão irá priorizar seu impacto e sustentabilidade. Em princípio, deve-se convencer a missão diplomática de que a organização é capaz de gerir, com segurança, os projetos de desenvolvimento. Uma descrição detalhadas das realizações anteriores da organização pode ser importante no momento da avaliação do projeto.
- O governo japonês não pode proporcionar fundos para salários e outras despesas operacionais periódicas. Em vista disso, a realização do projeto deve ser financiada pela própria organização, independentemente.

- A fim de permitir ao governo japonês a verificação do valor de cada item do orçamento, devem-se apresentar três cotações de três fornecedores diferentes. Em determinadas circunstâncias, como em situações de emergência, por exemplo, ou quando se dispõe apenas de um número limitado de fornecedores, a missão diplomática ou consular pode diminuir o número de cotações exigidas.

Os projetos podem ser apresentados ao longo do ano, independentemente da data de início do projeto, os fundos de assistência são entregues antes de 31 de março (fim do ano fiscal japonês, que tem início em abril).

Os formulários de solicitação pode ser obtidos no site da internet
<http://www.japao.org.br/portugues/index.htm>

Entidade Financiadora: EMBAIXADA DO REINO UNIDO
 Endereço: SES - Quadra 801 - Conjunto K - Lote 8 - Cep:70408-900
 Cidade / Estado:Brasília-DF
 Tel:(61) 225 2710 - Fax:(61) 225 1777 - Site:www.reinounido.org.br
 E-mail:postmaster@fco.gov.uk
chancery@reinounido.org.br

Áreas Prioritárias para Financiamento:Projetos de ONGs nas áreas de direitos humanos - crianças de ruas, saúde comunitária, planejamento familiar, desenvolvimento sustentável; questões indígenas.

O Small Grants Scheme (Programa de Pequenas Doações) - SGS, da Embaixada britânica é destinado a projetos que promovam o desenvolvimento e o bem-estar social das camadas mais necessitadas da população.

O Programa considera áreas prioritárias para projetos : direitos humanos, principalmente relacionados a crianças de rua; saúde comunitária e planejamento familiar; desenvolvimento sustentável; e questões indígenas. No entanto, qualquer projeto que tenha valor social ou que promova o desenvolvimento poderá ser considerado.

O Programa SGS não deverá ser utilizado para projetos que promovam o bem-estar social somente a curto prazo. Os projetos deverão apresentar meios para auto-sustento. A entidade que se propõe a administrar o projeto deverá ser preferivelmente de ordem filantrópica.

Para solicitar o apoio da embaixada, o solicitante deve apresentar um projeto bem estruturado (existe um formulário para requisição e um documento com orientação para seu preenchimento), fornecendo as seguintes informações;

apresentação de entidade: deve-se incluir, se possível, uma breve explanação sobre a entidade e o tipo de trabalho com o qual está envolvida (e, se for o caso, relacionar projetos ou atividades de assistência social que estejam em andamento ou que tenham sido finalizados), relacionar os principais membros constituintes e anexar qualquer documentação existente.

Especificações do projeto - fornecer as razões que determinam a necessidade da implantação do projeto, definindo os problemas existentes. Devem-se esclarecer os objetivos do projeto e como se pretende alcançá-los, assim como os métodos a serem empregados, indicando o tempo de execução.

Requisição - relacionar o material e/ou equipamento necessário e fornecer custo total do projeto e discriminação dos custos individuais. Devem-se anexar três orçamentos de fornecedores para quaisquer materiais ou equipamentos solicitados.

Outros detalhes que o solicitante julgue necessários.

A entidade que apresenta o projeto deverá demonstrar capacidade para administrá-lo de forma eficiente. É desejável também que a comunidade local tenha um envolvimento máximo no projeto.

As verbas concedidas para cada projeto estão limitadas a 20 mil libras esterlinas por ano, ou seja, aproximadamente 30 mil dólares. Projetos são normalmente apoiados durante um ano e somente em casos excepcionais o apoio poderá ser concedido por um segundo ano. Itens individuais e específicos, em vez de projetos completos (como, por exemplo, equipamentos) podem ser requisitados como doações. O objetivo dessas doações é auxiliar entidades filantrópicas de assistência social a adquirir equipamentos e bens duráveis para uso comunitário.

O Programa não financia bens de consumo, como, por exemplo, medicamentos, alimentos e combustível, ou ainda salários, nem aquisição de veículos, a não ser em circunstâncias excepcionais. Período para apresentação dos projetos: início do ano ou no ano para o ano seguinte (o ano fiscal britânico começa em abril e vai até março do ano-calendário seguinte).

Entidade Financiadora: EMBAIXADA DA SUIÇA
 Endereço:SES - Av. das Nações - Quadra 811 - Lote 41 - Cep:70448-900
 Cidade / Estado:Brasília-DF
 Tel:(61) 443 5500 - Fax:(61) 443 5711
 Site:www.eda.admin.ch/brasilia-bem/p/home/talk/html

E-mail:vertretung@bra.rep.admin.ch

Áreas Prioritárias para Financiamento:Projetos de ONGs que sejam destinadas a ações comunitárias que beneficiem pessoas indigentes.

Entidade Financiadora: FAPESP - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 Endereço: Rua Pio XI, 1500 - Alto da Lapa - Cep:05468-901

Cidade / Estado: São Paulo - SP

Tel:(11) 3838-4000 - Fax:(11) 3645-2421 - Site:www.fapesp.br

E-mail:info@fapesp.br

Áreas Prioritárias para Financiamento:A FAPESP apóia, há 40 anos, todas as áreas de ciência e tecnologia, por meio da concessão de bolsa e de auxílios a projetos de pesquisa e a outras atividades ligadas à investigação e ao intercâmbio científico.

A FAPESP concede financiamento a pesquisadores com expressiva produção científica ou tecnológica, vinculados a instituições de pesquisa, pública ou privada, localizadas no Estado de São Paulo, para as seguintes modalidades: Formação de Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão; Pesquisas em Políticas Públicas; Apoio a Jovens Pesquisadores; Pesquisas Aplicadas para a Melhoria do Ensino Público; (Programa Pró-Ciências; Infra-Estrutura; Capacitação Técnica).

Entidade Financiadora: FERTILE (GROUPE FERT)

Endereço:Caixa Postal 109 - Santa Isabel - Cep:07500-970

Cidade / Estado:Moji das Cruzes - SP

Tel:(11) 4724-9772 - Fax:(11) 4724-9772

Site:www.globonet.org/horizon-local/fert/fert.html

E-mail:itapeti@ibm.net

Áreas Prioritárias para Financiamento: A FERT é uma organização internacional em agricultura voltada para as questões alimentares e os problemas do setor primário dos países menos desenvolvidos.

Apoia projetos de ONGs voltados para o desenvolvimento da agricultura. Terão preferência as propostas de organizações de produtores rurais.

Entidade Financiadora: FUNBIO

Endereço:Largo do Ibam, 01 - 6º andar - Cep:22271-070

Cidade / Estado:Rio de Janeiro - RJ

Tel:(21) 2579-0809 - Fax:(21) 2579-0829

Site:www.funbio.org

E-mail:funbio@funbio.org

Áreas Prioritárias para Financiamento:Conservação e uso sustentável da diversidade biológica do Brasil, através de projetos de agro-ecologia, manejo florestal, madeireiro, manejo florestal não-madeireiro, conservação, educação ambiental, pesquisa e eco-turismo.

Entidade Financiadora: FUNDAÇÃO ABRINQ

Endereço:Rua Lisboa, 224 - Jardim América - Cep:05413-000

Cidade / Estado:São Paulo - SP

Tel:(11) 3081-0699 - Fax:(11) 3081-0699

Site:www.fundabrinq.org.br

E-mail:pcpv@fundabrinq.org.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A atuação da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente é pautada pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança (ONU, 1989), Constituição Federal (1988) e Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Articulando e mobilizando a sociedade civil e o poder público para transformar a criança e o adolescente em prioridade, a Fundação Abrinq tem as seguintes áreas de atuação: 1) saúde e nutrição; 2) educação e cultura; 3) trabalho infantil; 4) família e comunidade; 5) denúncias; 6) políticas públicas.

A Fundação Abrinq é uma entidade sem fins lucrativos que atua em favor da criança e do adolescente através de diversos programas e projetos, a saber : programa Empresa Amiga da Criança; programa Prefeito Amigo da Criança; programa Crer para Ver; programa de Educação Infantil; projeto Jornalista Amigo da Criança e projeto Mudando a História.

Entidade Financiadora: FUNDAÇÃO ACESITA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Endereço:Avenida João Pinheiro 580 – Centro - Cep:30130-180

Cidade / Estado:Belo Horizonte (MG)

Tel:(31) 3235-4200 - Fax:(31) 3235-4294

Site:www.acesita.com.br

E-mail:facesita@gtc.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A Fundação Acesita para o Desenvolvimento Social é uma instituição privada, sem fins lucrativos, voltada para o desenvolvimento do Vale do Aço.

Instituída em 1994 pela empresa Acesita, a Fundação traduz a crença da empresa, desenvolvendo projetos voltados para as necessidades da cidade de Timotéo (MG) e da região do Vale do Aço. Busca parcerias com órgãos públicos, instituições nacionais e internacionais, aproximando-se do conceito de fundação comunitária.

As áreas de atuação concentram-se em quatro objetivos : 1) ação comunitária; 2) cultura; 3) educação; 4) meio ambiente.

Entidade Financiadora: FUNDAÇÃO BANK BOSTON

Endereço: Rua Libero Badaró, 425 - 19o andar

Cep: 01009-000

Cidade / Estado: São Paulo - SP

Tel: (11) 3118-4181 - Fax: (11) 3118-4172 - Site: www.bankboston.com.br

E-mail: fundacaobkb@bkb.com

Áreas Prioritárias para Financiamento: A Fundação BankBoston atua no campo dos direitos fundamentais da pessoa e na promoção da equidade social. Entende que a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da educação oferecida a criança e ao jovem é a melhor forma de investir na inclusão social e no futuro de novas gerações. A Fundação centra suas atividades em projetos e programas direcionados para o desenvolvimento humano sustentável. Entre as áreas prioritárias de atuação encontram-se: educação, assistência social, direitos humanos e justiça social.

Entidade Financiadora: FUNDAÇÃO BELGO MINEIRA

Endereço: Av Carandaí 115 - Cep: 30130-915

Cidade / Estado: Belo Horizonte (MG)

Tel: (31) 3219-1426 - Fax: (31) 3219-1337 - Site: www.fundacaobelgomineira.org.br

E-mail: fundacao@belgomineira.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A Fundação Belgo Mineira tem como missão contribuir para a integração econômica, social, política, cultura e psicológica das comunidades. Entre seus objetivos principais encontram-se o exercício e estímulo às atividades culturais, educacionais, ação comunitária, saúde, assistência social, preservação do meio ambiente e lazer.

Entidade Financiadora: FUNDAÇÃO CLEMENTE MARIANI - FCM

Endereço: Rua Miguel Calmon, 57 - 2o andar - Comércio

Cep: 40015-010

Cidade / Estado: Salvador - BA

Tel: (71) 243-2666 - Fax: (71) 243-2781 - Site: www.fcmariani.org.br

E-mail: fcm@fcmarian.org.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A Fundação Clemente Mariani atua na Bahia tendo as seguintes áreas de trabalho : educação, cultura e artes, beneficiando prioritariamente professores, adolescentes e crianças.

Entidade Financiadora: Fundação Educar Dpaschoal de Benemerência e Preservação da Cultura e Meio Ambiente.

Endereço: Rua Maria Bibiana do Carmo, 305 - Parque Industrial - Cep: 13031-720

Cidade / Estado: Campinas - SP

Tel: (19) 3272-0764 - Fax: (19) 3272-3335 - Site: www.educar.com.br

E-mail: fundacao@educar.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: projetos de ONGs direcionados para projetos educacionais, estimulando mudanças de comportamento para o desenvolvimento do protagonismo e da co-responsabilidade social da sociedade civil.

Entidade Financiadora: FUNDAÇÃO FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas

Endereço: Rua Odila Santos de Souza Camargo, 34 - Jardim Brandina - Cep: 01393-640

Cidade / Estado: Campinas - SP

Tel: (19) 3794-3500 - Fax: (19) 3794-3535 - Site: www.feac.org.br

E-mail: feac@feac.org.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A Fundação FEAC tem como missão a promoção humana, a assistência e o bem estar social, com prioridade à criança e ao adolescente da cidade de Campinas, congregando entidades que tenham o mesmo objetivo da Fundação e que estejam executando projetos próprios. Entre as áreas de atuação encontram-se: 1) esportes; 2) desenvolvimento de

economia popular; 3) educação; 4) fortalecimento de organizações da sociedade civil; 5) saúde; 6) assistência social; 7) desenvolvimento comunitário.

Entidade Financiadora: FUNDAÇÃO FORD

Endereço: Praia do Flamengo, 154 - 8o andar - Cep:22007-900

Cidade / Estado:Rio de Janeiro - RJ

Tel:(21) 2556-1586 - Fax:(21) 2285-1250 - Site:www.fordfoundation.org

E-mail:ford-rio@fordfound.org

Áreas Prioritárias para Financiamento: A Fundação Ford tem como missão fortalecer os valores democráticos, reduzir a pobreza e a injustiça. Bem como fomentar a cooperação internacional e promover o progresso humano. A Fundação Ford atua no apoio a projetos de organizações não-governamentais , através de prioridade às seguintes áreas temáticas : cidadania, direitos humanos, justiça social, educação, meio ambiente, saúde e fortalecimento de organizações da sociedade civil.

Entidade Financiadora: FUNDAÇÃO IOCHPE

Endereço:Alameda Tietê, 618 - Casa 01 - Cerqueira César - Cep:01417-020

Cidade / Estado:São Paulo - SP

Tel:(11) 3060-8388 - Fax:(11) 3060-8388 - Site:www.widesoft.com.br/fiochpe

E-mail:fiochpe@mandic.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: projetos de ONGs que atuem em Cruzeiro (SP), Contagem (MG) e Canoas (RS) nas áreas de cultura, educação e bem-estar social.

Entidade Financiadora: FUNDAÇÃO JOSÉ SILVEIRA

Endereço:Rua Bento Gonçalves, s/n – Federação - Cep:40110-210

Cidade / Estado:Salvador - BA

Tel:(71) 339-5000 - Fax:(71) 339-5148 - Site:

E-mail:superintendencia@fjs.org.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: projetos de ONGs voltados para promover saúde e qualidade de vida do ser humano e sua perfeita integralização com o meio ambiente, tendo as seguintes áreas temáticas : saúde, assistência social, tecnologia e produção de conhecimentos.

Entidade Financiadora: FUNDAÇÃO MAURÍCIO SIROTSKY SOBRINHO

Endereço:Avenida Getúlio Vargas, 1620 - 4o piso - Menino Deus - Cep:90150-004

Cidade / Estado:Porto Alegre - RS

Tel:(51) 218-6474 - Fax:(51) 218-6488 - Site:www.fmss.org.br

E-mail:fundacao@fmss.org.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: projetos de ONGs nas áreas de educação e treinamento, desenvolvimento comunitário, arte, cultura e recreação.

Entidade Financiadora: FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA

Endereço:Av. Rui Barbosa, 3450 - Cep: 83965-260

Cidade / Estado:São José dos Pinhais - PR

Tel:(41) 381-7396 - Fax:(41) 382-4179 - Site:www.fbpn.org.br

E-mail:fundação@fbpn.org.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A Fundação o Boticário de Proteção à Natureza tem como missão promover e realizar a conservação da natureza para garantir a vida na Terra. Entre seus objetivos encontram-se as tarefas de apoiar ações de conservação da natureza, proteger locais de relevante significado ecológico e promover a conscientização conservacionista.

Entidade Financiadora: FUNDAÇÃO ODEBRECHT

Endereço:Av.Luiz Viana Filho, 2841 – Paralela - Cep:41730-900

Cidade / Estado:Salvador - BA

Tel:(71) 206-1752 - Fax:(71) 206-1668 - Site:www.fundacaoodebrecht.org.br

E-mail:fundacao@odb.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A Fundação Odebrecht tem como missão contribuir para promover a educação de adolescentes para a vida, visando sua formação como cidadãos

responsáveis, conscientes, produtivos, participantes e solidários, que realizem sua capacidade de constituir famílias aptas a formar uma nova geração educada, saudável e estruturada para a vida produtiva, bem como contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Entidade Financiadora: FUNDAÇÃO ORSA

Endereço: Av. Deputado Emílio Carlos, 821 - Santa Terezinha - Cep:06310-160

Cidade / Estado: Carapicuíba - SP

Tel:(11) 4181-2232 - Fax:(11) 4181-2232 - Site:www.fundacaoorsa.org.br

E-mail:fundorsa@fundacaoorsa.org.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A Fundação ORSA tem como áreas de atuação a assistência social, saúde e educação, com foco para adolescentes, professores, crianças e portadores de necessidades especiais.

Entidade Financiadora: FUNDAÇÃO OTACILIO COSER

Endereço: Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 675 - 6o andar - Enseada do Sul- Cep:29056-900

Cidade / Estado: Vitória - ES

Tel:(27) 3335-6370 - Fax:(27) 3335-6400 - Site:www.grupocoimex.com.br

E-mail:foco@coimex.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A Fundação OTACILIO COSER tem como missão desenvolver ações nas áreas de educação e meio ambiente, promovendo a cidadania e a formação de lideranças. As áreas de atuação são: educação, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Entidade Financiadora: FUNDAÇÃO TELEFÔNICA

Endereço: Rua Joaquim Floriano 1052 9o andar - Itaim Bibi - Cep:04534-004

Cidade / Estado: São -Paulo - SP

Tel:(11) 3706-1955 - Fax:(11) 3706-1950 - Site:www.fundacaotelefonica.org.br

E-mail:fundacao@telefonica.org.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A missão da Fundação Telefônica é contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos segmentos mais carentes da sociedade, apoiando as empresas da Telefônica no cumprimento de suas responsabilidades sociais. As áreas de atuação prioritárias são : educação, saúde, cidadania, direitos humanos e justiça social, cultura e artes, assistência social. Em seus programas e projetos a Fundação sempre privilegia a aplicação social das tecnologias de telecomunicações e de informação.

Entidade Financiadora: Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social

Endereço: Avenida Graça Aranha, 26 - 3o andar – Centro - Cep:20005-900

Cidade / Estado: Rio de Janeiro - RJ

Tel:(21) 3814-4944 - Fax:(21) 2262-0255 - Site:

E-mail:fvr@cvrd.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A Fundação Vale do Rio Doce tem como missão o apoio a projetos no campo do desenvolvimento social, em especial na educação. Patrocina, promove e incentiva projetos nas cidades onde a Companhia atua, ou seja, nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Norte e Sudeste.

Entidade Financiadora: FUNDAÇÃO VITAE

Endereço: Rua Oscar Freire, 379 - 5o andar - Cep:01426-001

Cidade / Estado: São Paulo - SP

Tel:(11) 3061-5299 - Fax:(11) 3083-6361 - Site:www.vitae.org.br

E-mail: vitae@dialdata.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A Fundação Vitae é uma associação civil sem fins lucrativos que apóia projetos nas áreas de cultura, educação e promoção social. É possível solicitar o apoio da Fundação Vitae a projetos isolados ou inseridos nos programas especiais da entidade. As solicitações a projetos isolados devem enquadrar-se nas linhas de ação da Vitae, podendo ser encaminhadas em qualquer época do ano.

Entidade Financiadora: FUNDAÇÃO W. K. KELLOG

Endereço: Alameda Rio Negro 1084 - Conj. 31 - Ed. Plaza - Cep:06454-000

Cidade / Estado: Barueri - SP

Tel:(11) 4191-2233 - Fax:(11) 4195-0992 - Site:www.wkkf.org

Áreas Prioritárias para Financiamento: A Fundação Kellog tem como missão ajudar as pessoas a

ajudarem a si mesmas, através da aplicação de recursos e conhecimentos para melhorar a qualidade de vida desta e das futuras gerações. Terão prioridade os projetos que visem romper o ciclo de pobreza através da promoção do desenvolvimento saudável dos jovens, potencializando sua participação e capacidade de liderança em suas comunidades.

Entidade Financiadora: FUNDO CRISTÃO PARA CRIANÇAS

Endereço: Rua Curitiba, 689 - 6o andar – Centro - Cep:30123-970

Cidade / Estado: Belo Horizonte

Tel:(0800 900 110) - Fax:

Site:www.fcc-brasil.org.br - E-mail:fundo@fundocristao.org.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: O Fundo Cristão para Crianças foi criado em 1938, nos Estados Unidos, para socorrer centenas de crianças órfãs, vítimas da guerra sino-japonesa. Com sede em Richmond, no Estado da Virginia, é uma das mais antigas e respeitadas agências de apadrinhamento de crianças no mundo. Sua atuação supera 30 países, atingindo mais de 2,5 milhões de crianças, com programas de saúde, educação e alimentação. No Brasil, o Fundo Cristão para Crianças apóia técnica e financeiramente entidades que desenvolvem programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas famílias, em associações urbanas e rurais, creches, escolas e centros de serviços.

Entidade Financiadora: HSBC BANCO MÚLTIPLO

Endereço: Avenida das Nações Unidas, 11541 - 10o andar - Brooklin Novo - Cep:04578-000

Cidade / Estado: São Paulo - SP

Tel:(11) 5504-4263 - Fax:(11) 5504-4252 - Site:www.hsbc.com.br

E-mail:ssouza@hsbc.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: Projetos de ONGs que sejam dirigidos para a valorização da cidadania por meio do efetivo comprometimento com as comunidades em que atua, não apenas através do cumprimento das leis e regulamentos, mas também pela distribuição ativa para a preservação dos seus valores - através da educação - e do meio ambiente.

Entidade Financiadora: INSTITUTO ALCOA

Endereço: Av. Maria Coelho de Aguiar 215 - Bloco C - Cep:05804-900

Cidade / Estado: São Paulo - SP

Tel:(11)3741-5807 - Fax:(11)3741-8300 - Site:www.alcoa.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: O Instituto Alcoa tem como missão melhorar a qualidade de vida das comunidades onde a Alcoa Alumínio e suas subsidiárias operam através da aplicação de seus recursos na realização de atividades de caráter filantrópico, predominantemente nas áreas de educação, saúde, meio-ambiente e bem-estar social. Entre as áreas de atuação prioritárias encontram-se: educação, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, melhorias habitacionais, saneamento básico, gestão urbana e saúde.

Entidade Financiadora: INSTITUTO ALFA DE CULTURA

Endereço: Alameda Santos 466 - Cep:01418-000

Cidade / Estado: São Paulo - SP

Tel:(11)5693-4001 - Fax:(11)5693-4040 - Site:www.teatroalfa.com.br

E-mail:institut@teatroalfa.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: O Instituto Alfa da Cultura tem como objetivo promover e incentivar atividades de natureza cultural e artística de qualidade, através da produção de eventos cênicos e musicais adequados às dependências do Teatro Alfa.

De forma complementar, apóia outras atividades culturais e artísticas de relevância.

Entidade Financiadora: INSTITUTO AYRTON SENNA

Endereço: Rua Olavo Egídio, 287 – Santana - Cep:02037-000

Cidade / Estado: São Paulo - SP

Tel:(11) 6950-0440 - Fax:(11) 6950-8007 - Site:www.senna.com.br

E-mail:ias@ias.org.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: O Instituto Ayrton Senna tem como fundamento a vida e os ideais de Ayrton Senna, com o objetivo de contribuir para a criação de condições e oportunidades para que todas as crianças e adolescentes possam desenvolver plenamente o seu potencial como pessoas e cidadãos. Entre as áreas prioritárias de atuação encontram-se: 1) assistência social; 2)

cidadania; 3) direitos humanos e justiça social; 4) comunicação; 5) desenvolvimento comunitário; 6) educação; 7) fortalecimento de organizações da sociedade civil; 8) saúde; 9) tecnologia e produção de conhecimentos.

Entidade Financiadora: INSTITUTO CREDICARD

Endereço: Av. Henrique Schaumann, 270 - 5º andar - Cep:05413-000

Cidade / Estado:São Paulo - SP

Tel:(11) 3235-3611 - Fax:(11) 3235-3620 - Site:www.credicard.com.br

E-mail:claudia.aguiar@credicard.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: Projetos de ONGs destinados à construção da cidadania da infância e da adolescência através de projetos nas áreas de educação e saúde, fortalecendo os serviços sociais, a filantropia e o voluntariado.

Entidade Financiadora: INSTITUTO ECOFUTURO

Endereço:Av. Brigadeiro Faria Lima 1355 - 10º andar - Cep:01452-919

Cidade / Estado:São Paulo - SP

Tel:(11) 3037-9552 - Fax:(11) 3037-9238- Site:www.ecofuturo.org.br

E-mail:ecofuturo@ecofuturo.org.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: O Instituto Ecofuturo tem como missão praticar e promover o desenvolvimento sustentável, visando a melhoria da qualidade de vida, a conservação e restauração dos ambientes naturais e antrópicos, e a valorização da cultura e educação ambiental, principalmente das comunidades que vivem dos recursos naturais do Brasil. Entre as áreas prioritárias de atuação encontram-se: cultura e artes; educação; meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Entidade Financiadora: INSTITUTO EMBRAER DE EDUCAÇÃO E PESQUISA

Endereço:Av. Brigadeiro Faria Lima 2170 - Cep:12227-901

Cidade / Estado:São José dos Campos - SP

Tel:(12) 3927-5701 - Fax:(12)3927-8444 - E-mail:

Áreas Prioritárias para Financiamento: O Instituto Embraer atua na região Sudeste com prioridade nas seguintes áreas: 1) saúde; 2) educação e 3) assistência social. Tem como missão formular, implantar e operar diretamente ou com parcerias com terceiros, projetos de caráter social, com Atuação preferencial no setor educacional brasileiro, prioritariamente junto às comunidades em que a Embraer está presente.

Entre outros objetivos encontram-se o apoio à associação do terceiro setor e a promoção de atividades culturais.

Entidade Financiadora: INSTITUTO HOLCIM

Endereço:Rua Dr. Eduardo Souza Aranha 387 - 14º andar - Cep:04543-121

Cidade / Estado:São Paulo - SP

Tel:(011) 3897-0497 - Fax:(011) 3897-0258 - Site:www.institutoholcim.org.br

E-mail:institutoholcim-bra@holcim.com

Áreas Prioritárias para Financiamento: O Instituto Holcim tem como objeto social a promoção de ações de educação e assistência social que contribuam para o desenvolvimento local sustentável, de modo a que seja alcançada melhor qualidade de vida ligada ao meio ambiente natural e sócio-cultural.

Entidade Financiadora: INSTITUTO ITAÚ CULTURAL

Endereço:Av. Paulista, 149

Cep:01311-000

Cidade / Estado:São Paulo - SP

Tel:(011) 3268-1700 - Fax:(011) 3268-1832 - Site:www.itaucultural.org.br

E-mail:instituto@itaucultural.org.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: O Instituto Itaú Cultural tem como missão contribuir para a preservação e divulgação do patrimônio cultural do país, bem como articular e favorecer a produção e a formação cultural, com ênfase na utilização de tecnologia de ponta, de forma a democratizar o acesso às artes e cultura brasileiras ativamente no processo de formação da cidadania.

Os projetos devem ser apresentados visando o fomento da produção artística e atividades que propiciem o desenvolvimento do interesse pelo conhecimento da arte brasileira e a reflexão sobre as relações com a ciência e a tecnologia.

Entidade Financiadora: INSTITUTO RONALD McDONALD

Endereço: Av. Nilo Peçanha, 50 - Grupo 716 – Centro - Cep:20044-900

Cidade / Estado: Rio de Janeiro - RJ

Tel: (21) 2544-3299

Fax: (21) 2544-3299

Site: www.instituto.ronald.org.br

E-mail: instituto.ronald@uol.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: O Instituto Ronald McDonald de Apoio a Crianças tem como missão o tratamento, com dignidade e conforto, às crianças portadoras de câncer no Brasil. Fundado em 1999 pela Rede McDonald's, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e tem como linhas básicas de atuação: 1) promover e divulgar conhecimentos relativos ao câncer infanto-juvenil; 2) incentivar as atividades de suporte assistencial, psicossocial e de apoio ao voluntariado nas instituições de apoio às crianças e aos adolescentes portadores de câncer; 3) apoiar a melhoria das condições hospitalares de Instituições que atendam crianças e adolescentes portadores de câncer e 4) incentivar a pesquisa e o intercâmbio técnico-científico na área do câncer infanto-juvenil.

Entidade Financiadora: INSTITUTO XEROX

Endereço: Av. Rodrigues Alves 261 - Cep:20220-360

Cidade / Estado: Rio de Janeiro - RJ

Tel: (21) 2271-1837 - Fax: (21) 2271-1445 - E-mail: fatima-sa@bra.xerox.com

Áreas Prioritárias para Financiamento: O Instituto Xerox tem como missão assegurar meios e condições que possibilitem a Xerox do Brasil exercer em sua plenitude a sua responsabilidade como empresa cidadã corporativa, através do desenvolvimento e implantação de projetos que beneficiem a sociedade brasileira nas áreas de educação, cultura, esporte, meio ambiente e, de modo especial, através de atividades que privilegiem comunidades carentes.

Entidade Financiadora: KINDERNOTHILFE e. V

Endereço: Caixa Postal 433 - Cep:93001-970

Cidade / Estado: São Leopoldo - RS

Tel: (51) 588-2222 - Fax: (51) 588-2368 - Site: www.amencar.org.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: projetos de ONGs que estejam direcionados para beneficiar crianças, jovens e suas famílias.

Entidade Financiadora: MACARTHUR FOUNDATION BRASIL

Endereço: Av. Eng. Luiz Carlos Benini 936 - Conj. 71 – Brooklim - Cep:04571-000

Cidade / Estado: São Paulo - SP

Tel: (11) 5505-2527 - Fax: (11) 5505-5316 - Site: www.macfound.org.br

E-mail: fundmacarthur@originet.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A Fundação MacArthur tem como missão contribuir para que as comunidades e as pessoas se desenvolvam com boa saúde, para que haja paz dentro e entre as nações; escolhas reprodutivas responsáveis; e um ecossistema global capaz de respaldar sociedades humanas saudáveis. Os projetos devem apresentar claramente a busca de soluções sustentáveis que reduzam desigualdades sociais, a má distribuição de recursos e de poder, e que garantam a melhoria das condições de vida da população.

Entidade Financiadora: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco D - Cep:70043-900

Cidade / Estado: Brasília-DF

Tel: (61) 218 2828 - Fax: (61) 225 9046 - Site: www.agricultura.gov.br

E-mail: acsgm@agricultura.gov.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: Projetos de ONGs, com prioridade para associações rurais e urbanas, em diversos programas: apoio ao desenvolvimento institucional, capacitação, incentivo à educação cooperativista e associativista ; modernização gerencial e administrativa; sistemas de produção de agricultura familiar; competitividade de associações rurais e cooperativas e fortalecimento da agricultura familiar - PRONAF.

Através da EMBRAPA, financia também ONGs que estejam com projetos de apoio à pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia, em diversas prioridades temáticas: tecnologia avançada para a agricultura, agricultura familiar, recursos, agronegócios e estudos estratégicos.

Com a administração da EMBRAPA, é desenvolvido o PROJETO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS AGROPECUÁRIAS PARA O BRASIL - PRODETAB.

O PRODETAB é um projeto negociado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial, para aplicação de recursos em pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia agropecuária, florestal e agroindustrial.

Este Projeto pretende induzir e apoiar a execução de pesquisas em áreas consideradas críticas e estratégicas para o desenvolvimento agropecuário brasileiro, tendo por referência demandas identificadas no sistema produtivo e na comunidade científica e tecnológica, estimular a ação cooperativa multiinstitucional, com abertura à participação do setor privado, e apoiar ações que promovam o aumento da eficiência e a sustentabilidade do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária.

O PRODETAB apoia as seguintes áreas de pesquisa e linhas temáticas:

- tecnologia avançada para a agricultura - agricultura de precisão, biologia celular, biologia molecular, engenharia genética, informática e outras linhas consideradas estratégicas para a superação do atraso tecnológico e a obtenção de melhores índices de produtividade, melhor qualidade e maior competitividade dos produtos agropecuários, agroindustriais e florestais.

- Agricultura familiar - tecnologia de produção apropriada à pequena propriedade rural e à pequena empresa de processamento industrial, que aumente a eficiência, a produtividade e a sustentabilidade dos sistemas de produção; e organização dos produtores, visando à sua maior inserção no processo de desenvolvimento rural.

- Recursos naturais - tecnologia de monitoramento, avaliação, conservação, manejo e exploração sustentável dos recursos naturais e de recuperação de áreas degradadas, compatível com o aumento da capacidade produtiva.

- Agronegócio - tecnologia de colheita e pós-colheita, incluindo armazenagem, conservação e processamento industrial, que promova a redução de perdas, de deterioração da qualidade e de desperdício de produtos alimentares; estudos e desenvolvimento de oportunidades de mercado para novos produtos agropecuários; e processos de gerenciamento da propriedade rural e de organização da produção, visando ao crescimento ordenado e eficiente de cadeias produtivas.

- Estudos estratégicos - estudos básicos e estratégicos para avanços na solução de problemas do setor agropecuário, florestal e agroindustrial em geral.

- Podem concorrer ao apoio financeiro do PRODETAB as instituições de pesquisa agropecuária em geral e de pesquisa em áreas afins; universidades e outras instituições de ensino superior; entidades de assistência técnica e extensão rural; organizações de desenvolvimento rural; cooperativas agropecuárias e associações de produtores rurais; empresas produtoras de sementes, agroquímicos, máquinas e implementos e outras com atuação no setor agropecuário, florestal e agroindustrial; organizações não-governamentais com atuação em pesquisa e desenvolvimento no setor agropecuário, florestal e agroindustrial.

- As regras gerais para a apresentação dos projetos estão estabelecidas em manual operacional específico do PRODETAB, disponível no endereço <http://www.embrapa.br/sci>. Endereço : EMBRAPA

- Secretaria de Cooperação Internacional - Parque Estação Biológica - Final da W3 Norte - Ed. Sede - Ala C - Sala 220. Caixa Postal 04-0315 - Cep 70770-901 - Brasília - DF. Tel (61) 4484491 - Fax (61) 2724656 - E-mail sci@sede.embrapa.br.

PROGRAMA DO COOPERATIVISMO

O Ministério da Agricultura, através do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (DENACOOOP), elabora as diretrizes de ação governamental para o associativismo rural e o cooperativismo, com vista a subsidiar a formulação da política agrícola; elaborar programas e projetos que tenham por objeto o desenvolvimento do associativismo rural e do cooperativismo, bem como prover e avaliar sua execução; administrar os recursos provenientes do Fundo Nacional de Cooperativismo (FUNACOOOP), instituído pelo Decreto-lei número 59, de 21 de novembro de 1966, e mantido pela Lei número 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

O DENACOOOP concede apoio financeiro a projetos que tenham como público-alvo as cooperativas (até mesmo as urbanas) e as associações rurais. Propostas devem ser dirigidas ao Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural - Esplanada dos Ministérios - Bloco D - Sala 352 - Cep 70043-900 - Tels (61) 2182485 / 2182787 - Fax (61) 2254386 - site www.agricultura.gov.br/html/estrutura.asp.

Entidade Financiadora: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco E - Cep: 70067-900

Cidade / Estado: Brasília-DF

Tel:(61) 321 8886 - Fax:(61) 225-7496 - Site:www.mct.gov.br

E-mail:obelmonte@mct.gov.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: Projetos de ONGS em diversos programas, que priorizem pesquisas em: estudos e projetos científicos e tecnológicos sobre educação, segurança e saúde do trabalhador; trabalho precoce na infância, desenvolvimento de recursos humanos; tecnologia de habitação, proteção em relação a máquinas e equipamentos; disseminação de informações sobre acidentes de trabalho; doenças profissionais; softwares para exportação e plantas do Nordeste.

Entidade Financiadora: MINISTÉRIO DA CULTURA

Endereço: Esplanada dos Ministérios - Cep:70068-900

Cidade / Estado:Brasília-DF

Tel:(61) 316 2000 - Fax:(61) 226 9093 - Site:www.minc.gov.br

E-mail:gm@minc.gov.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: Projetos de ONGs em diversos programas de apoio a pesquisadores nas seguintes áreas: Apoio à Cultura - PRONAC; Conservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Implantação de Bibliotecas; Apoio ao Teatro, Dança, Circo, Ópera, Mímica, Música, Filme e Edição de Livros; Restauração/Conservação de Monumentos.

O Ministério da Cultura estabelece convênios com Estados, Municípios e entidades públicas e privadas sem fins lucrativos para o repasse de recursos a fundo perdido para a execução de projetos aprovados pelo Ministério, de acordo com os critérios estabelecidos para cada atividade. Esses convênios destinam-se a projetos de recuperação/conservação do patrimônio histórico e artístico nacional, implantação de bibliotecas, apoio a bandas e outras áreas.

O enquadramento de projetos de cada área específica deve ser verificado na Secretaria responsável por aquela atividade, de acordo com a estrutura do Ministério. As propostas para repasse de recursos a fundo perdido são examinadas pela área competente do Ministério, que discute com o proponente, dentro de parâmetros estabelecidos para cada atividade, as condições e contrapartidas exigidas para o projeto.

As propostas de convênio deverão ser encaminhadas às Secretarias do Livro e Leitura, do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, da Música e Artes Cênicas e do Audiovisual do Ministério da Cultura, segundo a área cultural de interesse do proponente.

O projeto pode ser encaminhado pessoalmente ou pelo correio. Para tanto, deve ser usado o Programa para apresentação de projetos do Ministério, disponível no site da Internet:

www.minc.gov.br/projetos/index.htm ou em uma das unidades do Ministério da Cultura.

Ainda na área do Ministério da Cultura, é desenvolvido o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) - Incentivos Fiscais da Lei Rouanet. Este Programa foi instituído pela Lei 8.313/91, com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor, de modo a:

- contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais.
- Promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais.
- Apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores.
- Proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional.
- Salvar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira.
- Preservar os bens materiais e imateriais e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações.
- Estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória.
- Priorizar o produto cultural originário do país.

A mesma Lei estabelece que o PRONAC será implementado através dos seguintes mecanismos:

Fundo Nacional da Cultura - FNC, Fundos de Investimento Cultural e Artístico - FICART e incentivos a projetos culturais.

Os incentivos fiscais sob os auspícios da Lei Rouanet estão, desse modo, regulamentados pela Lei número 8.313/91, que permite que os projetos aprovados pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC - órgão consultivo do Ministério da Cultura, vinculado ao Gabinete do Ministro, nos termos da Lei 9.874/99 - recebam benefícios concedidos do imposto de renda devido.

Podem candidatar-se aos benefícios da Lei Rouanet pessoas físicas, empresas e instituições públicas da administração pública indireta, tais como fundações, autarquias e institutos, desde que dotados de personalidade jurídica própria e, também, de natureza cultural.

Feitas as consultas para informações, os proponentes de projetos candidatos à captação de recursos sob a Lei Rouanet devem apresentar seus projetos, em formulário próprio, ao Ministério da Cultura, nas suas delegacias regionais ou nas Coordenações do Programa Nacional de Apoio à Cultura das entidades vinculados ao Ministério.

Entidade Financiadora: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco L - Cep:70047-900

Cidade / Estado: Brasília-DF

Tel:(61) 410 8484 - Fax:(61) 410-9233 - Site:www.mec.gov.br

Áreas Prioritárias para Financiamento:Projetos de ONGs em diversos programas : realização de cursos de formação de professores indígenas; produção e publicação de materiais didáticos para uso nas escolas indígenas; merenda e material escolar.

Para viabilizar suas atividades, entre outras fontes, o Ministério da Educação utiliza o FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Este Fundo é o instrumento de organização utilizado para promover o ensino fundamental de qualidade (primeira a oitava série) em todo o País, com recursos do salário-educação, com o objetivo de assegurar que todas as crianças e jovens, de sete a catorze anos, e aqueles com idade acima de catorze anos que não tiveram acesso à escola em época apropriada possam concluir o ensino fundamental.

Os recursos do FNDE são canalizados para governos estaduais, Distrito Federal, prefeituras municipais e organizações não-governamentais (ONGs) para atendimento às escolas públicas do ensino fundamental das redes municipais e estaduais, em consonância com a estratégia educacional definida pelo Ministério da Educação. Os principais programas financiados e executados pelo FNDE são:

- Programa Nacional de Alimentação Escolar.
- Programa Nacional do Livro Didático.
- Programa Dinheiro Direto na Escola.
- Programa Nacional Biblioteca da Escola.
- Programa Nacional de Saúde do Escolar.
- Programa de Garantia de Renda Mínima.

O FNDE dispõe também de uma linha de financiamento para programas e projetos educacionais direcionados ao ensino fundamental. Estão contemplados, nesse segmento, os programas voltados para a educação pré-escolar, escola de qualidade para todos, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação especial, aceleração da aprendizagem, estatísticas e avaliações educacionais, cultura afro-brasileira e paz nas escolas.

Os recursos são dirigidos para ações como construção, ampliação, reforma e conclusão de unidades escolares, capacitação e formação continuada de professores, aquisição de equipamentos e adaptação de escolas, além da produção e impressão de material didático-pedagógico.

Desde o ano de 2001, a solicitação de assistência financeira ao FNDE por organizações não-governamentais está prevista no âmbito dos programas.

Educação de Jovens e Adultos - Por instituições que vêm desenvolvendo e executando projetos nessa área, e os recursos deverão ser direcionados à execução de projetos, com as ações de: a) formação continuada de professores - visando a implementação da proposta curricular de educação de jovens e adultos; b) impressão de material didático - para alunos do primeiro segmento de educação de jovens e adultos (1a a 4a séries); aquisição e/ou impressão de material didático - para o segundo segmento (5a a 8a séries).

PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE DO ESCOLAR

A assistência financeira pode ser pleiteada por organizações não-governamentais, filantrópicas e sem fins lucrativos, mantenedoras de escolas especializadas do ensino fundamental e que atendam alunos com necessidades educacionais especiais (Resolução número 28, de 28 de junho de 2001).

Este Programa, de transporte do escolar, foi criado para contribuir na diminuição da evasão escolar, garantindo o acesso e permanência dos alunos nas escolas. O repasse é feito às organizações não-governamentais para aquisição de veículos automotores (zero quilômetro).

Os veículos podem ser adquiridos se destinado ao transporte coletivo, com capacidade entre 9 e 20 passageiros, ou embarcação a motor, para o caso de transporte por via fluvial, obedecendo às disposições do Código de Trânsito Brasileiro e às Normas da Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil.

As entidades interessadas em adquirir veículo com capacidade para mais de 20 lugares devem arcar com a diferença no valor. Às organizações não-governamentais será repassado o valor de até R\$ 25.000,00 (dependendo do valor do bem a ser adquirido). A contrapartida, de no mínimo 1 %, será financeira e calculada com base no valor total do projeto.

Caberá às ONGs arcar com as despesas referentes à manutenção dos veículos, pagamento de taxas, impostos, seguro e multas. Além do seguro obrigatório, as entidades deverão fazer o seguro total do veículo contra danos materiais e vítimas por acidente.

Após firmado o convênio, os recursos financeiros serão liberados em parcela única, em conta específica a ser aberta pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em agência e banco indicados no projeto pelo interessado. O veículo deve ser adquirido dentro do prazo de execução expresso nos termos do convênio.

Maiores informações sobre o Programa Transporte do Escolar devem ser obtidas na Diretoria de Programas e Projetos Educacionais do FNDE no seguinte endereço:

SBS - Quadra 02 - Bloco F - Edifício Áurea, Térreo - sala 3 - Cep 70070-929 - Tel (61) 212-4707 - E-mail : mauriliol@fnde.gov.br ou edileusa@fnde.gov.br.

Educação Especial - A assistência financeira pode ser solicitada por organizações não-governamentais de representatividade estadual ou regional que agregam as escolas especializadas de ensino fundamental das entidades sob sua orientação, para o desenvolvimento de projetos de adaptação de escolas (realização de pequenos serviços, direcionados à remoção de barreiras arquitetônicas), capacitação de professores, equipamentos para escolas (destinados às salas de aula, salas de recursos e oficinas pedagógicas), material didático e material pedagógico (Resolução FNDE número 24, de 20 de junho de 2001).

A assistência financeira será processada mediante solicitação das ONGs, por meio da apresentação de projetos educacionais, limitando-se a um projeto por instituição, elaborados sob a forma de plano de trabalho, observados os requisitos específicos, os parâmetros de avaliação do projeto e as orientações constantes do manual de orientações e das resoluções específicas de cada programa.

A análise técnica dos projetos está a cargo, no caso do Programa Educação de Jovens e Adultos, do Departamento de Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino Fundamental (DDSE), da Secretaria de Educação Fundamental (SEF) do Ministério da Educação, que encaminha ao FNDE os projetos aprovados.

A celebração do convênio, objetivando a execução de projetos tecnicamente aprovados, está condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros do FNDE, à adimplência, à habilitação da organização não-governamental solicitante, com a entrega dos documentos de habilitação atualizados, nos termos da Resolução FN DE/CD número 004/2002, de 21 de fevereiro de 2002.

Para o recebimento de maiores informações consulte o site na Internet www.fnde.gov.br, o Manual de Orientações para Assistência Financeira a Projetos Educacionais e as resoluções citadas. Correspondência postal ao FNDE deve ser enviada ao seguinte endereço: Setor Bancário Sul - Quadra 02 - Bloco F - Edifício Áurea - sala 07 - Térreo - Cep. 70070-929 - Tels (61) 2124337 / 2124295 - Brasília, DF.

Outros programas do Ministério da Educação devem ser devidamente conhecidos e utilizados:

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA - PRONERA

O PRONERA é a expressão de uma parceria estratégica entre o governo, as universidades e os movimentos sociais rurais, com o objetivo de desencadear um amplo processo para educação de jovens e adultos nos assentamentos de reforma agrária.

O objetivo geral do PRONERA é fortalecer a educação nos assentamentos de reforma agrária, utilizando metodologias específicas para o campo que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil. São seus objetivos específicos;

- desenvolver um projeto nacional de educação de jovens e adultos (EJA), incluindo a formação e escolarização dos monitores.
- Oferecer formação continuada e escolarização (média e superior) aos educadores do ensino fundamental.
- Oferecer formação técnico-profissional com ênfase nas áreas de produção e administração rural.
- Produzir material didático-pedagógico em todas as áreas prioritárias a partir das discussões do programa.

Poderão participar as universidades e demais instituições de ensino superior que apresentarem um projeto pedagógico para educação de jovens e adultos assentados e para os cursos de escolarização

e capacitação de monitores, em parceria com organizações não-governamentais e movimentos sociais envolvidos com trabalhos nos assentamentos.

Os interessados em participar do projeto Educação de Jovens e Adultos (EJA) devem formalizar o pedido em correspondência assinada pelo dirigente ou representante legal e dirigida à coordenação nacional do PRONERA. As propostas de projetos devem atender às orientações do Manual de Operações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

Maiores informações podem ser obtidas na Coordenação do Programa, no seguinte endereço : Ed. Palácio do Desenvolvimento - 7o andar - Sala 700 - Cep 70057-900 - Tels. (61) 4117200 / 4117209 - Fax (61) 3280061 - Brasília - DF, ou no site www.fnede.gov.br ou através do e-mail pronera@incra.gov.br.

PROGRAMA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP

O Programa PROEP é uma iniciativa do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, que visa à expansão, modernização, melhoria de qualidade e permanente atualização da educação profissional no País, por meio da ampliação e diversificação da oferta de vagas; da adequação de currículos e cursos às necessidades do mundo do trabalho; da qualificação, reciclagem e re-profissionalização de trabalhadores, independentemente do nível de escolaridade; e da formação e habilitação de jovens e adultos nos níveis médio (técnico) e superior (tecnológico).

O PROEP é aberto à participação de entidades do " segmento comunitário" - definido como o conjunto de entidades representativas da sociedade civil organizada que atuam ou pretendem atuar na área da educação profissional, tais como : sindicatos patronais ou de empregados, de qualquer setor profissional; organizações não-governamentais; instituições privadas sem fins lucrativos; e entidades filantrópicas, entre outras, preferencialmente articuladas em parcerias, com ou sem participação do poder público. Para efeitos do PROEP, as prefeituras municipais também fazem parte do segmento comunitário.

O Programa admite a assinatura de convênios para investimentos de recursos na construção, implantação, reforma ou ampliação de escolas ou centros educacionais destinados às seguintes áreas.

- Infra-estrutura - refere-se à : construção e/ou reforma e/ou ampliação de escolas ou centros de educação profissional; aquisição de equipamentos técnico-pedagógicos, de gestão e administração e material permanente.
- Gestão da educação profissional - refere-se à disponibilização de recursos para concepção e implementação de conselhos de administração e ensino e outros; implementação de sistemas de avaliação institucional; implantação de sistemas de informação e gerenciamento institucional; e aquisição de sistemas informativos de apoio aos processos de gestão e administração.
- Desenvolvimento técnico-pedagógico - refere-se ao financiamento de: desenvolvimento de estudos de mercado de trabalho local; desenvolvimento e implantação de sistemas de acompanhamento de egressos; construção de currículos adequados às necessidades do mundo de trabalho; definição de conteúdos curriculares; desenvolvimento de inovações educacionais no ensino profissional; aquisição de acervo bibliográfico e softwares educativos e aquisição de material pedagógico.
- Capacitação de Recursos Humanos - refere-se ao financiamento de programas de capacitação do docentes e de pessoal das áreas técnico-pedagógica e administrativa e de programas de formação e atualização de gestores.

As entidades que tiverem seus projetos aprovados receberão os recursos previstos para sua realização sob a forma de investimento a fundo perdido, não arcando, portanto, com a obrigatoriedade de restituir esse recurso à União. Entretanto, caberá à entidade:

- oferecer o terreno onde será implantada a escola ou o centro de educação profissionalizante solicitado, quando se tratar da construção de uma unidade nova.
- Arcar com todas as despesas de custeio (manutenção e operação) da escola.
- Demonstrar a existência de articulação da escola ou centro de educação profissional com a comunidade e o setor produtivo local.
- As propostas de projetos para o PROEP podem ser entregues em qualquer época do ano no Ministério da Educação : site www.mec.gov.br/semtec/proep/segcom.shtm , e-mail proep@semtec.mec.gov.br e Tels (61) 4108176 - Fax (61) 4109638.

EDUCAÇÃO DO INDÍGENA

A Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas (CGAEI), da Secretaria do Ensino Fundamental do Ministério da Educação divulga no documento intitulado Roteiro para elaboração e encaminhamento de projetos na área de educação escolar indígena, por organizações não-governamentais de apoio aos índios e universidades, a disposição de financiar projetos voltados a:

- realização de cursos de formação de professores indígenas.
- Produção e publicação de materiais didáticos para uso nas escolas indígenas.

Este Programa de Educação do Indígena tem uma página na Internet -

www.mec.gov.br/sef/indigena/proj.shtm , por meio da qual é possível até mesmo acessar o documento citado.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES - PFFA

O Programa de Formação de Professores Alfabetizadores é um curso anual de formação destinado especialmente a professores que ensinam a ler e escrever, na educação infantil e no ensino fundamental, tanto as crianças como os jovens e adultos.

Embora o público-alvo seja formado por professores que alfabetizam, o programa está aberto a outros profissionais de educação que pretendem aprofundar seus conhecimentos sobre o ensino e a aprendizagem no período de alfabetização.

Este Programa foi formulado pela Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação e está sendo desenvolvido em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, Universidades e Organizações Não-Governamentais.

Sua implementação pressupõe a assinatura de um termo de cooperação técnica, em que o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação, Universidades, Escolas de Magistério ou ONGs estabelecem as bases da parceria.

Propostas devem ser enviadas para o Departamento de Política de Educação Fundamental: Tels (61) 4108641 / 4108707. Veja a lista das ONGs que manifestaram interesse neste Programa: Fundação Gol de Letra, Fundação Travessia, Projeto Formar, Opiron - Organização dos Professores Indígenas de Rondônia, Adote - Associação de Orientação aos Deficientes (Natal-RN) e Adebrac - Agência de Desenvolvimento Sustentável do Brasil (Fruital-MG).

Entidade Financiadora: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco T

Cep: 70064-900

Cidade / Estado: Brasília-DF

Tel: (61) 429 3454

Fax: (61) 225 0906

Site: www.mj.gov.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: Projetos de ONGs em diversos programas, com ações específicas.

PROGRAMA DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

- capacitação de recursos humanos.
- Classificação indicativas de diversões públicas.
- Criação de defensorias públicas especializadas nos Estados e Distrito Federal.
- Edição e distribuição de documentos técnicos.
- Estudos e pesquisas aplicadas.
- Implantação da rede de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos.
- Implantação de sistema integrado de informações para infância e adolescência (SIPIA).
- Implantação e manutenção de unidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- Inserção da disciplina de direitos da criança e adolescentes nos cursos regulares de ciências sociais aplicadas.
- Inserção do Estatuto da Criança e do Adolescente no currículo de ensino fundamental.
- Instalação de autoridade central administrativa de adoção de crianças e adolescentes.
- Promoção de eventos relativos aos direitos das crianças e adolescentes.
- Revisão da legislação na área de garantia dos direitos e proteção da criança e do adolescente.

PROGRAMA DE REINSERÇÃO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

- assistência sócioeducativa.
- Capacitação de recursos humanos dos sistemas de segurança, justiça e atendimento.

- Construção de unidades de atendimento.
- Criação de delegacias estaduais especializadas em investigação de atos infracionais praticados por adolescentes.
- Diretrizes para programas de atendimento.
- Implantação de serviços de acompanhamento para reinserção social do egresso do sistema sócioeducativo.
- Implantação de serviços de atendimento a adolescentes com medidas sócioeducativas não privativas de liberdade.
- Implantação de serviços sociopsicopedagógicos destinados aos adolescentes e sua família.
- Modernização das unidades do sistema de justiça, segurança e atendimento.
- Reforma de unidades de atendimento.

PROGRAMA DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- rede nacional de informações para prevenção e combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.
- Campanha nacional.
- Sistema nacional de combate à exploração sexual infanto-juvenil.

PROGRAMA PAZ NAS ESCOLAS

- capacitação de policiais para o enfrentamento da violência nas escolas.
- Estudos e pesquisas na áreas de violência nas escolas.
- Apoio à implantação de projetos realizados por instituições não-governamentais que desenvolvam ações complementares de combate à violência nas escolas.
- Apoio às organizações de jovens atuantes no fortalecimento de grêmios estudantis.

PROGRAMA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

- capacitação dos quadros das delegacias da mulher e juizados especiais.
- Edição e distribuição de material informativo sobre prevenção e combate à violência doméstica e sexual.
- Estudos e pesquisas sobre o direito da mulher.
- Instalação de equipamentos em abrigos para mulheres em situação de risco.
- Construção de abrigos para mulheres em situação de risco.

PROGRAMA DE ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

- Estudos e pesquisas voltados para a área do portador de deficiência.
- Sistema Corde de Informações (Sicorde).
- Capacitação de recursos humanos para a atenção e defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência.
- Eventos sobre os direitos de cidadania da pessoa portadora de deficiência.
- Edição e distribuição de documentos e informações na área de deficiência.

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS AMEAÇADAS

- capacitação e formação de agentes operadores.
- Implantação de serviços de assistência e apoio e de proteção especial.

PROGRAMA DE DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS

- capacitação e especialização de profissionais e lideranças comunitárias em direitos humanos.
- Edição e distribuição de documentos e informações em direitos humanos.
- Estudos e pesquisas em direitos humanos.
- Fomento à implantação de conselhos estaduais e municipais de direitos humanos.
- Implantação de serviços de assistência e orientação a grupos discriminados.
- Implantação de serviços de disque-denúncia de violação de direitos .
- Implantação de serviços de fornecimento de documentação civil básica e orientação jurídica gratuita (balcões de direitos).
- Manutenção dos balcões de direitos.
- Promoção de eventos em direitos humanos.

O projeto básico é o primeiro documento a ser apresentado para a formalização do instrumento do convênio. Uma vez aprovado, após análise do mérito, custo e habilitação legal do proponente, o projeto deve ser transposto para um plano de trabalho.

Para o recebimento de maiores informações sobre estes diversos Programas, consulte o site na internet : www.mj.gov.br/sedh e conheça o Manual para Apresentação de Projetos.

Entidade Financiadora: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco B - Cep:70068-900

Cidade / Estado:Brasília-DF

Tel:(61) 317 1000 - Fax:(61) 226 7101

Site:www.mma.gov.br

Áreas Prioritárias para Financiamento:Projetos de ONGs em diversos programas: Educação Ambiental; Parques do Brasil; Turismo Verde; Qualidade Ambiental; Amazônia Sustentável; Florestar; Biodiversidade e Recursos Genéticos - BIOVIDA; Gestão da Política do Meio Ambiente; Brasil Joga Limpo; Desenvolvimento Sustentável da Amazônia e Mata Atlântica.

O Ministério do Meio Ambiente administra o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, que apóia iniciativas que visem o uso racional dos recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental dos diversos ecossistemas brasileiros.

Podem receber recursos do FNMA: instituições públicas pertencentes à administração direta ou indireta, em seus diversos níveis (federal, estadual e municipal); instituições privadas brasileiras sem fins lucrativos que possuam atribuições estatutárias para atuar em áreas do meio ambiente, identificadas como organizações não-governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPI) ou organizações de base (associações de produtores, de bairro ou outras). Para serem consideradas elegíveis, as instituições privadas brasileiras sem fins lucrativos deverão integrar o Cadastro Nacional das Entidades Ambientalistas (CNEA/CONAMA) ou possuir, no mínimo, dois anos de existência legal. Para maiores informações, consulte documentos disponíveis no site do Ministério do Meio Ambiente, entrada para FNMA - Editais.

Entidade Financiadora: MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Endereço:Esplanada dos Ministérios - Bloco U - Cep:70065-900

Cidade / Estado:Brasília-DF

Tel:(61) 319 5012 - Fax:(61) 224 1973

Site:www.mme.gov.br

E-mail:prodeem@mme.gov.br

Áreas Prioritárias para Financiamento:Projetos de ONGs no programa de instalação de sistemas energéticos que aproveitam as fontes locais de energia renováveis, de modo a energizar escolas rurais, postos de saúde, residências e pequenas unidades produtivas.

Entidade Financiadora: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Endereço:Esplanada dos Ministérios - Bloco A - Cep:70059-900

Cidade / Estado:Brasília-DF

Tel:(61) 315 1761 - Fax:(61) 224 0324

Site:www.mpas.gov.br

E-mail:seas@df.previdenciasocial.gov.br

Áreas Prioritárias para Financiamento:Projetos de ONGs em diversos programas: Erradicação do Trabalho Infantil - PETI; Agentes Jovens de Desenvolvimentos Social e Humano; Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Atenção à Pessoa Idosa; Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é gerenciado pela Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) do Ministério da Previdência e Assistência Social.

O objetivo geral do PETI é erradicar, em parceria com os diversos setores dos governos estaduais e municipais e da sociedade civil, o trabalho infantil das atividades perigosas, insalubres, penosas ou degradantes nas zonas urbana e rural, e os seus objetivos específicos são :

- possibilitar o acesso à escola, bem como a permanência e o bom desempenho de crianças;
- implantar atividades complementares à escola por meio da jornada ampliada;
- conceder uma complementação mensal de renda às famílias - a Bolsa Criança Cidadã;
- proporcionar apoio e orientação às famílias;
- implementar programas e projetos de geração de trabalho e renda para as famílias.

O PETI é destinado, prioritariamente, às famílias com renda per capita de até um salário mínimo, com crianças e adolescentes de sete a catorze anos trabalhando em atividades consideradas insalubres,

perigosas, penosas ou degradantes, nas zonas urbana - lixões, comércio em feiras e ambulantes, engraxate, distribuição e venda de jornais e revistas e comércio de drogas - e rural - atividades relacionadas ao cultivo, extração, beneficiamento e/ou fabricação de sisal, algodão, fumo, horticultura, citricultura e outras frutas, coco, babaçu e outros vegetais, pedras e garimpos, salinas, cerâmica e olarias, móveis e madeira, tecelagem, casas de farinha e outros cereais, pesca, cana-de-açúcar e carvão.

O PETI prevê ainda o fornecimento de apoio sócio-educativo, entendido como o conjunto de ações que ofereçam oportunidade de desenvolvimento pessoal e social para toda a família, visando a socialização e à ampliação do campo de conhecimentos, dos vínculos relacionais e da convivência comunitária, e o acesso a programas ou a projetos de geração de trabalho e renda - a SEAS viabiliza recursos para a inclusão das famílias no Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER), do Ministério da Integração Nacional.

O Programa tem uma cartilha com as indicações do programa, e critérios a serem utilizados por Estados e municípios na implantação, na operacionalização e na prestação de contas do PETI.

Existe a possibilidade de parcerias entre organizações não-governamentais e prefeituras ou Estados (nos casos em que a execução do programa é estadual) para a execução das atividades da jornada ampliada. A abertura de processos de seleção de entidades e/ou a avaliação do interesse no desenvolvimento/financiamento de parcerias específicas são competências dos órgãos executores do PETI, nos níveis estadual e municipal. Informações mais detalhadas poderão ser solicitadas pelo e-mail peti@previdenciasocial.gov.br.

Outra importante ação desenvolvida pela SEAS é o denominado Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (Projeto Agente Jovem). Objetiva preparar o jovem para atuar na comunidade, propiciando o seu desenvolvimento pessoal e da própria comunidade. Entre seus objetivos específicos estão:

- apoiar o jovem adolescente na compreensão e na constatação de que é possível planejar e construir o seu próprio futuro.
- Promover o resgate de vínculos familiares, comunitários e sociais, até mesmo pela centralização das ações na família.
- Estimular o jovem para o desempenho do seu papel de protagonista na sociedade.
- Oferecer instrumentos conceituais que permitam ao jovem superar-se, preparar-se para atuar de modo cooperativo e contribuir para a transformação da própria comunidade na qual está inserido.
- Contribuir para a melhoria dos indicadores sociais, como decorrência da ação do agente jovem na comunidade.
- Preparar o jovem para o mundo do trabalho.
- Inserir ou manter o jovem no sistema educacional.

O público-alvo do Projeto Agente Jovem é a faixa etária de quinze a dezessete anos em situação de risco social. Para participar, o jovem deve passar por um processo seletivo, convocado por meio de edital amplamente divulgado no município, de modo a possibilitar o acesso de todos os adolescentes que se enquadrem nos seguintes critérios :

- pertencer à faixa etária de quinze a dezessete anos.
- Ser alfabetizado.
- Pertencer a família cuja renda per capita não ultrapasse um salário mínimo.

Na seleção de jovens, deverá ser garantida a prioridade para os que estão fora da escola e para os egressos de programas como Renda Mínima, Erradicação do Trabalho Infantil, Bolsa Criança Cidadã (BCC), Bolsa Escola e Liberdade Assistida.

Os jovens selecionados participam então do processo de formação. Antes de iniciar a capacitação, os jovens selecionados são orientados e encaminhados para a obtenção da documentação exigida, para a realização de exames médicos e para o processo de reinserção escolar.

O jovem deve ser preparado para o desligamento aos dezoito anos, por meio da apresentação de alternativas que possibilitem sua inserção no mercado de trabalho ou qualificação para geração de renda e sua manutenção no sistema educacional.

O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano foi concebido para gestão intergovernamental e de caráter intersetorial, de modo a prever um movimento de mobilização nas três esferas de governo e especialmente do poder público local na busca de parcerias com organizações não-governamentais, com o setor empresarial e com o trabalho voluntário, até mesmo no que se refere ao financiamento do projeto, a ser feito com a participação das três esferas de governo - federal, estadual e municipal - em regime de co-financiamento, estimulada a parceria com a iniciativa privada mediante o patrocínio de empresários.

Maiores referências sobre este Projeto poderão ser obtidas no site www.mpas.gov.br, entrada para Assistência Social - O que a SEAS faz - Juventude. Procure conhecer os seguintes documentos : Guia para Gestores e Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano.

Entidade Financiadora: MINISTÉRIO DA SAÚDE

Endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco G - Cep:70058-900

Cidade / Estado:Brasília-DF

Tel:(61) 315 2425 - Fax:(61) 224 8747

Site:www.saude.gov.br

Áreas Prioritárias para Financiamento:Projetos de ONGs no Programa de Promoção da Rede de Direitos Humanos em HIV/AIDS. Os projetos de ONGs voltados para a assistência às pessoas vivendo com Aids e para a informação e prevenção de DST/Aids, apoiados pela CN-DST/Aids, inscrevem-se em quatro áreas de atuação.

- Apoio às pessoas vivendo com HIV/Aids - serviços e/ou atividades assistenciais que visam beneficiar as pessoas com HIV/Aids e sua rede de socialização.
- Intervenção comportamental - atividades que objetivam intervir em populações-alvo específicas, visando à promoção de mudanças de comportamento diante das DST/Aids.
- Informação, educação e comunicação - ações vinculadas à produção de materiais informativos e à organização de eventos, seminários e treinamentos, tendo como estratégia o repasse de conhecimento e o intercâmbio de informações.
- Desenvolvimento institucional - manutenção e/ou otimização da infra-estrutura das instituições, incluindo o apoio a eventos e ações similares que possam garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e expandir o potencial de trabalho das entidades.

A realização de concorrência pública anual é o instrumento que viabiliza o apoio técnico e financeiro aos projetos de organizações não-governamentais e de outras entidades que trabalham com DST/HIV/Aids.

Uma parceria entre a CN-DST/Aids e as organizações não-governamentais é formalizada por meio de termos de cooperação, a partir da aprovação do projeto participante de concorrência pública, pelo comitê diretivo externo da CN-DST/Aids, que analisa e seleciona as propostas encaminhadas. Para obtenção de informações mais detalhadas consulte o endereço na Internet no site www.aids.gov.br ou envie e-mail para aids@ids.gov.br.

O Ministério da Saúde possui diversos programas que podem ser objeto de propostas de solicitação de apoio financeiro por Estados, municípios, órgãos e entidades federais, entidades filantrópicas, ONGs e outras entidades sem fins lucrativos, a serem atendidas por meio de estabelecimento de convênios. À seguir, o conjunto de programas selecionados:

- Prevenção, controle e assistência aos portadores de DST e Aids.
- Saúde da família.
- Qualidade e eficiência do SUS.
- Alimentação saudável.
- Gestão política da saúde.
- Prevenção e controle das doenças crônico - degenerativas.
- Saúde Mental.
- Prevenção e controle da tuberculose e outras pneumopatias.
- Saúde da mulher.
- Saúde do trabalhador.
- Saúde do jovem.
- Saúde da criança e aleitamento materno.
- Atenção à pessoa portadora de deficiência.
- Valorização e saúde do idoso.

Para obter informações completas para cada um destes programas e ações, bem como saber qual é a documentação necessária ao procedimento de habilitação, consulte o documento Normas de Financiamento de Programas e Projetos Mediante a Celebração de Convênios, editado pelo Ministério da Saúde.

Sobre o Programa de Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de DST/AIDS, consulte também o título "Saúde - Programas - Projeto de Controle da AIDS e de DST (AIDS II)".

Entidade Financiadora: MINISTÉRIO DO TRABALHO

Endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco F - Cep:70059-900

Cidade / Estado:Brasília-DF

Tel:(61) 317 6000 - Fax:

Site:www.mte.gov.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: Projetos de ONGs em diversos programas: PLANFOR; Qualificação Profissional do Trabalhador; Geração de Emprego e Renda - PRONAGER; Trabalho Leal; Gestão da Política do Trabalho e Emprego; Jovem Empreendedor; Trabalhos Seguros e Saudáveis; Erradicação do Trabalho Escravizador e Degradante.

O Programa FLANFOR, gerido pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE/TEM, tem o objetivo de construir, gradativamente, oferta de educação profissional (EP) permanente, com foco na demanda do mercado de trabalho, de modo a qualificar ou requalificar, a cada ano, articulado à capacidade e competência existente nessa área, pelo menos vinte por cento da população economicamente ativa (PEA) maior de dezesseis anos de idade, com vista em contribuir para:

- aumento da probabilidade de obtenção de trabalho e de geração ou de elevação de renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego.
- Redução da pobreza.
- Aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade.
- Elevação da produtividade, da competitividade e renda.

Propostas devem ser dirigidas para a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, no Ministério, para o seguinte endereço : Esplanada dos Ministérios - Bloco F - Sala 300 - Cep. 70059-900. Brasília - DF. Tel (61) 3176264 - Fax (61) 2247593 - E-mail secsefor@tem.gov.br.

PROGRAMA NACIONAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA – PRONAGER

Este Programa é resultado do acordo de cooperação técnica firmado entre o governo brasileiro, através do Ministério da Integração Nacional (MIN) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO/ONU), com a intervenção da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e o apoio técnico do IATTERMUND - Instituto de Apoio Técnico aos Países do Terceiro Mundo.

São objetivos do PRONAGER:

- combater a situação de desemprego e subemprego das comunidades pobres urbanas e rurais, viabilizando a organização (social e econômica) de pessoas e comunidades - condição essencial para o fortalecimento de grupos sociais até então excluídos (homens e mulheres), melhorando a qualidade de vida de seus membros e concorrendo para o desenvolvimento local sustentável.
- Gerar ocupações produtivas e renda, potencializando todos os recursos e vocações econômicas da comunidade, com base na capacitação de pessoas (desempregadas e/ou subempregadas) para sua organização em empresas, associações e/ou cooperativas de produção e/ou serviços, com competitividade no mercado.
- O Programa prevê a possibilidade de parceria com organizações não-governamentais que tenham em seus quadros pessoas capacitadas na metodologia do PRONAGER e na metodologia de capacitação massiva (com aval do IATTERMUND), que possam atuar em parceria na capacitação e assistência técnica de empresas surgidas ou criadas com base nos laboratórios organizacionais de terreno do projeto.
- Na atual fase de desenvolvimento, o PRONAGER tem programado cursos de capacitação abertos às ONGs especialmente voltadas para a formação de conhecedores da metodologia.

Propostas devem ser dirigidas à Coordenação Nacional do PRONAGER - Ministério da Integração Nacional - Secretaria de Programas Regionais Integrados (SPRI) - Esplanada dos Ministérios - Bloco A - 3o andar - Sala 362 - Cep. 70154-900 - Brasília - DF . Tels (61) 4145404 / 4145755 - Fax (61) 2253591 - site na Internet www.integracao.gov.br/pronager/index.asp - e-mail pronager@integracao.gov.br.

Entidade Financiadora: PETROBRÁS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

Endereço: Av. República do Chile, 65 - Cep: 20035-900

Cidade / Estado: Rio de Janeiro - RJ

Tel: 0800-789001 - Fax: (21) 2534-6981

Site: www.petrobras.com.br

E-mail: social@petrobras.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento: A Petrobrás apóia financeiramente projetos sociais em diversas áreas: meio ambiente, educação, cultura, saúde, geração de empregos e segurança alimentar.

Entidade Financiadora: SHELL BRASIL

Endereço: Av. das Américas 4200 - Bloco 5 - Barra da Tijuca - Cep: 22640-102

Cidade / Estado:Rio de Janeiro - RJ

Tel: Fax:

Site:www.shell.com.br

E-mail:fale@shell.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento:Financia projetos culturais, comunitários e preservação/educacional ambiental

Entidade Financiadora: UNESCO

Endereço:SAS - Quadra 5 , Bloco H, Lote 6 - Ed. CNPQ/IBICT/UNESCO, 9o andar

Cep:70070-914

Cidade / Estado:Brasília - DF

Tel:(61) 223-8684 - Fax:(61) 322-4261

Site:www.unesco.org.br

E-mail:webmaster@unesco.org.br

Áreas Prioritárias para Financiamento:Projetos de educação, cultura, meio ambiente, ciências sociais, direitos humanos e comunicação/informação/informática.

Entidade Financiadora: VISÃO MUNDIAL

Endereço: Rua Tupis, 38 - 20º andar - Cep:30190-160

Cidade / Estado:Belo Horizonte - MG

Tel:(31) 3074-0101 - Fax:(31) 3074-0102

Site:www.visaomundial.org.br

E-mail:Vmb_marketing@vmorg

Áreas Prioritárias para Financiamento:A missão desta organização não-governamental é seguir a Jesus Cristo, trabalhando a favor dos pobres e oprimidos para promover a transformação humana, buscando a justiça.

Financia projetos de apoio a comunidades que trabalham a questão da criança de forma coletiva e integral, com ênfase nas seguintes áreas: saúde, educação, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento econômico, direitos humanos, agroecologia, emergência e reabilitação.

Exemplos de projetos: atividades agropecuárias, testemunho cristão e microcrédito.

Entidade Financiadora: VOLWSWAGEM DO BRASIL

Endereço: Rua Volkswagen 291 - Cep:04344-900

Cidade / Estado:São Paulo - SP

Tel:(11)5582-5084 - Fax:(11)5582-5021

Site:www.volkswagen.com.br

Áreas Prioritárias para Financiamento:A Volkswagem do Brasil tem como objetivo geral desenvolver e participar de programas sociais voltados para a comunidade, principalmente nas áreas de educação, saúde e assistência social. Entre as áreas prioritárias de atuação encontram-se: assistência social; cultura e artes; educação; esportes e saúde.

Entidade Financiadora: W.K . KELLOG - FOUNDATION - REGIÃO AMÉRICA LATINA E CARIBE

Endereço:Calçada dos Cravos, 108 - Centro Comercial Alphaville - Cep:06453-000

Cidade / Estado:Barueri - SP

Tel:(11) 4191-2233 - Fax:(11) 7295-0992

Site:www.wkkf.org

Áreas Prioritárias para Financiamento:Projetos de ONGs destinados a ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas através da aplicação prática de recursos e conhecimento para melhorar a qualidade de vida desta e das futuras gerações, com prioridade para as seguintes áreas temáticas: comunicações; desenvolvimento comunitário; desenvolvimento da economia popular; desenvolvimento da filantropia e voluntariado; desenvolvimento de lideranças; educação; fortalecimento de organizações da sociedade civil; meio ambiente e desenvolvimento rural sustentável; saúde; segurança alimentar.

Agências Internacionais

As Agências Internacionais atuam nas atividades de cooperação bilateral e multilateral, amparadas nos Acordos Básicos de cooperação científica e tecnológica firmados pelo Governo Brasileiro.

As atividades de cooperação são estabelecidas por meio de Convênios Bilaterais com instituições congêneres de outros países, Programas Multilaterais e afiliação às instituições internacionais

governamentais e não-governamentais, assegurada por pagamento de contribuições anuais e têm por finalidade contribuir para a transferência de conhecimentos e experiências que podem ser relevantes para os esforços de desenvolvimento.

Os instrumentos disponibilizados se destinam a complementar e a fortalecer os meios de que dispõem os países beneficiários para alcançar os objetivos propostos, de interesse mútuo, em cada programa. As ações desenvolvem-se em campos estratégicos e procuram privilegiar a participação de outros setores nos esforços de cooperação.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

<http://www.bid.com/>

Principal fonte de financiamento multilateral para projetos de desenvolvimento econômico, social e institucional na América Latina e no Caribe. Provê empréstimos e assistência técnica utilizando capital fornecido por seus países membros, bem como recursos obtidos nos mercados mundiais de capital mediante emissão de obrigações.

BIRD - Banco Mundial

<http://www.worldbank.org/>

Principal organismo multilateral internacional de financiamento do desenvolvimento social e econômico. Além de financiar projetos, oferece sua grande experiência internacional em diversas áreas de desenvolvimento, assessorando o mutuário em todas as fases dos projetos, desde a identificação e planificação, passando pela implementação, até a avaliação final. A atuação no Brasil é regida pela Estratégia de Assistência ao País, que inclui assistência em cinco áreas: redução direcionada da pobreza, ajuste fiscal sustentável, retomada do crescimento, crescente efetividade do desenvolvimento e melhor administração dos ativos ambientais.

DFID - Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido

<http://www.dfid.gov.uk/>

Departamento do governo britânico que trabalha em parceria com outros governos que têm como prioridades a promoção do desenvolvimento sustentável e a eliminação da pobreza. No Brasil, apoia programas de cooperação técnica para promover o desenvolvimento sustentável do meio ambiente natural, principalmente na Amazônia, e Planos de Governo voltados para o fortalecimento dos serviços de saúde.

JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão

<http://www.jica.go.jp/>

Órgão do governo japonês responsável pela implementação dos programas e projetos de cooperação técnica com os demais países. Apoia atividades nas seguintes modalidades: treinamento, intercâmbio, doação de equipamentos, cooperações técnicas tipo projeto e pesquisa, mini-projetos, estudos de desenvolvimento. No Brasil, as áreas prioritárias são saúde, agricultura, indústria, meio ambiente, educação e reformas econômicas.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

<http://www.undp.org/>

Distribui fundos aos países em desenvolvimento, ajudando os países em programa de cooperação mútua. No Brasil, implementa programas no âmbito do Acordo Básico em Assistência Técnica entre o Governo Brasileiro e as Nações Unidas. Apoia projetos nas seguintes áreas: saúde (HIV/AIDS), políticas ambientais, energia, informações e comunicações tecnológicas, políticas de redução de pobreza, gestão democrática.

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

<http://www.unep.org/>

Presta serviços ao meio ambiente, particularmente na difusão das preocupações ambientais dentro da comunidade internacional. Proporciona apoio aos países no desempenho de seus objetivos na área ambiental, colaborando com os governos no desenvolvimento de projetos e atividades. Atua, também, com instituições acadêmicas e ONG"s que possuem reconhecida experiência na área.

UE - União Européia

<http://www.europa.eu.int/>

Órgão executivo responsável pela execução e gestão de acordos de comércio e de cooperação técnica outros países. No Brasil, apoia projetos de cooperação técnica voltados para o meio

ambiente, ciência e tecnologia, administração pública, pequenas e médias empresas, redução do desequilíbrio social.

USAID - Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

<http://www.usaid.gov/>

Agência Norte Americana que fornece assistência técnica e financeira nas seguintes áreas: crescimento econômico e desenvolvimento agrícola, meio ambiente, educação e treinamento, assistência humanitária, saúde e nutrição, democracia e governabilidade. No Brasil, apoia ações nas áreas de mudanças climáticas, meio ambiente, uso de energia eficiente e limpa, saúde